

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA**  
**FNRE/CB/2/2024**

## CADERNO DE ENCARGOS

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

## CADERNO DE ENCARGOS

### ÍNDICE

<b>A - CADERNO DE ENCARGOS - CLÁUSULAS GERAIS .....</b>	<b>4</b>
<b>CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>4</b>
CLÁUSULA 1.ª ACRÔNIMOS E DEFINIÇÕES .....	4
CLÁUSULA 2.ª OBJETO E ÂMBITO .....	8
CLÁUSULA 3.ª DISPOSIÇÕES POR QUE SE REGE O CONTRATO .....	10
CLÁUSULA 4.ª INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM O CONTRATO .....	12
CLÁUSULA 5.ª ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS .....	13
CLÁUSULA 6.ª LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS .....	13
<b>CAPÍTULO II PRAZOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS .....</b>	<b>14</b>
CLÁUSULA 7.ª PRAZO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	14
CLÁUSULA 8.ª PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	14
<b>CAPÍTULO III PREÇO BASE .....</b>	<b>14</b>
CLÁUSULA 9.ª PREÇO BASE .....	15
<b>CAPÍTULO IV OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO .....</b>	<b>15</b>
CLÁUSULA 10.ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO .....	15
CLÁUSULA 11.ª MANDATO CONFERIDO PELO DONO DE OBRA .....	16
CLÁUSULA 12.ª EQUIPA TÉCNICA .....	17
CLÁUSULA 13.ª ACOMPANHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS .....	17
CLÁUSULA 14.ª REUNIÕES E RELATÓRIOS DE ATIVIDADE DO ADJUDICATÁRIO .....	18
CLÁUSULA 15.ª SIGILO .....	19
CLÁUSULA 16.ª DADOS PESSOAIS.....	20
CLÁUSULA 17.ª DIREITOS E TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	21
<b>CAPÍTULO V OBRIGAÇÕES DO DONO DE OBRA .....</b>	<b>22</b>
CLÁUSULA 18.ª PREÇO CONTRATUAL .....	22
CLÁUSULA 19.ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	24
CLÁUSULA 20.ª ADIANTAMENTOS AO ADJUDICATÁRIO .....	24
CLÁUSULA 21.ª MORA NO PAGAMENTO .....	25
<b>CAPÍTULO VI CONDIÇÕES DE MODIFICAÇÃO AO CONTRATO .....</b>	<b>25</b>
CLÁUSULA 22.ª DISPOSIÇÕES GERAIS DE MODIFICAÇÃO AO CONTRATO.....	25
CLÁUSULA 23.ª ALTERAÇÕES E AJUSTAMENTOS NO ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS .....	25
CLÁUSULA 24.ª SERVIÇOS COMPLEMENTARES .....	26
CLÁUSULA 25.ª REVISÃO DE PREÇOS DO CONTRATO.....	26
CLÁUSULA 26.ª CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL .....	27
<b>CAPÍTULO VII INCUMPRIMENTO DO CONTRATO .....</b>	<b>27</b>
CLÁUSULA 27.ª INCUMPRIMENTO POR FACTO IMPUTÁVEL AO ADJUDICATÁRIO .....	27
CLÁUSULA 28.ª RESOLUÇÃO OU SUSPENSÃO DO CONTRATO .....	29
CLÁUSULA 29.ª FORÇA MAIOR .....	31
<b>CAPÍTULO VIII CAUÇÃO E SEGUROS .....</b>	<b>32</b>
CLÁUSULA 30.ª CAUÇÃO .....	32
CLÁUSULA 31.ª RESTITUIÇÃO DOS DEPÓSITOS E QUANTIAS RETIDAS E EXTINÇÃO DA CAUÇÃO.....	33
CLÁUSULA 32.ª SEGUROS .....	33
<b>CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>35</b>
CLÁUSULA 33.ª GESTOR DO CONTRATO .....	35
CLÁUSULA 34.ª AUDITORIAS DO DONO DE OBRA .....	36
CLÁUSULA 35.ª COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES .....	36
CLÁUSULA 36.ª DEVERES DE INFORMAÇÃO .....	37
CLÁUSULA 37.ª ATOS E DIREITOS DE TERCEIROS.....	37
CLÁUSULA 38.ª PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TERCEIROS .....	38
CLÁUSULA 39.ª SUBCONTRATAÇÃO.....	38
CLÁUSULA 40.ª FORO COMPETENTE .....	40
CLÁUSULA 41.ª CONTAGEM DOS PRAZOS.....	40
CLÁUSULA 42.ª INÍCIO DE PRODUÇÃO DE EFEITOS .....	41

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

### **B - CADERNO DE ENCARGOS - CLÁUSULAS ESPECIAIS..... 42**

<b>CAPÍTULO X</b>	<b>CONSIDERAÇÕES GERAIS .....</b>	<b>42</b>
CLÁUSULA 43.ª	OBJETIVOS GERAIS .....	42
CLÁUSULA 44.ª	ENQUADRAMENTO.....	43
<b>CAPÍTULO XI</b>	<b>ÁREAS FUNCIONAIS .....</b>	<b>44</b>
CLÁUSULA 45.ª	ÁREA FUNCIONAL DE COORDENAÇÃO GERAL .....	44
CLÁUSULA 46.ª	ÁREA FUNCIONAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO .....	45
CLÁUSULA 47.ª	ÁREA FUNCIONAL DE PLANEAMENTO E CONTROLO DE CUSTOS .....	51
CLÁUSULA 48.ª	ÁREA FUNCIONAL DE GESTÃO DE RISCO .....	57
CLÁUSULA 49ª	ÁREA FUNCIONAL DE GESTÃO DA QUALIDADE .....	60
CLÁUSULA 50ª	ÁREA FUNCIONAL DE GESTÃO DA SEGURANÇA E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA EM OBRA.....	65
CLÁUSULA 51ª	ÁREA FUNCIONAL DE GESTÃO DO AMBIENTE .....	74
CLÁUSULA 52.ª	ÁREA FUNCIONAL DE REVISÃO DE PROJETO .....	78
CLÁUSULA 53ª	ÁREA FUNCIONAL DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLO DE EXECUÇÃO .....	81
<b>CAPÍTULO XII</b>	<b>ORGANIZAÇÃO E MEIOS DO ADJUDICATÁRIO.....</b>	<b>85</b>
CLÁUSULA 54ª	MEIOS DE ORGANIZAÇÃO .....	85
CLÁUSULA 55ª	MEIOS HUMANOS .....	87
CLÁUSULA 56ª	HORÁRIO DE TRABALHO.....	93
CLÁUSULA 57ª	OBRIGAÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES RELATIVAS AO PESSOAL.....	94
CLÁUSULA 58ª	TRABALHO DE ESTRANGEIROS .....	95
CLÁUSULA 59ª	SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO .....	95
CLÁUSULA 60ª	INSTALAÇÕES E MEIOS MATERIAIS .....	96

### **ANEXOS AO CADERNO DE ENCARGOS:**

<b>ANEXO I</b>	<b>Descrição da empreitada</b>
	Apêndice A – Programa Preliminar
<b>ANEXO II</b>	<b>Planta de Localização da empreitada</b>
<b>ANEXO III</b>	<b>Plano de Trabalhos indicativo da empreitada</b>
<b>ANEXO IV</b>	<b>Cronograma de Mobilização de Meios Humanos</b>
<b>ANEXO V</b>	<b>Organograma Tipo</b>
<b>ANEXO VI</b>	<b>Modelo de guia de depósito</b>
<b>ANEXO VII</b>	<b>Modelo de garantia bancária à primeira solicitação</b>
<b>ANEXO VIII</b>	<b>Modelo de seguro-caução</b>

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

### A - CADERNO DE ENCARGOS - CLÁUSULAS GERAIS

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES INICIAIS

##### CLÁUSULA 1.ª ACRÓNIMOS E DEFINIÇÕES

**1.1** No presente procedimento, salvo se do contexto claramente resultar sentido diverso, os termos abaixo indicados terão o seguinte significado:

- a)** ADJUDICATÁRIO – Proponente cuja proposta para a execução do objeto do Contrato foi preferida às propostas dos restantes proponentes envolvidos no mesmo procedimento contratual e que foi contratado para o efeito;
- b)** APA – Agência Portuguesa do Ambiente;
- c)** BIM – *Building Information Modeling*, base da metodologia de projeto;
- d)** CCP – Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro e anexo ao mesmo, republicado pelo Decreto Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, com as alterações introduzidas pela Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, pela Retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro, pela Retificação n.º 42/2017, de 30 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2020, de 19 de março, pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, pela Retificação n.º 25/2021, de 21 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, e alterações subsequentes. No contexto deste procedimento, o CCP é utilizado como referencial legislativo, sendo aplicáveis as suas disposições que expressamente forem referidas;
- e)** CE – Caderno de Encargos;
- f)** CML – Câmara Municipal de Lisboa;
- g)** CONTRATO - Relação jurídica pela qual o Adjudicatário se obrigará para com a Entidade Adjudicante a executar o objeto do Contrato de revisão de projeto, fiscalização e

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

coordenação de segurança e saúde da empreitada de conceção e construção da operação de reabilitação urbana das antigas instalações do Quartel da GNR Cabeço da Bola e que resultará da adjudicação da prestação de serviços a que se refere o presente CE, mediante o pagamento de um preço;

- h) COORDENADOR GERAL** – Representante do Adjudicatário e da Equipa Técnica, coordenador geral da equipa de revisão de projeto, fiscalização e coordenação de segurança e saúde em obra do Adjudicatário, sendo que a atuação junto do CSO é de coordenação funcional, em respeito pela independência que aquela atividade impõe, nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;
- i) CSO** – Coordenador de Segurança em Obra, cujas atividades e responsabilidades estão reguladas nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;
- j) CT** – Compilação Técnica, definida de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;
- k) DGPC** – Direção Geral de Património Cultural;
- l) DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO** – Responsável por qualquer equipa de fiscalização do Adjudicatário, habilitado nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho e pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho, e alterações subsequentes, a quem incumbe assegurar a verificação da execução da obra em conformidade com o projeto de execução e, quando aplicável, o cumprimento das condições da licença ou da comunicação prévia, bem como o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, e ainda o desempenho das competências determinadas pelo Dono de Obra;
- m) DIRETOR DE OBRA** - Representante do empreiteiro em Obra, habilitado nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho e pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho, e alterações subsequentes, a quem incumbe assegurar a execução da obra, cumprindo o projeto de execução e, quando aplicável, as condições da licença ou comunicação prévia, bem como o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor;
- n) DONO DE OBRA** – Entidade Adjudicante, também designada por Subfundo Cabeço da Bola, a quem cabe a promoção, coordenação, desenvolvimento e controlo das ações e

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

meios necessários às intervenções para a realização do projeto, revisão de projeto, construção e fiscalização da empreitada a que se refere o objeto deste CE;

- o)** DPPSS – Desenvolvimento Prático do Plano de Segurança e Saúde;
- p)** EMPREITADA – Todos os trabalhos, num ou em vários contratos, que têm como resultado a Obra, incluídos no contrato estabelecido entre o empreiteiro e o Dono de Obra;
- q)** EMPREITEIRO - Adjudicatário do contrato de empreitada de conceção e construção da operação de reabilitação urbana das antigas instalações do Quartel da GNR Cabeço da Bola, que congrega entidade(s) especializada(s) na execução de obras, no fornecimento de equipamentos e na execução de projetos, objeto das atividades deste procedimento;
- r)** ENTIDADE ADJUDICANTE – Entidade que preside ao procedimento, sendo responsável pela admissão, verificação e aceitação de propostas, e pela respetiva adjudicação, formulação e gestão do Contrato, adiante designada como Dono de Obra ou Subfundo Cabeço da Bola;
- s)** EQUIPA TÉCNICA – Conjunto de técnicos adstritos à prestação de serviços, para a prática das ações de revisão de projeto, fiscalização do modo de execução do contrato de empreitada, coordenação de segurança e saúde em obra, ou para quaisquer outras tarefas de representação, de acordo com o mandato conferido para o efeito;
- t)** GESTOR DO CONTRATO – Representante do Dono de Obra, que será o interlocutor privilegiado do Coordenador Geral;
- u)** INTERVENIENTE – Qualquer pessoa coletiva, ou privada que participe, direta ou indiretamente, ou tenha interesse, na execução do Contrato;
- v)** OBRA – Todo o trabalho de construção, reconstrução, ampliação, alteração, reparação, conservação, limpeza, restauro e demolição de bens imóveis e respetivos fornecimentos, dados de empreitada pela Entidade Adjudicante;
- w)** PGA – Plano de Gestão Ambiental;
- x)** PGQ – Plano de Gestão da Qualidade;
- y)** PGR – Plano de Gestão do Risco;
- z)** PP – Programa de Procedimento;
- aa)** PPGRCD – Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- bb)** PROCEDIMENTO CONTRATUAL – Processo relativo à contratação por concurso público para a prestação de serviços de revisão de projeto, fiscalização e coordenação de segurança e saúde da empreitada de conceção e construção da operação de reabilitação urbana das antigas instalações do Quartel da GNR Cabeço da Bola, iniciado com o envio do respetivo anúncio para publicação e concluído com a adjudicação do Contrato;
- cc)** PROJETISTA – Entidade que assume a responsabilidade pela elaboração do projeto que integra a empreitada;
- dd)** PROJETO - Conjunto de documentos escritos e desenhados que definem e caracterizam a conceção funcional e construtiva dos trabalhos, desenvolvidos ao nível de Programa Preliminar, Estudo Prévio, Anteprojeto ou Projeto de Execução, consoante a fase do respetivo desenvolvimento, compreendendo o estipulado na Portaria 701H/2008 de 29 de julho de 2008 e demais legislação e normativos aplicáveis;
- ee)** PROPONENTE – Entidade responsável pela apresentação de uma proposta, também designado como concorrente;
- ff)** PROPOSTA – Conjunto de documentos entregues por um proponente concorrente que serão analisados em confronto com outras propostas, com vista à escolha do Adjudicatário do Contrato em apreço;
- gg)** PRR – Plano de recuperação e Resiliência;
- hh)** PSS – Plano de Segurança e Saúde;
- ii)** RAAs – Relatórios de Acompanhamento Ambiental;
- jj)** REGRAS DE ARTE - Critérios, métodos e processos, de acordo com a lei e com o grau de perícia, diligência, prudência e previdência razoavelmente esperado de um prestador de serviços de revisão de projeto, fiscalização e de coordenação de segurança e saúde, capaz e experiente e/ou de um técnico especializado envolvido em empreendimento do mesmo tipo, em circunstâncias iguais ou similares;
- kk)** REVISÃO DE PROJETO - Análise crítica do Projeto por parte do Adjudicatário, e emissão dos respetivos pareceres;
- ll)** SGA – Sistema de Gestão Ambiental;
- mm)** SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade;
- nn)** SGSST – Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho;
- oo)** SST – Segurança e Saúde no Trabalho;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

**pp)** SUBCONTRATADO - Entidade terceira contratada pelo Adjudicatário, mas sem qualquer vínculo com o Dono de Obra, que se obrigará para com aquele, através de subcontrato, a realizar uma específica parte do objeto do Contrato;

**qq)** TELAS FINAIS - Conjunto de desenhos finais do Projeto, integrando as retificações e alterações introduzidas no decurso da Obra e que traduzem o que foi efetivamente construído.

**1.2** Os termos definidos no número anterior no singular poderão ser utilizados no plural e vice-versa, com a correspondente alteração do respetivo significado, salvo se do contexto claramente resultar sentido diferente.

### **CLÁUSULA 2.ª OBJETO E ÂMBITO**

**2.1** O presente CE compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar no âmbito do concurso público para a prestação de serviços de revisão de projeto, fiscalização e coordenação de segurança e saúde da empreitada de conceção e construção da operação de reabilitação urbana para afetação maioritária a arrendamento habitacional permanente a rendas acessíveis das antigas instalações do Quartel da GNR do Cabeço da Bola (doravante empreitada), nos termos e condições resultantes dos elementos patenteados no procedimento, nomeadamente no presente CE, de forma a assegurar a completa realização daquelas obras com eficiência, qualidade e ao menor custo.

**2.2** A empreitada sobre a qual incidirá a presente prestação de serviços, compreende a execução de todos os trabalhos necessários à concretização do projeto, construção, fornecimentos, instalação e montagem, testes e ensaios, comissionamento, até à receção provisória, de acordo com a descrição, localização e planeamento previstos, respetivamente, nos Anexos I, II e III a este CE.

**2.3** Os serviços de revisão de projeto, fiscalização e coordenação de segurança e saúde da empreitada serão materializados no acompanhamento, verificação, coordenação e fiscalização das atividades do empreiteiro e outros intervenientes, de forma a assegurar o exato e pontual cumprimento da execução, por estes, do projeto e suas eventuais alterações, assegurando, nessa medida, o fiel cumprimento das imposições do contrato de empreitada e dos documentos que o integram, incluindo o controlo de prazos, o controlo de custos, o controlo e



## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

garantia da qualidade e da segurança, bem como a coordenação de segurança em obra, em observância dos normativos legais e regulamentares aplicáveis.

**2.4** Incluem-se no âmbito da prestação de serviços as seguintes Áreas Funcionais, a incluir na organização da Equipa Técnica, de acordo com as especificações contidas nas Cláusulas Especiais deste CE:

**a)** Coordenação Geral do Contrato:

- i. Área funcional de Coordenação Geral;
- ii. Área funcional de Gestão Administrativa e Sistemas de Informação;
- iii. Área funcional de Planeamento e Controlo de Custos;
- iv. Área funcional de Gestão de Risco;
- v. Área funcional de Gestão da Qualidade;
- vi. Área funcional de Gestão da Segurança e Coordenação de Segurança em Obra;
- vii. Área funcional de Gestão do Ambiente;

**b)** Revisão de Projeto:

- i. Área funcional de Revisão de Projeto;

**c)** Fiscalização da empreitada:

- i. Área funcional de Fiscalização e Controlo de Execução.

**2.5** Ao Adjudicatário da prestação de serviços caberá ainda executar todos os serviços que lhe estejam atribuídos por lei e por contrato, elencados neste CE e no Contrato que, pela sua natureza normativa, se apresentem como vinculativos, com especial incidência na revisão do projeto, controlo da qualidade, controlo ambiental, controlo dos planos de trabalhos, controlo de custos, análise de variantes construtivas, apreciação de métodos de execução, controlo de quantidades de trabalho, avaliação das situações de obra para efeitos de certificação dos pagamentos ao empreiteiro, apreciação de reclamações e pedidos de indemnização do empreiteiro ou outras entidades, públicas ou privadas, durante o prazo de execução dos trabalhos, até à aprovação da conta final da empreitada.

**2.6** Para o desenvolvimento dos trabalhos cumprirá ao Adjudicatário assegurar os necessários contactos com as entidades que tenham jurisdição sobre os bens ou competência legal para a emissão de autorizações ou licenças necessárias à execução das obras, sejam afetadas, exerçam ou venham a exercer atividades na área abrangida pelas obras.

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- 2.7** Compete ao Adjudicatário o estabelecimento e manutenção dos contactos que o Dono de Obra entenda deverem ser assegurados com outras entidades intervenientes nos trabalhos de empreitada, bem como as consequentes ações que caibam no âmbito do controlo e fiscalização das obras e que entenda cometer-lhe, podendo solicitar ao Dono de Obra as necessárias credenciais para o efeito.

**CLÁUSULA 3.ª DISPOSIÇÕES POR QUE SE REGE O CONTRATO**

- 3.1** A execução do Contrato obedece, em particular, às seguintes disposições:

- a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante, bem como quaisquer aditamentos que venham a ser estabelecidos de comum acordo entre o Dono de Obra e o Adjudicatário;
- a) Às disposições do CCP, na sua versão vigente, sempre que expressamente referidas;
- b) À Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho e pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho (qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis);
- c) Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro (prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho a aplicar em estaleiros temporários ou móveis), respetiva legislação complementar e demais legislação de segurança e saúde do trabalho aplicável;
- d) Ao Decreto n.º 41 821, de 11 de agosto de 1958 (regulamento de segurança no trabalho da construção civil);
- e) Ao Decreto n.º 46 427, de 10 de julho de 1965 (regulamento das instalações provisórias destinadas ao pessoal empregado nas obras), em tudo o que não contrariar o disposto no Decreto-Lei n.º 155/95, de 1 de julho;
- f) Ao Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto, ou a qualquer outra alteração de carácter extraordinário aplicável (regime jurídico da revisão de preços);
- g) Ao Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Retificação n.º 3/2021, de 21 de janeiro e pela Lei n.º 52/2021, de 10 de agosto (regime geral da gestão de resíduos);

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- h)** Às disposições previstas no âmbito do PRR, incluindo o respetivo Manual de Procedimentos, de 26 de novembro de 2021, e toda a legislação de regulamentação dos requisitos e procedimentos a cumprir pelos investimentos financiados no âmbito deste PRR;
- i)** À restante legislação, regulamentação e normas aplicáveis, nomeadamente a que respeita à construção, às instalações do pessoal, à segurança social, ao desemprego, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho, à prevenção e gestão de resíduos de demolição e construção, à proteção ambiental, à responsabilidade civil perante terceiros e alvarás;
- j)** Aos regulamentos e normas aplicáveis por determinação do Dono de Obra;
- k)** Às regras da arte.

**3.2** Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:

- a)** O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos pelo Dono de Obra e aceites pelo Adjudicatário;
- b)** Os anexos ao Contrato;
- c)** Os suprimimentos dos erros e das omissões do CE identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- d)** Os esclarecimentos e as retificações relativos ao CE;
- e)** O CE;
- f)** A proposta adjudicada;
- g)** Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário;
- h)** Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no CE.

**3.3** Os diplomas legais e regulamentares a que se referem as alíneas b) a j) do número 3.1, bem como todos os restantes diplomas legais e regulamentares que se encontrem em vigor e que se relacionem com o âmbito do Contrato a celebrar, serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelo Contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- 3.4** As normas e prescrições a considerar na prestação de serviços que não sejam taxativamente indicadas no Contrato ou neste CE, nem constem de disposições legais ou regulamentares em vigor, deverão ser as que melhor se coadunam com a natureza dos serviços a prestar.
- 3.5** O Adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar e não esteja em oposição com os documentos do Contrato, as normas nacionais, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções de fabricantes ou de entidades titulares de direito de propriedade industrial ou intelectual, bem como outras especificações referidas no artigo 49.º do CCP.
- 3.6** As referências a diplomas legislativos portugueses ou comunitários devem também ser entendidas como referências à legislação que os substitua ou modifique.
- 3.7** Para além dos regulamentos e dos documentos normativos referidos neste CE, fica o Adjudicatário obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e que se relacionem com os trabalhos a realizar, nomeadamente os regulamentos, condições e especificações técnicas definidas pelo Dono de Obra e pelas entidades licenciadoras ou reguladoras dos trabalhos a realizar.
- 3.8** Nas suas relações com todos os intervenientes na área dos trabalhos em questão, designadamente e entre outros, empreiteiro, subempreiteiros e outros prestadores de serviços, o Adjudicatário obriga-se ainda a respeitar e fazer cumprir o estabelecido nos respetivos contratos e legislação aplicável, de acordo com as atribuições que lhe são cometidas pelo Dono de Obra no âmbito do Contrato a celebrar.
- 3.9** A aprovação por parte do Dono de Obra de qualquer documento que lhe seja submetido pelo Adjudicatário não exonera este último do cumprimento de todas as obrigações especificadas nas disposições legais e contratuais aplicáveis.
- 3.10** O Dono de Obra pode, em qualquer momento, exigir do Adjudicatário a comprovação do cumprimento das disposições regulamentares e normativas aplicáveis.
- 3.11** O Adjudicatário fica sujeito à fiscalização que, nos termos da lei, incumba a outras entidades.

### **CLÁUSULA 4.ª INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM O CONTRATO**

- 4.1** No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas a) a h) do n.º 3.2 da Cláusula 3.ª, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- 4.2** Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas c) a h) do n.º 3.2 da Cláusula 3.ª, e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pelo Dono de Obra e aceites pelo Adjudicatário.
- 4.3** Excetuam-se da prevalência estabelecida nos números anteriores, eventuais alterações nos termos gerais de direito, que prevalecerão sobre qualquer documento, salvo naquilo em que tiver sido alterado pelo título contratual.

### **CLÁUSULA 5.ª ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS**

- 5.1** As dúvidas que o Adjudicatário tenha na interpretação dos documentos por que se rege o Contrato devem ser submetidas ao Dono de Obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam, nelas se incluindo quaisquer dúvidas ou questões relativas a:
- a)** Aspetos ou dados que se revelam desconformes com a realidade; ou
  - b)** Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do Contrato a celebrar; ou
  - c)** Condições técnicas de execução do objeto do Contrato a celebrar que o proponente não considere exequíveis.
- 5.2** No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o Adjudicatário submetê-las imediatamente ao Dono de Obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
- 5.3** O incumprimento do disposto no número anterior torna o Adjudicatário responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, sem quaisquer encargos para o Dono de Obra.

### **CLÁUSULA 6.ª LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços objeto do Contrato serão prestados, essencialmente, no Município de Lisboa, Portugal, no local de execução da obra objeto dos serviços a prestar, nas instalações que o Dono de Obra determinar para o efeito, nas instalações próprias do Adjudicatário e ainda nas instalações de outras entidades envolvidas, se e quando necessário, de acordo com as condições previstas nos termos do n.º 18.4 da cláusula 18.ª deste CE.

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

### CAPÍTULO II PRAZOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

#### CLÁUSULA 7.ª PRAZO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1 A prestação dos serviços objeto do Contrato inicia-se com a respetiva assinatura e terá o seu termo com a entrega do Relatório Final da Prestação de Serviços.
- 7.2 O Contrato terá a duração máxima de 33 (trinta e três) meses, podendo este prazo ser prorrogado nos termos da Cláusula seguinte.
- 7.3 O estabelecimento deste prazo não prejudica as obrigações acessórias que perdurem para além do termo do Contrato, nos termos da lei.
- 7.4 O termo do Contrato pode ocorrer antes do prazo correspondente à sua duração máxima, em data a indicar pelo Dono de Obra.
- 7.5 No caso referido no número anterior, deixará de haver pagamento ao Adjudicatário pelos serviços não prestados e não haverá lugar ao pagamento de qualquer indemnização pelo Dono de Obra.

#### CLÁUSULA 8.ª PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1 O período de vigência do Contrato poderá ser prorrogado ou reduzido, nos termos previstos no n.º 7.4 da cláusula 7.ª deste CE, unilateralmente pelo Dono de Obra ou por acordo entre as Partes, por um período variável a estabelecer em função do andamento real da empreitada.
- 8.2 Se a decisão de prorrogação for unilateral por parte do Dono de Obra, este notificará formalmente o Adjudicatário, até 60 (sessenta) dias de calendário antes do final do período de vigência em curso.
- 8.3 Em caso de prorrogação do prazo do Contrato, e em função dos motivos e circunstâncias que ditam essa prorrogação, o Dono de Obra reserva-se o direito de rever a afetação e a composição da Equipa Técnica, e ajustá-las em função do grau de desenvolvimento da empreitada e trabalhos ainda a executar.
- 8.4 Em caso de prorrogação de prazo do Contrato, aplicar-se-ão as mesmas disposições relativas à faturação e pagamentos que constam das Cláusulas 18.ª e 19.ª deste CE.

### CAPÍTULO III PREÇO BASE

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

### **CLÁUSULA 9.ª PREÇO BASE**

- 9.1** O parâmetro base do preço contratual total, definido como Preço Base Total, é EUR 1.520.000,00 (um milhão, quinhentos e vinte mil euros), sem Imposto sobre o Valor Acrescentado.
- 9.2** São ainda definidos os seguintes parâmetros base dos preços contratuais parciais, definidos, respetivamente, como Preço Base de Coordenação Geral, no valor de EUR 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil euros), Preço Base de Revisão de Projeto, no valor de EUR 390.000,00 (trezentos e noventa mil euros) e Preço Base de Fiscalização, no valor de EUR 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil euros), todos sem Imposto sobre o Valor Acrescentado.
- 9.3** Será considerado como um preço anormalmente baixo, qualquer preço contratual total inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do Preço Base Total a que se refere o número 9.1 supra.

## **CAPÍTULO IV OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO**

### **CLÁUSULA 10.ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO**

- 10.1** Sem prejuízo das obrigações que decorrem diretamente da legislação aplicável, deste CE e das cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:
- a)** Assegurar a revisão do projeto, à luz dos requisitos estabelecidos pelo Dono de Obra para a execução do projeto, em conformidade com as disposições legais e normativas aplicáveis;
  - b)** Assegurar a verificação da execução da obra, em conformidade com o projeto, bem como o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor;
  - c)** Executar os trabalhos da prestação de serviços com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
  - d)** Não divulgar ou comunicar a terceiros, sem expresse consentimento do Dono de Obra, qualquer informação recebida deste, bem como de elementos, estudos ou resultados relacionados com a prestação de serviços;
  - e)** Sujeitar-se à ação fiscalizadora do Dono de Obra ou dos seus representantes;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- f)** Comunicar ao Dono de Obra, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias de calendário após a data da respetiva verificação, qualquer circunstância que possa condicionar o regular desenvolvimento da prestação de serviços;
  - g)** Prestar todos os esclarecimentos que, eventualmente, venham a ser solicitados pelo Dono de Obra;
  - h)** Respeitar os circuitos de comunicação ou relacionamento acordados por forma escrita para a prestação de serviços, nomeadamente quando envolverem terceiros.
- 10.2** O Adjudicatário fica obrigado a recorrer a todos os meios humanos e materiais, incluindo os meios informáticos, que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

### **CLÁUSULA 11.<sup>a</sup> MANDATO CONFERIDO PELO DONO DE OBRA**

- 11.1** O Adjudicatário, no exercício da prestação de serviços, goza das faculdades e dos poderes que o Dono de Obra entenda conferir-lhe por mandato, e estará, consequentemente, habilitado com os elementos indispensáveis a resolver todas as questões que lhe sejam colocadas na sua esfera de intervenção, ao nível da gestão e fiscalização ordinária da empreitada objeto da sua ação, tal como indicados na lei e no CE.
- 11.2** O Adjudicatário disporá dos poderes bastantes e estará habilitado com os elementos indispensáveis para resolver todas as questões que lhe sejam colocadas pelo empreiteiro para o efeito da normal prossecução dos trabalhos.
- 11.3** O Adjudicatário não tem, portanto, poderes para representar o Dono de Obra no que respeita a:
- a)** Alterações do objeto do contrato de empreitada;
  - b)** Aumento de custos, considerando os valores do contrato de empreitada;
  - c)** Alargamento dos prazos parciais e total, de execução da empreitada;
  - d)** Diminuição da qualidade intrínseca contida no contrato de empreitada;
  - e)** Assunção de direitos e obrigações;
  - f)** Perdão de créditos;
  - g)** Transigir ou representá-lo em juízo.



## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- 11.4** Qualquer decisão do Adjudicatário em desconformidade com o disposto nos números anteriores, constitui o Adjudicatário em responsabilidade contratual perante o Dono de Obra, fazendo-o incorrer na obrigação de indemnizá-lo pelos prejuízos causados.
- 11.5** Ao abrigo do mandato a conferir, nos termos dos números anteriores, o Adjudicatário praticará todos os atos jurídicos e materiais necessários à perfeita e cabal execução dos serviços.
- 11.6** O Adjudicatário garantirá, em permanência, a sua total independência relativamente a projetistas, empreiteiros, subempreiteiros e trabalhadores independentes intervenientes na execução da empreitada.

### **CLÁUSULA 12.ª EQUIPA TÉCNICA**

- 12.1** Os serviços serão prestados pelos elementos da Equipa Técnica identificados na proposta adjudicada e nos documentos de habilitação submetidos e aprovados.
- 12.2** Qualquer pedido de substituição de algum elemento da Equipa Técnica proposta tem de ser devidamente fundamentado e autorizado pelo Dono de Obra.
- 12.3** As atividades a realizar pela Equipa Técnica no âmbito da presente prestação de serviços deverão observar o estipulado no título contratual e em todos os documentos que dele fazem parte integrante, na legislação portuguesa em vigor, designadamente, a aplicável relativa à atividade de fiscalização de obras públicas (CCP e Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual), salvo no que for expressamente alterado por este CE.
- 12.4** Compete ao Adjudicatário o apetrechamento e obtenção dos meios humanos e materiais que sejam necessários às ações a desenvolver no âmbito da prestação de serviços, de acordo com as Cláusulas Especiais deste CE, bem como o estabelecimento de todos os sistemas de organização necessários à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

### **CLÁUSULA 13.ª ACOMPANHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

- 13.1** O Dono de Obra nomeará o Gestor do Contrato, que convocará o Adjudicatário para as reuniões tidas por necessárias ao suficiente esclarecimento do desenrolar dos serviços, nos seus diferentes momentos, permitindo o seu conhecimento, dos problemas e das opções mais relevantes na condução da empreitada, que será o principal interlocutor do Dono de Obra junto do Adjudicatário.

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- 13.2** O Dono de Obra comunicará ao Adjudicatário a Estrutura Organizativa que, assessorará o Gestor do Contrato, nas suas tarefas de controlo da presente prestação de serviços.
- 13.3** As indicações, instruções ou orientações comunicadas pelo Dono de Obra ao Adjudicatário exprimem a vontade do primeiro, vinculando-o.
- 13.4** As conclusões de cada reunião serão lavradas em ata, assinada por todos os intervenientes.
- 13.5** A realização das reuniões não substitui a entrega dos documentos contratualmente exigidos.

### **CLÁUSULA 14.ª REUNIÕES E RELATÓRIOS DE ATIVIDADE DO ADJUDICATÁRIO**

- 14.1** Para o acompanhamento da execução do Contrato, o Adjudicatário fica obrigado a manter, com uma periodicidade semanal, reuniões de coordenação com o Gestor do Contrato do Dono de Obra, para as quais serão elaboradas as agendas prévias e das quais serão lavradas as atas, ambas elaboradas pelo Coordenador Geral do Adjudicatário, sendo que as atas serão assinadas por todos os intervenientes na reunião.
- 14.2** O Adjudicatário fica também obrigado a apresentar ao Dono de Obra, com uma periodicidade mensal, um relatório com a evolução de todas as operações objeto da prestação de serviços e com o registo de cumprimento de todas as obrigações emergentes do Contrato.
- 14.3** O Adjudicatário deverá propor ao Dono de Obra, até 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato, um Modelo de Relatório Mensal da Prestação de Serviços, sobre o qual o Dono de Obra se pronunciará nos 15 (quinze) dias subsequentes.
- 14.4** Este Relatório Mensal da Prestação de Serviços deverá evidenciar todos os trabalhos desenvolvidos pela Equipa Técnica no período a que respeita o relatório, bem como as alertas relativos a situações que requeiram a intervenção e/ou reflexão por parte do Dono de Obra, e as recomendações associadas a essas mesmas situações e/ou outras que possam interferir com o normal desenvolvimento dos trabalhos de projeto e/ou obra, e deverá contemplar, entre outra, a seguinte informação:
  - a)** As ações desenvolvidas pelo Adjudicatário no período em referência;
  - b)** Os níveis de avaliação de desempenho, expressos por meio de indicadores específicos a propor pelo Adjudicatário, em termos de cálculo e de apresentação gráfica, que permitam, designadamente, avaliar:
    - i.** Os desvios de prazo;
    - ii.** Os desvios de custo;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- iii. Os gráficos de desempenho para apoio à decisão;
  - c) Os meios alocados no período e a comparação com o previsto;
  - d) O valor da fatura mensal, o valor acumulado e o saldo;
  - e) As horas extraordinárias efetuadas no período, respetivas justificações e aprovações prévias pelo Dono de Obra.
- 14.5** Adicionalmente, serão remetidos pelo Adjudicatário ao Dono de Obra, mensalmente ou com outra periodicidade estabelecida pelo Dono de Obra, os relatórios de progresso do contrato de empreitada, objeto da ação definida nos termos deste CE.
- 14.6** No final da prestação de serviços será elaborado um Relatório Final da Prestação de Serviços, cobrindo todas as áreas funcionais, efetuando um balanço final da empreitada, que permita ao Dono de Obra efetuar o acompanhamento futuro de todas as situações que possam ficar em aberto, nomeadamente reclamações, trabalhos de reparações por realizar, etc., assim como a fiscalização de todos os trabalhos de reparações a realizar pelo empreiteiro durante o período de garantia da empreitada.
- 14.7** Para além dos relatórios referidos nos números anteriores, e no caso de os trabalhos da empreitada virem a ser interrompidos, elaborar e enviar para o Dono de Obra um relatório, cobrindo todas as áreas funcionais da Prestação de Serviços, incluindo todos os elementos necessários, efetuando um ponto de situação dos trabalhos, que permita quantificar com rigor os trabalhos executados e por executar.
- 14.8** Todos os relatórios, registos, comunicações e demais documentos elaborados pelo Adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.

### **CLÁUSULA 15.<sup>a</sup> SIGILO**

- 15.1** O Adjudicatário deverá guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, a que tenha acesso ou da qual tenha conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.
- 15.2** A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato.
- 15.3** Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que fossem, comprovadamente, do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

### **CLÁUSULA 16.<sup>a</sup> DADOS PESSOAIS**

- 16.1** O Adjudicatário obriga-se a cumprir e a fazer cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, sendo exclusivamente responsável por implementar todas as medidas e requisitos necessários ao seu cumprimento durante a execução do Contrato.
- 16.2** Para o efeito, o Adjudicatário será responsável por obedecer ao regime legal (nacional e comunitário) de proteção de dados pessoais em vigor, de acordo com as responsabilidades que lhe assistem, nos termos e definições consagrados no Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (RGPD), e demais legislação que lhe seja aplicável em matéria de proteção de dados pessoais.
- 16.3** O Adjudicatário, ao abrigo do Contrato, não poderá introduzir, modificar, alterar, retirar, destruir ou suprimir dados respeitantes a pessoas singulares ou coletivas, agentes, colaboradores ou fornecedores do Dono de Obra e pelos quais este é responsável (“Dados Próprios”).
- 16.4** Sem prejuízo do disposto na Cláusula 15.<sup>a</sup> em matéria de sigilo, o Adjudicatário só poderá aceder a informação contendo Dados Próprios ou a informação contida em bases de dados do Dono de Obra, mediante autorização prévia deste, concedida por escrito, de forma casuística e pontual e na estrita e exclusiva medida do necessário à execução do Contrato, obrigando-se o Adjudicatário a não divulgar a informação citada, nem a publicá-la, direta ou indiretamente, nem a disponibilizá-la de qualquer outro modo a terceiros, bem como a cumprir também as regras de segurança, confidencialidade e sigilo profissional decorrentes do disposto na legislação sobre proteção de dados pessoais.
- 16.5** Sempre que, no âmbito do presente Contrato, o Adjudicatário venha a realizar operações de tratamento de dados pessoais tratados pelo Dono de Obra, ou tenha acesso, a qualquer título ou de qualquer forma, aos referidos dados, o Adjudicatário obriga-se a atuar na estrita medida

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

das instruções que lhe foram transmitidas pelo Dono de Obra, devendo assegurar que adota as medidas de segurança do tratamento, designadamente:

- a) A pseudonomização e a cifragem de dados pessoais;
- b) A capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
- c) A capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada em caso de incidente físico ou técnico;
- d) Tem um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento.

**16.6** O Adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.

**16.7** O Adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo Dono de Obra, ou por quem atue em representação deste, devendo o Adjudicatário assegurar que as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.

**16.8** Mediante solicitação escrita do Dono de Obra, o Adjudicatário deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.

**16.9** Todos os ficheiros disponibilizados pelo Dono de Obra ao Adjudicatário, no âmbito do Contrato, são propriedade exclusiva daquele e deverão ser-lhe devolvidos, na medida em que não sejam necessários ou nos prazos que vierem a ser definidos pelo Dono de Obra, e de forma alguma o Adjudicatário poderá guardar ou manter cópia dos mesmos.

**16.10** O disposto na presente Cláusula manter-se-á em vigor para além do termo do Contrato.

### **CLÁUSULA 17.<sup>a</sup> DIREITOS E TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL**

**17.1** São do Adjudicatário todas as obrigações que resultem da utilização direta ou indireta de direitos de propriedade intelectual designadamente, desenhos registados, marcas de

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

comércio ou fabrico, bem como a obtenção das autorizações necessárias e o pagamento dos correspondentes encargos, ficando o único responsável no caso de qualquer questão judicial.

- 17.2** O Adjudicatário é responsável pela infração de quaisquer direitos de patente, de conceção, de licenças, de projetos, de marcas, de nomes ou de quaisquer outros direitos de propriedade intelectual, industrial ou afins, respeitantes a serviços objeto do Contrato, incluindo, nomeadamente, projetos, estudos, programas informáticos, equipamento, materiais, documentação ou trabalhos realizados.
- 17.3** O Adjudicatário é responsável por qualquer reclamação feita ao Dono de Obra, resultante de violação ou alegada violação desses direitos, devendo ressarcir-lo, integralmente, de todos os danos e encargos que este venha a suportar na sequência de tais violações.
- 17.4** Com a execução dos serviços a que se refere este CE, ocorre a transferência da posse e da propriedade de quaisquer elementos e documentos a desenvolver ao abrigo do Contrato para o Dono de Obra, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, nos termos do artigo 14.º, n.º 1, do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março, na sua versão mais recente conferida pelo Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro (com as alterações subsequentes).
- 17.5** Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço contratual a pagar nos termos do presente CE.

## **CAPÍTULO V OBRIGAÇÕES DO DONO DE OBRA**

### **CLÁUSULA 18.ª PREÇO CONTRATUAL**

- 18.1** Pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente CE, da lei e dos regulamentos aplicáveis, o Dono de Obra obriga-se a pagar ao Adjudicatário o preço contratual máximo constante do Contrato, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para o prazo máximo previsto na Cláusula 7.ª deste CE.
- 18.2** Na eventualidade de o termo do Contrato ocorrer antes do prazo correspondente à sua duração máxima, conforme previsto na Cláusula 7.ª deste CE, o Dono de Obra paga, apenas, o valor correspondente à duração efetiva da prestação de serviços.

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- 18.3** O preço contratual referido nesta Cláusula engloba todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Dono de Obra, nomeadamente, as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, ou ainda as despesas da constituição de seguros e da caução.
- 18.4** Constitui exceção ao referido no número anterior, qualquer deslocação para fora da área de localização da empreitada, a uma distância superior a 100 km (cem quilómetros), ao serviço da prestação de serviços (por exemplo, para reuniões com projetistas e/ou fiscalização de materiais e equipamentos em fábrica), circunstância em que o Dono de Obra assumirá o encargo com essas deslocações e estadias.
- 18.5** Na organização da proposta, cada proponente deverá ter em conta os seguintes pressupostos:
- a)** Todos os encargos diretos ou indiretos com os técnicos deslocados no local da obra, como sejam impostos, férias, subsídios, seguros, telefones e outros meios de comunicação, ajudas de custos, despesas de administração, gastos gerais, cópias, equipamento e consumíveis de escritório, equipamentos informáticos e software, equipamentos de transporte, serão da responsabilidade do Adjudicatário, bem como todos os encargos nos seus escritórios centrais ou nos quais sejam estabelecidas atividades inerentes à presente prestação de serviços;
  - b)** O horário de trabalho em obra será de 40 (quarenta) horas semanais em regime normal;
  - c)** No caso de o empreiteiro vir a praticar outro horário, ou passar a trabalhar em regime de turnos ou de trabalho extraordinário, após autorização comunicada pelo Dono de Obra, a eventual remuneração suplementar dos elementos da Equipa Técnica, será da responsabilidade do Dono de Obra, a quem assistirá o direito de regresso sobre o empreiteiro que deu origem a esse trabalho extraordinário.
- 18.6** Mensalmente, o preço a pagar pela prestação de serviços, resultará da aplicação das tarifas mensais ou horárias, consoante seja o caso, constantes da proposta, aos membros da Equipa Técnica que, em função da respetiva categoria e da respetiva percentagem de afetação, estiveram efetivamente alocados à prestação de serviços no mês anterior, observando genericamente as regras indicadas nos números seguintes.

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- 18.7** O Adjudicatário enviará mensalmente as faturas ao dono de Obra, até ao último dia útil do mês seguinte àquele a que disserem respeito.
- 18.8** Cada fatura deverá ser acompanhada de um documento que discrimine a categoria, o horário de trabalho praticado e o regime respetivo (normal ou extraordinário), a taxa mensal ou horária aplicável em função do regime horário.
- 18.9** O documento referido no número anterior deverá ainda contemplar as informações de conta corrente por cada categoria e técnico da Equipa Técnica, que permitam avaliar os valores previstos, mensal e acumulados, os valores realizados, mensal e acumulados, bem como o saldo associado à diferença entre ambos em cada caso.

### **CLÁUSULA 19.ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 19.1** Após a receção das faturas, e respetiva validação pelo Dono de Obra, o pagamento será efetuado no prazo de 60 (sessenta) dias de calendário a contar da data de receção da fatura, mediante depósito ou transferência bancária através do IBAN indicado para o efeito pelo Adjudicatário.
- 19.2** Em caso de erro de faturação, o prazo é contado a partir da data em que for recebida, no Dono de Obra, a fatura corrigida.
- 19.3** Para validação das faturas, o Dono de Obra poderá solicitar os elementos complementares de esclarecimento que considere necessários.
- 19.4** O pagamento dos trabalhos complementares, quando aplicável, será feito nos mesmos termos dos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis.
- 19.5** O Dono de Obra reserva-se o direito de deduzir dos pagamentos a fazer ao Adjudicatário, quaisquer importâncias necessárias à liquidação das penalidades que tenham sido aplicadas nos termos previstos na Cláusula 27.ª, bem como todas as demais quantias que sejam, legal ou contratualmente, exigíveis.

### **CLÁUSULA 20.ª ADIANTAMENTOS AO ADJUDICATÁRIO**

Não se prevê qualquer adiantamento de parte do preço a pagar pelo Dono de Obra ao Adjudicatário.



CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

**CLÁUSULA 21.ª MORA NO PAGAMENTO**

Em caso de atraso do Dono de Obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o contratante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito, que incidirá sobre cada uma das faturas, tendo em atenção as respetivas datas de vencimento.

**CAPÍTULO VI CONDIÇÕES DE MODIFICAÇÃO AO CONTRATO**

**CLÁUSULA 22.ª DISPOSIÇÕES GERAIS DE MODIFICAÇÃO AO CONTRATO**

O Contrato apenas pode ser modificado nos termos e de acordo com o disposto nas Cláusulas seguintes.

**CLÁUSULA 23.ª ALTERAÇÕES E AJUSTAMENTOS NO ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

- 23.1** Se, no decorrer da execução do Contrato, se verificar que os meios humanos ou materiais afetos pelo Adjudicatário, qualquer que seja o seu tipo, apesar de serem os previstos nos termos deste CE, não são os adequados à boa prestação de serviços, nomeadamente devido a alterações de ritmos de trabalho da empreitada, o Dono de Obra poderá solicitar os necessários ajustes.
- 23.2** Do mesmo modo do referido no número anterior, se a duração estimada da empreitada for reduzida, o Dono de Obra poderá igualmente solicitar os necessários ajustes nos cronogramas de mobilização de meios.
- 23.3** Sempre que se verificar o referido nos números anteriores, o Adjudicatário apresentará ao Dono de Obra, para aprovação, uma revisão dos cronogramas de mobilização de meios que traduza as alterações que daí decorrerem, devidamente justificadas.
- 23.4** À revisão dos cronogramas de mobilização de meios resultante do disposto no número anterior, corresponderá uma revisão do cronograma financeiro em vigor, com base na qual será monitorizado o seguimento da faturação e conta corrente do Contrato.
- 23.5** Se, por via das alterações a que se referem os números anteriores for ultrapassado o valor do Contrato, serão ajustadas entre o Dono de Obra e o Adjudicatários as condições para a contratação dos trabalhos complementares que se revelem necessários para a boa conclusão do objeto do Contrato, nos termos previstos na Cláusula seguinte.

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- 23.6** Se, por via das alterações a que se referem os números anteriores não for atingido o valor do Contrato, não será devida qualquer compensação ou indemnização ao Adjudicatário por tal facto.

### CLÁUSULA 24.ª SERVIÇOS COMPLEMENTARES

- 24.1** O Adjudicatário tem a obrigação de proceder à prestação de serviços complementares que lhe sejam ordenados pelo Dono de Obra.
- 24.2** Quando os serviços complementares resultem de circunstâncias não previstas, o Dono de Obra pode ordenar a sua prestação.

### CLÁUSULA 25.ª REVISÃO DE PREÇOS DO CONTRATO

- 25.1** A revisão dos preços contratuais é efetuada mensalmente nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto, na modalidade fixada neste CE.
- 25.2** A revisão de preços da prestação de serviços é calculada mensalmente e obedece à seguinte fórmula:

$$P_t = P_0 \times C_t$$

Em que:

- $P_t$  significa o preço ou taxa mensal revisto pela aplicação do coeficiente de atualização mensal  $C_t$ ;
- $P_0$  significa o preço ou taxa mensal do mês  $t$  a que respeita a faturação a ser revista, nos termos das condições da proposta e do Contrato;
- $C_t$  significa o coeficiente de atualização mensal que, por sua vez, se define pela fórmula seguinte:

$$C_t = 0,90 \times \frac{IPC_t}{IPC_0} + 0,10$$

- $IPC_t$  significa o índice de preços no consumidor sem habitação, na RAM, no mês  $t$  a que respeita a faturação (publicado pelo INE);
- $IPC_0$  significa o índice de preços no consumidor sem habitação, na RAM, no mês anterior ao da data limite fixada para apresentação das propostas (publicado pelo INE).

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- 25.3** Só haverá lugar a revisão de preços quando a variação do coeficiente de atualização for igual ou superior a 1% (um por cento), para mais, em relação à unidade.
- 25.4** A quantia resultante da revisão de preços será objeto de auto de medição específico e dará origem a uma fatura específica, devendo ser seguidos os mesmos procedimentos aplicados à emissão das faturas comuns.

### **CLÁUSULA 26.<sup>a</sup> CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**

- 26.1** É admitida a cessão da posição contratual do Adjudicatário, desde que sejam observados os requisitos e limites previstos na presente Cláusula.
- 26.2** O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual, no todo ou em parte, sem a prévia autorização, por escrito, do Dono de Obra.
- 26.3** Se o Adjudicatário ceder a sua posição contratual, no todo ou em parte, em violação do disposto na presente Cláusula, o Dono de Obra poderá resolver o Contrato e fazer-se ressarcir de todos os danos e prejuízos provocados pelo incumprimento do mesmo.
- 26.4** Ocorrendo a cessão da posição contratual, devidamente autorizada, consideram-se transmitidos para o cessionário os direitos e obrigações do Adjudicatário, assumindo aquele ainda os deveres, obrigações e encargos que eventualmente lhe venham a ser impostos pelo Dono de Obra, como condição para autorização da cessão de posição contratual.
- 26.5** O Adjudicatário é integralmente responsável pela transferência dos seus direitos e obrigações para o cessionário.
- 26.6** É ainda admitida a cessão da posição contratual do Adjudicatário, no caso de incumprimento das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do Contrato.

## **CAPÍTULO VII INCUMPRIMENTO DO CONTRATO**

### **CLÁUSULA 27.<sup>a</sup> INCUMPRIMENTO POR FACTO IMPUTÁVEL AO ADJUDICATÁRIO**

- 27.1** Se o Adjudicatário não cumprir as suas obrigações no âmbito do Contrato, de forma exata e pontual, por facto que lhe seja imputável, o Dono de Obra notificá-lo-á para cumprir dentro de um prazo razoável, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível, ou o Dono de Obra tenha perdido o interesse na prestação dos serviços, aplicando sanção pecuniária, nos

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

termos dos números seguintes, cujo valor acumulado não pode exceder 20% (vinte por cento) do valor do preço contratual.

- 27.2** Pelo incumprimento dos prazos de entrega de cada documento a entregar pelo Adjudicatário, pode ser aplicada uma sanção pecuniária nos seguintes termos:
- a)** Durante os primeiros 10 (dez) dias completos de atraso, até 1‰ (um por mil) do preço contratual;
  - b)** Durante os 20 (vinte) dias subsequentes de atraso, o limite indicado na alínea anterior será de 2‰ (dois por mil) do preço contratual;
  - c)** A partir do 30.º (trigésimo) dia de atraso, o limite indicado na alínea anterior será de 4‰ (quatro por mil) do preço contratual;
- 27.3** A não comparência ao serviço dos técnicos do Adjudicatário, ou em reuniões agendadas pelo Dono de Obra, seja qual for a sua categoria, será passível de aplicação de uma multa por cada dia de ausência de valor correspondente ao valor diário da Equipa Técnica, no mês em que o incumprimento tenha lugar. Por cada reincidência do mesmo técnico na falta referida, será duplicada a multa aplicável, até ao limite máximo de 3 (três) reincidências, a partir da qual o técnico em falta será excluído da Equipa Técnica.
- 27.4** Se o Adjudicatário proceder à substituição de qualquer técnico da Equipa Técnica sem o prévio consentimento do Dono de Obra, em violação do procedimento previsto para o efeito, e, a juízo deste, o perfil do técnico substituto não corresponda ao exigido para a função, fica sujeito à aplicação de uma multa diária, por cada dia até à apresentação de um pedido devidamente instruído de substituição daquele técnico, até 1,0‰ (um por mil) do preço contratual.
- 27.5** Sempre que o Adjudicatário violar o dever de confidencialidade consagrado neste CE, incorre no pagamento de uma multa no valor de € 5.000,00 (cinco mil euros), bem como pelo ressarcimento de todos os prejuízos que daí advenham para o Dono de Obra.
- 27.6** A falta de cumprimento de qualquer obrigação imposta neste CE, mas não incluída nas penalidades anteriormente referidas, é passível, a exclusivo juízo do Dono de Obra, de aplicação de sanção pecuniária variável, por cada falta, entre 1,0‰ (um por mil) e 5,0‰ (cinco por mil) do preço contratual.

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- 27.7** Na determinação da gravidade do incumprimento, o Dono de Obra terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
- 27.8** Sempre que resultem custos para o Dono de Obra derivados de adoção de procedimentos errados por parte do Adjudicatário, o Dono de Obra poderá exigir ao Adjudicatário a assunção dos referidos custos.
- 27.9** Mantendo-se a situação de incumprimento após o decurso dos prazos referidos nos números anteriores, ou se atinja o limite máximo fixado no n.º 27.1 desta Cláusula, o Dono de Obra pode proceder à resolução do Contrato com o fundamento de incumprimento definitivo.
- 27.10** A resolução do Contrato por incumprimento do Adjudicatário não prejudica o direito do Dono de Obra a uma indemnização nos termos gerais do direito.
- 27.11** O Dono de Obra pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente Cláusula.
- 27.12** No caso de não existirem montantes a pagar pelo Dono de Obra ao Adjudicatário, ou revelando-se tais montantes insuficientes para o pagamento integral das sanções pecuniárias aplicadas, pode o Dono de Obra recorrer, para esse efeito, à caução prestada para garantia do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais.

### **CLÁUSULA 28.ª RESOLUÇÃO OU SUSPENSÃO DO CONTRATO**

- 28.1** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Dono de Obra pode resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem se, após ter sido notificado desse não cumprimento e decorrido o prazo que lhe for fixado na notificação, o Adjudicatário não tiver sanado o incumprimento, designadamente nos seguintes casos:
- a)** Pelo atraso no início da prestação de serviços;
  - b)** Pelo atraso na execução dos serviços ou na entrega de documentos e o Adjudicatário, em mora, não realize a prestação no prazo que lhe haja razoavelmente sido fixado pelo Dono de Obra;
  - c)** Pela modificação de elementos da Equipa Técnica sem prévia autorização do Dono de Obra;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- d) Pelo recurso a entidades terceiras para cumprir as suas obrigações contratuais, sem prévia autorização do Dono de Obra;
  - e) Pelo atingimento do limite máximo de sanções pecuniárias fixado no n.º 27.1 da Cláusula 27.ª;
  - f) Pela quebra de sigilo, nos termos estabelecidos na Cláusula 15.ª deste CE;
  - g) Pela verificação, por mais de uma vez, a inobservância das disposições do Contrato ou quaisquer circunstâncias que revelem a existência de má-fé por parte do Adjudicatário;
  - h) O Adjudicatário se encontre em situação de dissolução ou insolvência;
  - i) O Adjudicatário proceda à cessão da sua posição contratual ou à subcontratação de serviços sem autorização do Dono de Obra para o efeito;
  - j) Se verificar qualquer tentativa, ainda que gorada, de frustrar, por qualquer meio, as cauções prestadas no âmbito do Contrato.
- 28.2** A resolução do Contrato exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário por carta registada com aviso de receção e produzirá efeitos a partir da data da sua receção.
- 28.3** Em caso de resolução ou suspensão do Contrato, a qualquer título, o Adjudicatário é obrigado a entregar de imediato toda a documentação e informação, independentemente da forma que esta revista, produzida no âmbito do Contrato e que esteja na sua posse, a qual é, para todos os efeitos, propriedade exclusiva do Dono de Obra.
- 28.4** A resolução do Contrato por causa imputável ao Adjudicatário, ou a terceiros a que aquele tenha recorrido, seja a que título for, no âmbito da execução do Contrato, atribui o direito ao Dono de Obra a receber uma indemnização pelos danos sofridos em consequência da resolução do Contrato.
- 28.5** O Adjudicatário pode resolver o Contrato por incumprimento grave e reiterado das obrigações contratuais por parte do Dono de Obra, desde que tal incumprimento lhe seja imputável, devesse o Adjudicatário notificar previamente o Dono de Obra do motivo da resolução, dando-lhe um prazo não inferior a 30 (trinta) dias para sanar tal incumprimento.
- 28.6** Verificando-se a situação de resolução ou suspensão definitiva ou temporária do Contrato, por motivos não imputáveis ao Adjudicatário, é-lhe devido o pagamento correspondente ao mês em curso e aos 2 (dois) meses subsequentes, de forma a acomodar os pré avisos legalmente estabelecidos para resolução de contratos de trabalho, de fornecimentos e de prestações de serviços, funcionalizados e vinculados à execução das prestações do Contrato.

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

**CLÁUSULA 29.<sup>a</sup> FORÇA MAIOR**

- 29.1** Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que esta não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 29.2** Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, sismos, inundações, incêndios, epidemias e pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 29.3** Não constituem força maior, designadamente:
- a)** Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - b)** Circunstâncias que não constituem força maior para os subcontratos do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - c)** Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo Adjudicatário, de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
  - d)** Manifestações populares devidas ao incumprimento, pelo Adjudicatário, de normas legais;
  - e)** Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f)** Avarias nos sistemas informáticos do Adjudicatário não decorrentes de sabotagem;
  - g)** Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 29.4** A concorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior devem ser imediatamente comunicadas à outra parte, bem como informar do prazo previsível para restabelecer a normalidade.

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- 29.5** A verificação de um caso de força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período, comprovadamente, correspondente ao impedimento resultante da força maior.

## **CAPÍTULO VIII CAUÇÃO E SEGUROS**

### **CLÁUSULA 30.<sup>a</sup> CAUÇÃO**

- 30.1** Para efeitos de garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a prestação de serviços, o Adjudicatário prestará, até à assinatura do Contrato, uma caução correspondente a 5% (cinco por cento) do preço contratual, com exclusão de IVA, que será prestada por depósito em dinheiro (cf. Anexo VI), mediante garantia bancária (cf. Anexo VII) ou mediante seguro-caução (cf. Anexo VIII), conforme escolha do Adjudicatário.
- 30.2** O depósito em dinheiro será efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade que for indicada pelo Dono de Obra, devendo ser especificado o fim a que se destina.
- 30.3** Se o Adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, esta deve ser à primeira solicitação e emitida por entidade bancária aceite pelo Dono de Obra.
- 30.4** O Dono de Obra pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, no caso de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais do Adjudicatário, designadamente, a não comparência à assinatura do Contrato.
- 30.5** O Dono de Obra pode recorrer à caução, independentemente de decisão judicial, nos casos em que o Adjudicatário não pague as penalidades contratuais aplicadas ou não cumpra as obrigações legais ou contratuais.
- 30.6** O Adjudicatário, verificando-se a situação indicada no número anterior, obriga-se a reforçar a caução no prazo de 5 (cinco) dias úteis, na exata medida em que a mesma venha a ser utilizada.
- 30.7** No caso de o Adjudicatário se tratar de um consórcio externo de responsabilidade solidária ou de um agrupamento complementar de empresas (ACE), o Dono de Obra aceita que a caução seja prestada de forma autónoma por cada membro do consórcio ou do ACE, na mesma proporção da respetiva participação naquele consórcio ou ACE.



## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

### **CLÁUSULA 31.<sup>a</sup> RESTITUIÇÃO DOS DEPÓSITOS E QUANTIAS RETIDAS E EXTINÇÃO DA CAUÇÃO**

- 31.1** Findo o período de vigência do Contrato, no prazo de 30 (trinta) dias contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do Adjudicatário, o Dono de Obra promoverá a liberação das cauções a que se refere a Cláusula 30.<sup>a</sup>.
- 31.2** A liberação das cauções, pelo Dono de Obra, será precedida de uma notificação do Adjudicatário declarando estarem cumpridas todas as respectivas obrigações contratuais.
- 31.3** A mora na liberação das cauções, quando imputável ao Dono de Obra, dá ao Adjudicatário o direito de exigir juro das respectivas importâncias, calculado sobre o tempo decorrido desde o dia seguinte ao do termo daquele prazo.
- 31.4** Se o Adjudicatário não cumprir as suas obrigações no âmbito do Contrato, de forma exata e pontual, por facto que lhe seja imputável, o Dono de Obra notificá-lo-á para cumprir dentro de um prazo razoável, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível, ou o Dono de Obra tenha perdido o interesse na prestação dos serviços, aplicando sanção pecuniária, nos termos dos números seguintes, cujo valor acumulado não pode exceder 20% (vinte por cento) do valor do preço contratual.

### **CLÁUSULA 32.<sup>a</sup> SEGUROS**

#### **32.1 DISPOSIÇÕES GERAIS DE SEGUROS**

- 32.1.1** Sem que isso constitua limitação das suas obrigações e responsabilidades, nos termos do Contrato, seus documentos anexos e deste CE, o Adjudicatário obriga-se a subscrever e manter em vigor as apólices de seguro necessárias para garantir as responsabilidades por si incorridas por via da execução do presente Contrato, e tal como se encontram definidas neste CE.
- 32.1.2** A fim de garantir o cumprimento do Contrato, o Adjudicatário deve submeter à aprovação do Dono de Obra, no prazo de apresentação dos Documentos de Habilitação, as apólices dos seguros previstos na presente Cláusula e na legislação aplicável.
- 32.1.3** No caso de alguma das apólices não ser aprovada, por escrito, pelo Dono de Obra, em virtude de não cobrir, no todo ou em parte, os riscos previstos no CE, o Adjudicatário suportará quaisquer danos que devessem estar cobertos por tal apólice e que por ela não estejam abrangidos, sem prejuízo da sua obrigação de contratar novos seguros que cubram aqueles riscos.

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- 32.1.4** O Adjudicatário é o único responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente Cláusula, devendo zelar pelo controlo efetivo dos seguros dos seus subcontratados.
- 32.1.5** O Adjudicatário obriga-se a manter as apólices de seguro válidas até à data de conclusão da prestação de serviços.
- 32.1.6** O Dono de Obra pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices previstas na presente Cláusula ou na legislação aplicável, devendo o Adjudicatário apresentá-los no prazo de 5 (cinco) dias após a notificação para o fazer.
- 32.1.7** Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas na presente Cláusula e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do Adjudicatário, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada a exercer a atividade seguradora em Portugal.
- 32.1.8** As Apólices de Seguro regem-se pela lei portuguesa e o foro competente para dirimir quaisquer questões relativas às mesmas é o da Comarca de Lisboa.
- 32.1.9** Os seguros previstos no CE em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do Adjudicatário perante o Dono de Obra e perante a lei.
- 32.1.10** Será obrigatória uma cláusula de reposição automática de capital, sempre que ocorra um sinistro participado à seguradora, em todas as apólices que vejam reduzido o seu capital, em valor equivalente ao volume de indemnizações liquidadas e/ou previstas.
- 32.1.11** Não poderão ter início quaisquer trabalhos objeto do Contrato sem que o Adjudicatário apresente ao Dono de Obra comprovativo de que as apólices de seguro se encontram efetivamente em vigor nas condições aprovadas.

### **32.2 SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO**

- 32.2.1** O Adjudicatário obriga-se, e obriga-se a exigir dos seus subcontratados, a celebrar e a manter em vigor durante toda a execução do Contrato, um contrato de seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais, constando dele uma cláusula pela qual a entidade seguradora se compromete a mantê-la válida até à conclusão do Contrato, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo de que o pessoal contratado pelos subcontratados possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

**32.2.2** No que se refere à(s) apólice(s) de seguro de acidentes de trabalho, esta(s) deverão cumprir o disposto na Lei nº 98/2009, de 4 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 83/2021, de 6 de dezembro e as alterações subsequentes, quando aplicáveis.

**32.2.3** Para todos os empregados dos subcontratados, este seguro poderá ser contratado por estes, mas o Adjudicatário será solidariamente responsável relativamente a esta obrigação.

### **32.3 SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL**

**32.3.1** O Adjudicatário deverá subscrever uma apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Geral e Profissional, cobrindo todos os danos e prejuízos causados ao Dono de Obra ou a terceiros, emergentes da prestação de serviços previstos no Contrato e resultantes de causas de qualquer natureza.

**32.3.2** O seguro deve cobrir toda a vigência do Contrato, deverá contemplar um capital seguro de 10% do preço contratual ou € 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil Euros), se o primeiro valor for inferior.

**32.3.3** O objeto do seguro deverá considerar as condições de execução do Contrato, cobrindo todas as situações de risco que se possam verificar, tanto no próprio resultado da prestação dos serviços, como para terceiros.

### **32.4 SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL AUTOMÓVEL**

**32.4.1** No que se refere às apólices de seguro de responsabilidade civil automóvel, estas deverão cobrir todos os veículos utilizados na prestação de serviços e vigorar durante todo o período contratual, nos termos do Decreto-Lei nº 291/2007, de 21 de agosto, com as alterações introduzidas pela Retificação nº 96/2007, de 19 de outubro e pelo Decreto-Lei nº 153/2008, de 6 de agosto, com as alterações subsequentes, quando aplicáveis, pelos montantes previstos ao abrigo da revisões, de cinco em cinco anos, dos limites fixados pela legislação supra referida.

## **CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **CLÁUSULA 33.<sup>a</sup> GESTOR DO CONTRATO**

**33.1** O Dono de Obra deve designar um Gestor para o Contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, nos termos do presente CE.

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- 33.2** Caso detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do Contrato, o Gestor do Contrato deve comunicá-los de imediato ao Dono de Obra, propondo, em relatório fundamentado, as medidas corretivas que se revelem adequadas.

### **CLÁUSULA 34.ª AUDITORIAS DO DONO DE OBRA**

- 34.1** No âmbito da verificação do cumprimento das obrigações contratuais pelo Adjudicatário, o Dono de Obra poderá auditar ou mandar auditar, em qualquer momento, qualquer área de atividade do Adjudicatário, obrigando-se este a dar livre acesso às suas instalações e a permitir a consulta e reprodução de qualquer documento escrito ou ficheiro informático que aí se encontre, bem como a colaborar diligentemente no fornecimento da informação que for exigida pelos auditores designados.
- 34.2** Estas auditorias não retiram ao atenuam quaisquer das responsabilidades imputáveis ao Adjudicatário.
- 34.3** O Adjudicatário deverá propor as Ações de Melhoria que considere necessárias para resolver as Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria, identificadas nos Relatórios de Auditoria, aprovados pelo Dono de Obra, no prazo no prazo de 10 (dez) dias uteis contados na data de receção do Relatório de Auditoria.
- 34.4** Compete ao Adjudicatário implementar o conjunto de ações aprovadas pelo Dono de Obra, por forma a assegurar adequada correção das Constatações identificadas nas auditorias.

### **CLÁUSULA 35.ª COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES**

- 35.1** Em todos os atos, reuniões, informações, correspondência entre o Dono de Obra e o Adjudicatário ou seus representantes e em todos os documentos emitidos no âmbito do Contrato, será utilizada, como idioma imperativo, a língua portuguesa.
- 35.2** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do Contrato, toda e qualquer informação a transmitir entre as partes deverá ser endereçada por escrito.
- 35.3** Caso se verifique a necessidade de um entendimento verbal de carácter urgente, deve o mesmo ser ratificado por escrito, no prazo máximo de 2 (dois) dias.
- 35.4** Toda a correspondência referente à execução da prestação de serviços deve ser dirigida ao Gestor do Contrato designado pelo Dono de Obra.

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- 35.5** Todos os documentos emitidos devem identificar no assunto a designação da prestação de serviços.
- 35.6** Toda a documentação a enviar ao Dono de Obra deverá compreender o documento original e uma cópia, assim como a sua versão digital.
- 35.7** Sempre que se tratar de documentação técnica, o suporte digital deverá ser apresentado em formato editável compatível com as últimas versões do MS OFFICE, AUTOCAD (\*.dwg ou \*.dxf), MS Project ou qualquer outro convencionado nos termos do Contrato.
- 35.8** Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **CLÁUSULA 36.ª DEVERES DE INFORMAÇÃO**

- 36.1** As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente, no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do Contrato.
- 36.2** Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé.
- 36.3** Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
- 36.4** No prazo de 10 (dez) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do Contrato.

### **CLÁUSULA 37.ª ATOS E DIREITOS DE TERCEIROS**

- 37.1** Sempre que o Adjudicatário sofra ou preveja sofrer impedimentos na execução dos serviços a que se refere o presente CE, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deverá, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ocorrência ou do conhecimento de forte possibilidade de ocorrência, informar, por escrito, o Dono de Obra, de modo a este ficar habilitado a tomar as providências que estejam ao seu alcance para evitar, minimizar ou recuperar os efeitos de tais ocorrências.
- 37.2** Do mesmo modo, se os serviços a realizar no âmbito do Contrato forem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a terceiros, o Adjudicatário, se disso tiver ou dever ter

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

conhecimento, comunicará, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao Dono de Obra, para que esta possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade terceira em questão, sem que tal implique diminuição ou exoneração da responsabilidade do Adjudicatário.

**CLÁUSULA 38.<sup>a</sup> PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TERCEIROS**

O Dono de Obra tem o direito de executar quaisquer trabalhos, diretamente ou através de uma terceira entidade, ou de receber a prestação de quaisquer serviços, ainda que de natureza idêntica aos atribuídos ao Adjudicatário, sem prejuízo do andamento normal dos trabalhos e da prestação de serviços objeto do Contrato.

**CLÁUSULA 39.<sup>a</sup> SUBCONTRATAÇÃO**

- 39.1** A responsabilidade de todos os serviços incluídos no Contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do Adjudicatário e só dele, salvo no caso de cessão parcial da posição contratual devidamente autorizada, não reconhecendo o Dono de Obra, senão para os efeitos indicados expressamente na lei, a existência de quaisquer subcontratados que trabalhem por conta ou em combinação com o Adjudicatário, ainda que indicados na sua proposta.
- 39.2** Caso o Adjudicatário, por razões de natureza excecional, necessite realizar qualquer parte dos trabalhos por subcontratação ou por tarefa, requererá previamente a competente autorização, por escrito, ao Dono de Obra, indicando o subcontratado ou tarefeiro a que pretende recorrer, fazendo acompanhar tal solicitação dos elementos comprovativos (declarações emitidas por organismos reconhecidos) e esclarecedores da necessidade invocada (prazo, custo, segurança, qualidade, ambiente, engenharia) e da capacidade e competência científica, técnica e legal do subcontratado ou tarefeiro que propõe.
- 39.3** Para além do referido no número anterior, o Adjudicatário deverá apresentar ao Dono de Obra, para cada subcontratado ou tarefeiro proposto, os elementos de habilitação previstos no procedimento de contratação.
- 39.4** O Dono de Obra reserva-se o direito de aceitar, ou não, a utilização de subcontratados ou tarefeiros, propostos segundo o estipulado no número 39.2, não acarretando a aceitação do Dono de Obra, a diminuição da responsabilidade do Adjudicatário, tal como se encontra definida no presente CE.

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- 39.5** O requerimento a que se refere o número 39.2 deverá ser acompanhado, além dos elementos aí mencionados e no número 39.3, por uma declaração assinada pelo subcontratado ou tarefeiro, em que este referirá que está perfeitamente inteirado da parte dos trabalhos a realizar e de tudo o estipulado neste CE.
- 39.6** O Dono de Obra deve pronunciar-se sobre o requerimento do Adjudicatário a que se refere o número anterior, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruído.
- 39.7** Se o Dono de Obra não efetuar nenhuma comunicação ao Adjudicatário dentro do prazo previsto no número anterior, considera-se que o requerimento deste foi rejeitado.
- 39.8** Nas subcontratações ou tarefas que tenham sido aceites pelo Dono de Obra, o Adjudicatário não poderá proceder à substituição dos subcontratados ou tarefeiros sem autorização prévia do Dono de Obra, devendo, para o efeito, cumprir as disposições e submeter à apreciação do Dono de Obra os elementos referidos nos números anteriores, com uma antecedência mínima de 20 (vinte) dias de calendário relativamente à data da entrada em funções do subcontratado ou tarefeiro proposto.
- 39.9** O Dono de Obra reserva-se o direito de ordenar a substituição de qualquer subcontratado ou tarefeiro, sem que para isso tenha de o justificar, nomeadamente, quando entender que não existe capacidade técnica indispensável para a realização dos trabalhos que lhe forem cometidos ou, ainda, no caso de, por si ou pelos seus agentes, apresentarem comportamentos que comprometam o andamento ou a boa execução dos serviços.
- 39.10** O Adjudicatário não poderá subcontratar mais de 30% (trinta por cento) do valor da prestação de serviços que lhe foi adjudicada.
- 39.11** O regime previsto no número anterior é igualmente aplicável às subcontratações subsequentes.
- 39.12** Caso o Adjudicatário pretenda subcontratar a um mesmo prestador de serviços um volume de serviços de valor igual ou superior a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato, o Dono de Obra reserva-se no direito de exigir que o Adjudicatário, no contrato que firmar com o prestador de serviços subcontratado ou tarefeiro, estabeleça a responsabilidade solidária deste para com o Adjudicatário face ao Dono de Obra, afiançando, consequentemente, as obrigações daquele perante o Dono de Obra.

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- 39.13** Ao Adjudicatário caberá velar pelo rigoroso cumprimento dos serviços subcontratados, gerindo, coordenando e compatibilizando aqueles serviços com os que executar diretamente, por forma a assegurar a qualidade de execução e o cumprimento do objeto do Contrato.
- 39.14** Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o Adjudicatário é, para todos os efeitos, o único interlocutor do Dono de Obra, seja relativamente aos serviços que aquele prestar diretamente, seja aos trabalhos que forem executados por entidades subcontratadas ou tarefeiros, sem prejuízo do Dono de Obra poder contactar diretamente com quaisquer daquelas entidades.
- 39.15** A nulidade do(s) contrato(s), ou a existência de qualquer outro vício no(s) contrato(s) entre o Adjudicatário e a(s) entidade(s) subcontratada(s) ou tarefeiro(s) serão sempre inoponíveis ao Dono de Obra, não podendo o Adjudicatário invocar qualquer daqueles factos para se escusar ao cumprimento de qualquer das suas obrigações, emergentes do Contrato.
- 39.16** Caso o(s) eventual(ais) subcontratados(s) ou tarefeiro(s) reclame(m) junto do Dono de Obra pelos pagamentos em atraso que sejam devidos pelo Adjudicatário, o Dono de Obra goza do direito de retenção sobre as quantias do mesmo montante devidas ao Adjudicatário.
- 39.17** As quantias retidas, nos termos do número anterior, serão pagas diretamente ao subcontratado ou tarefeiro em causa, caso o adjudicatário, notificado para o efeito pelo Dono de Obra, não comprove haver procedido à liquidação das mesmas nos 15 (quinze) dias úteis imediatos à receção de tal notificação.

### **CLÁUSULA 40.<sup>a</sup> FORO COMPETENTE**

Para resolução de todos os eventuais litígios decorrentes da execução do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **CLÁUSULA 41.<sup>a</sup> CONTAGEM DOS PRAZOS**

- 41.1** Os prazos fixados em dias ou meses no CE contam-se em dias seguidos de calendário, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados, salvo se contiverem a indicação expressa de se tratar de dias úteis.
- 41.2** Considera-se como início da contagem o dia seguinte àquele em que se produziu o evento que lhe deu origem.



## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

**41.3** Quando o último dia de um prazo coincidir com um sábado, um domingo ou um feriado, o prazo é prorrogado automaticamente até ao fim do primeiro dia útil que se seguir.

### **CLÁUSULA 42.<sup>a</sup> INÍCIO DE PRODUÇÃO DE EFEITOS**

A produção dos efeitos do Contrato inicia-se com a sua assinatura.

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

## **B - CADERNO DE ENCARGOS - CLÁUSULAS ESPECIAIS**

### **CAPÍTULO X CONSIDERAÇÕES GERAIS**

#### **CLÁUSULA 43.ª OBJETIVOS GERAIS**

- 43.1** Os serviços a que respeita o presente CE, e cujo objeto está enunciado na Cláusula 2.ª, compreendem a realização de um conjunto de atividades interrelacionadas mas enquadráveis em várias áreas funcionais que, no seu conjunto, terão de representar um todo coerente, baseado numa organização por processos, por forma a ser atingida a máxima qualidade e segurança de execução, assegurando o cumprimento das disposições legais e ambientais aplicáveis e respeitando os prazos e os custos definidos no contrato celebrado entre o Dono de Obra e o empreiteiro.
- 43.2** Todas as atividades desenvolvidas pelo Adjudicatário deverão obedecer sempre aos seguintes princípios:
- a)** Atitude pró-ativa;
  - b)** Controlo antecipado e preventivo dos problemas associados a cada uma das Áreas Funcionais;
  - c)** Garantir a qualidade, incluindo, no seu sentido mais lato, a segurança e o ambiente, o custo e o prazo estabelecidos pelo Dono de Obra.
- 43.3** Sem prejuízo das obrigações que decorrem diretamente da legislação aplicável, deste CE e das cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:
- a)** Assegurar a revisão do projeto, à luz dos requisitos estabelecidos pelo Dono de Obra para a execução do projeto, em conformidade com as disposições legais e normativas aplicáveis;
  - b)** Assegurar a verificação da execução da obra, em conformidade com o projeto, bem como o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor. Para tal, e sempre que necessário, o Adjudicatário deverá requerer ao coordenador de projeto a assistência técnica necessária, ficando obrigado a proceder ao registo desse facto;
  - c)** Constituir e gerir um sistema informação e controlo da empreitada, de modo a permitir a correta fiscalização dos trabalhos, com especial incidência nas condições de segurança

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

de execução dos trabalhos, controlo da qualidade e ambiente, controlo dos planos de trabalhos, análise de variantes construtivas, apreciação de métodos de execução e controlo de quantidades de trabalho;

- d) Elaborar relatórios, pareceres técnicos e avaliar as situações de obra para efeito de pagamento ao empreiteiro, apreciação de reclamações ou pedidos de indemnização do empreiteiro ou outras entidades públicas ou privadas, durante o prazo de execução do Contrato;
- e) Prestar assessoria no contacto com outras entidades, públicas ou privadas, que se venham a revelar importantes para o normal prosseguimento dos trabalhos;
- f) Garantir que os trabalhos são executados de forma que a obra se mantenha em ótimas condições de utilização e conservação após a conclusão do prazo de garantia da obra estipulado no respetivo caderno de encargos;
- g) Efetivar um plano geral de garantia da qualidade, do ambiente e da segurança, com vista ao cumprimento de todas as disposições contratuais, legais e regulamentares aplicáveis e das especificações técnicas, bem como das regras de arte e boas práticas aplicáveis, e proceder à validação e ao acompanhamento dos Planos de Gestão da Qualidade, Gestão Ambiental e Gestão da Segurança do empreiteiro, incluindo todos os planos específicos que se revelem necessários, designadamente e entre outros, os relativos à gestão dos resíduos em obra;
- h) Designar o Coordenador de Segurança para a fase de obra, o qual, após validação, será formalmente nomeado pelo Dono de Obra;
- i) Acompanhar a elaboração, rever e emitir parecer sobre a Compilação Técnica da Obra e de todos os documentos que a integram, designadamente e entre outros, as Telas Finais.

### **CLÁUSULA 44.ª ENQUADRAMENTO**

Os serviços a prestar respeitam à empreitada cuja descrição genérica é apresentada nos Anexos I, II e III deste CE, sendo que os documentos que regem aquela empreitada são os referidos no respetivo caderno de encargos, que servirão de enquadramento à atuação do Adjudicatário, no âmbito das suas funções.

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

## **CAPÍTULO XI ÁREAS FUNCIONAIS**

### **CLÁUSULA 45.ª ÁREA FUNCIONAL DE COORDENAÇÃO GERAL**

**45.1** Estão compreendidas nesta área funcional as ações que visem promover a coordenação e gestão global do Contrato em todas as suas vertentes funcionais, bem como as tarefas de articulação institucional com o Dono de Obra.

**45.2** Incluem-se nas responsabilidades e atribuições desta área funcional, nomeadamente, nos seguintes aspetos:

- a)** Assegurar o relacionamento com o Dono de Obra, através do Gestor do Contrato;
- b)** Estabelecer os objetivos da prestação de serviços, tendo em linha de conta os objetivos do Dono de Obra para a empreitada e elaborar a matriz de controlo do objeto e âmbito;
- c)** Elaborar o plano detalhado das atividades da prestação de serviços que permitam atingir aqueles objetivos, incluindo as atividades, os recursos humanos, os recursos materiais e o cronograma associado;
- d)** Organizar e gerir os recursos da Equipa Técnica, assegurando que os recursos estão capacitados para as suas funções, dispõem das condições necessárias para o efeito e são mobilizados oportunamente;
- e)** Avaliar os riscos e elaborar planos de mitigação de riscos, de forma a manter o Contrato dentro dos objetivos definidos;
- f)** Solucionar problemas que possam interferir com a execução do Contrato;
- g)** Gerir e controlar a execução do plano de atividades da Equipa Técnica;
- h)** Coordenar as atividades cometidas a cada uma das áreas funcionais, assegurando o fluxo otimizado de informação e a articulação entre elas;
- i)** Assegurar a elaboração, revisão e entrega de todos os documentos exigidos pelo Dono de Obra, nas condições estabelecidas contratualmente;
- j)** Reportar e justificar junto do Dono de Obra, ou de outras entidades, a seu pedido, todas as informações necessárias ao seguimento e controlo do progresso da empreitada;
- k)** Convocar, participar e secretariar reuniões semanais com os diversos intervenientes na execução da empreitada;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- l)** Participar em todas as reuniões com os diversos intervenientes na empreitada, ficando também a cargo do Adjudicatário a elaboração das respetivas atas. Caso estas não possam ficar prontas no final de cada reunião, serão enviadas num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a cada participante, a fim de que os mesmos se possam pronunciar. Neste caso, e após se terem efetuado as retificações necessárias, estas atas serão assinadas com assinatura eletrónica qualificada;
- m)** Preparar e acompanhar ou conduzir, de acordo com as solicitações do Dono de Obra, as visitas à obra autorizadas ou solicitadas pelo Dono de Obra;
- n)** Preparar as instruções, ordens, avisos ou notificações, a enviar às entidades intervenientes na empreitada pelo Dono de Obra;
- o)** Assegurar a transferência de conhecimentos para o Dono de Obra, incluindo a transferência de informação técnica que deverá ter lugar de acordo com o modelo BIM, se for essa a opção de trabalho do projetista, por sua vez a definir pelo Adjudicatário e a aprovar pelo Dono de Obra.

### **CLÁUSULA 46.<sup>a</sup> ÁREA FUNCIONAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

- 46.1** Estão compreendidas nesta área funcional as ações que visem promover a implementação de um sistema de gestão da informação e controlo administrativo da empreitada, completo e eficiente, de forma a garantir um rápido acesso à informação relacionada com as atividades da empreitada.
- 46.2** Neste âmbito, o Adjudicatário deverá manter a necessária troca e fornecimento de informação entre as entidades intervenientes na empreitada, de acordo com a metodologia proposta para o fluxo de informação da empreitada, que passará pela preparação de todos os sistemas de gestão e bases de dados, de utilização transversal a todas as áreas funcionais, nomeadamente os sistemas de informação e de gestão documental.
- 46.3** O Sistema de Gestão da Informação (SGI) que o Adjudicatário se obriga a implementar, tem como objetivo a organização da recolha, tratamento, registo e transferência de informações, interna e externamente, de acordo com as relações funcionais estabelecidas, e deverá permitir a recolha, o tratamento, a divulgação e o arquivo dos documentos em suporte físico (com particular relevância para os documentos cujos originais são emitidos em suporte papel),

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

a recolha, o tratamento, a divulgação e o arquivo dos documentos em suporte digital e o plano de Segurança Informática.

**46.4** A gestão administrativa e o SGI deverão ser concebidos para responder às necessidades da prestação de serviços e das suas áreas funcionais, tendo por base a adequação e adaptação aos requisitos específicos deste CE, de forma a garantir:

- a) Manter o Dono de Obra correta e permanentemente informado do desenvolvimento e situação pormenorizada da empreitada, em tempo real e nas dimensões definidas para o efeito;
- b) Estabelecer os circuito e suportes da informação que garantam eficazmente a permanente e fácil ligação entre todas as entidades intervenientes na empreitada, de forma articulada com o SGI em utilização no Dono de Obra;
- c) Promover a sistematização e a compatibilização da recolha e avaliação da relevância, tratamento, emissão e divulgação, controlo e registo e arquivo da Informação e respetivos documentos de suporte;
- d) Organizar, gerir, arquivar e manter a troca e fornecimento de informação, a articulação entre as entidades intervenientes (Dono de Obra, Equipa Técnica, Empreiteiro (incluindo o Projetista) e outras entidades) e permitir, a cada momento, o conhecimento pormenorizado dos trabalhos realizados, abrangendo:
  - i. A recolha, tratamento e registo de informação relativa ao progresso das diferentes frentes de trabalho;
  - ii. Esclarecimento de dúvidas e comunicação de instruções sobre os trabalhos a executar;
  - iii. A elaboração de relatórios periódicos de acompanhamento do projeto e/ou da obra, a submeter ao Dono de Obra, que deverão incluir todas as análises, informações, pareceres, recomendações e propostas decorrentes da ação da Equipa Técnica, bem como relativas à qualidade, segurança e saúde e ambiente e uma reportagem fotográfica, no caso da empreitada, a ser entregue até ao 5.º (quinto) dia do mês seguinte;
  - iv. Nestes relatórios deverão constar indicadores de execução quantitativos e qualitativos da execução da empreitada, que permitam medir os níveis de desempenho do empreiteiro, tanto na fase de projeto como na fase de obra, a

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

execução financeira, técnica e material do respetivo contrato, bem como os desvios perspetivados;

- v. Caso sejam detetados desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do projeto e/ou da obra, o Adjudicatário deverá propor as medidas corretivas que se mostrem adequadas, detalhando os impactos de correção e/ou minimização alcançáveis com essas medidas;
- vi. Elaboração de relatórios específicos que sejam solicitados pelo Dono de Obra.

**46.5** O SDI deverá constituir um instrumento de gestão flexível, fiável e adaptável às condições intrínsecas da empreitada e das atividades da prestação de serviços, que permita:

- a) Apoiar globalmente a execução da empreitada;
- b) Permitir a atuação atempada dos diferentes Intervenientes;
- a) Ser instrumento fundamental para a coordenação/comunicação com os intervenientes na empreitada;
- b) Estabelecer os planos e dispositivos de segurança adequados;
- c) Garantir o acompanhamento administrativo da obra, de acordo com as normas e procedimentos a estabelecer entre o Dono de Obra e o Adjudicatário;
- d) Assegurar o processamento e registo atualizado de toda a informação produzida e/ou tratada no âmbito da prestação de serviços e das suas respetivas atribuições;
- e) Disponibilizar toda a informação “online” nos locais de atuação da Equipa Técnica e nos demais locais estabelecidos pelo Dono de Obra, por forma a que este e quem o representa, tenham acesso em tempo real a toda a informação tratada de progresso da empreitada;
- f) Criar os arquivos digitais de toda a informação em circulação;
- g) Manter atualizado e operacional uma base de dados das atividades a cargo do Adjudicatário, garantindo a sua coerência e integração com a base de dados e SGI do Dono de Obra.

**46.6** No âmbito desta área funcional, deve ser assegurada a forma e a oportunidade de convocar, participar e secretariar as reuniões semanais com os diversos intervenientes na execução da empreitada ou quaisquer outras reuniões que não sejam conduzidas diretamente pela Coordenação Geral:

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- a)** Propor ao Dono de Obra uma estratégia/agenda de reuniões para a gestão do projeto e/ou da obra, apresentando os tipos de reuniões a efetuar, a sua frequência, o seu dia e hora, bem como as presenças obrigatórias;
- b)** Essas reuniões poderão ser, entre outras:
  - i.** Reuniões de coordenação da empreitada (projeto e/ou obra) onde se fará o ponto de situação do conjunto dos trabalhos;
  - ii.** Reuniões de Obra onde se fará o ponto de situação de uma zona/frente de obra específica e reuniões internas da área funcional de Fiscalização e Controlo de Execução com o empreiteiro para o tratamento de assuntos relacionados com a empreitada;
  - iii.** Reuniões de Segurança em Obra;
  - iv.** Reuniões de Qualidade onde se fará o ponto de situação sobre os aspetos relativos ao Controlo de Qualidade/Plano de Qualidade;
  - v.** Reuniões de Ambiente;
  - vi.** Reuniões de Risco;
  - vii.** Reuniões de Planeamento e Progresso dos Trabalhos onde se fará o ponto de situação da evolução geral dos trabalhos da empreitada;
  - viii.** Reuniões de Controlo de Custos da empreitada, de acordo com as necessidades de cada momento do desenvolvimento da empreitada;

**46.7** Em apoio e suporte às outras áreas funcionais, deverão ainda ser asseguradas as seguintes atividades:

- a)** Criar e preencher o Diário da Fiscalização, por frente de obra, com registo diário das atividades relevantes;
- b)** Elaborar o(s) auto(s) de consignação das obras, incorporando todas as informações relevantes;
- c)** Elaborar o(s) auto(s) de receção das obras, incorporando todas as informações acerca das deficiências a corrigir;
- d)** Elaborar o(s) auto(s) de suspensão dos trabalhos, incorporando todas as informações relevantes;



## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- e) Assegurar o encaminhamento para o Gestor do Contrato toda a correspondência de carácter relevante trocada com o empreiteiro e demais entidades intervenientes ou quando solicitado pelo Dono de Obra;
- f) Assegurar a existência de ferramentas para analisar e validar as propostas de subcontratação de subempreiteiros e fornecedores apresentadas pelo empreiteiro, nos termos previstos no caderno de encargos da empreitada.
- g) Assegurar o acompanhamento de todo o processo de vistorias iniciais, intermédias e finais, às edificações e infraestruturas existentes, a levar a efeito pelo empreiteiro;
- h) Gerir a receção dos eventuais contactos e das eventuais reclamações de particulares e criar uma base de dados das vistorias realizadas e reclamações, acompanhamento das reparações na fase final da empreitada e elaboração de declarações de quitação.

**46.8** Para dar resposta a todas as exigências referidas nos números anteriores, o Adjudicatário deverá, entre outras atividades, elaborar um Plano de Gestão da Comunicação, a propor ao Dono de Obra no prazo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato que permita entre outros aspetos:

- a) Facilitar o processo de aplicação de normas, procedimentos e funções administrativas;
- b) Padronizar e uniformizar a terminologia técnica dos processos;
- c) Assegurar a adequação e continuidade das normas e procedimentos definidos;
- d) Evitar equívocos quanto à forma de tratamento da informação;
- e) Traduzir o sistema de autoridade/responsabilidade adotado;
- f) Avaliar, objetivamente, os procedimentos adotados e propor alterações dos mesmos no sentido de uma maior eficácia global.

**46.9** O Plano de Gestão da Comunicação deverá incluir:

- a) Fluxograma, acompanhado de Memória Descritiva e Justificativa, das ligações de rotina a estabelecer com as entidades intervenientes. Sempre que o Dono de Obra ou o Adjudicatário entenderem ser necessário ao bom andamento dos trabalhos, a modificação do fluxograma aprovada, no todo ou em parte, o Adjudicatário deverá estudar e propor as adaptações consideradas convenientes;
- b) Sistema de procedimentos de controlo interno;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- c) Um sistema de arquivo estruturado, de toda a informação e documentação técnica e administrativa relacionada com a prestação de serviços e com o desenvolvimento da empreitada referidos neste CE, de acordo com uma classificação e chave de arquivo;
- d) Circuitos, meios e rotinas de comunicação entre os diversos intervenientes.

**46.10** Mensalmente, ou na periodicidade específica definida pelo Dono de Obra, o Adjudicatário deverá submeter-lhe relatórios pormenorizados contendo todas as análises, informações, dados e estatísticas, pareceres, recomendações e propostas decorrentes da atuação do Adjudicatário, no âmbito de todas as áreas funcionais referidas neste CE, relativos ao progresso e acompanhamento da empreitada, que deverá incluir, no mínimo, a seguinte informação:

- a) Descrição dos trabalhos realizados e de eventuais ocorrências verificadas;
- b) Indicação explícita do estado e do progresso das diversas frentes de obra, abrangendo as principais atividades, os desvios em relação à programação física e financeira em vigor, proposta de medidas corretivas e as previsões de execução para o período seguinte;
- c) Informação relativa à afetação real de recursos de mão-de-obra e equipamento por atividade principal ou frente de obra e a sua comparação com o previsto;
- d) Informação relativa à análise das observações dos sistemas de monitorização e instrumentação;
- e) Informação sobre a situação do Plano de Aprovisionamento do contrato de empreitada;
- f) Informação relevante relativa a questões no âmbito da coordenação de segurança em obra;
- g) Informação relevante relativa a questões no âmbito do Acompanhamento Ambiental;
- h) Informação relevante relativa a questões de Risco;
- i) Informação relevante relativa a questões de ensaios;
- j) Comentários para o próximo período, nomeadamente a proposta de medidas para resolver os eventuais atrasos existentes;
- k) Anexos:
  - i. Cópia dos Autos de Medição e fatura mensal;
  - ii. Mapas de controlo de faturação e conta corrente;
  - iii. Cronogramas financeiros;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- iv. Quadros comparativos dos meios de mão-de-obra e equipamento nas frentes de obra, reais e previstos no período e acumulado;
- v. Quadros de controlo de aprovação do Plano de Trabalhos da empreitada;
- vi. Quadros de acompanhamento mensal do Plano de Trabalhos, com a indicação das percentagens de trabalho realizadas no mês e acumuladas, a sua comparação com a *baseline* do Programa de Trabalhos em vigor e com a previsão das datas de conclusão das principais atividades, prazos parciais vinculativos e prazo global;
- vii. Quadros de acompanhamento da evolução física do contrato de empreitada – principais trabalhos e prazos parciais;
- viii. Quadros de acompanhamento do cronograma de execução física da empreitada;
- ix. Quadros de controlo de subempreiteiros, com a indicação das validações, os valores das subempreitadas e as datas de início e fim dos trabalhos;
- x. Registo fotográfico georreferenciado do desenvolvimento da Obra.

### CLÁUSULA 47.<sup>a</sup> ÁREA FUNCIONAL DE PLANEAMENTO E CONTROLO DE CUSTOS

- 47.1** Estão compreendidas nesta área funcional as ações que visem criar um sistema de planeamento e controlo de custos, constante e dinâmico da progressão dos trabalhos, com a finalidade de assegurar a execução da empreitada no prazo e aos custos definidos pelo Dono de Obra.
- 47.2** Cabe ainda a esta área funcional operacionalizar a deteção e identificação atempada de desvios significativos dos prazos e/ou nos custos estabelecidos, respetivamente, no Programa de Trabalhos global e no Cronograma Financeiro global da empreitada, por forma a ser possível tomar medidas que minimizem os efeitos negativos desses desvios.
- 47.3** No âmbito desta área funcional, e no sentido de serem atingidos os objetivos definidos nos números anteriores, no que se refere ao controlo de prazos, deverá o Adjudicatário:
- a) Propor ao Dono de Obra, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do Contrato, a forma como deverá ser exigida a apresentação do Programa de Trabalhos pelo empreiteiro, de acordo com as obrigações daquele estabelecidas no correspondente contrato;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- b)** Estabelecer um sistema informático integrado, que permita realizar o controlo do planeamento do projeto e/ou da obra, incluindo o esquema de recolha de elementos sobre o andamento do projeto/ e/ou da obra, que possibilite a conferência das quantidades de trabalho realizadas;
- c)** Elaborar o Planeamento Integrado da empreitada, com base nos objetivos, opções e constrangimentos transmitidos pelo Dono de Obra, por forma a assegurar a existência de um guia para a execução da empreitada e proporcionar *baselines* para a sua monitorização do progresso e controlo, a partir do Plano de Trabalhos do respetivo contrato;
- d)** Analisar as metodologias de execução e o plano de trabalhos proposto pelo empreiteiro, bem como as respetivas atualizações e revisões, se a elas houver lugar;
- e)** Analisar e dar parecer fundamentado, em termos conclusivos, sobre o(s) plano(s) de trabalhos proposto(s) pelo empreiteiro, para aprovação;
- f)** Analisar e dar parecer fundamentado sobre as metodologias de execução propostas pelo empreiteiro, e sobre a sua interpretação e correta representação no plano de trabalhos respetivo;
- g)** Apreciar e informar acerca dos planos de mobilização do empreiteiro, no que concerne a mão-de-obra, equipamentos, materiais e plano de estaleiro, incluindo as respetivas instalações provisórias;
- h)** Fornecer as informações adicionais que o Dono de Obra venha, eventualmente, a solicitar, nomeadamente no caso de o Dono de Obra considerar que o plano de trabalhos em análise não apresenta o detalhe suficiente para o acompanhamento e controlo do progresso da empreitada a que respeita;
- i)** Assegurar a manutenção da atualização do Planeamento Integrado da empreitada, com base nas informações do Plano de Trabalhos do contrato de empreitada, registando os respetivos pressupostos, opções de base e constrangimentos;
- j)** Analisar, medir e registar os trabalhos realizados;
- k)** Registar as datas de início e fim real das atividades e a sua comparação com o previsto no Plano de Trabalhos em vigor;
- l)** Verificar as quantidades de materiais colocados na obra;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- m)** Elaborar estimativas da duração dos trabalhos ainda não realizados, tendo em conta a realidade do projeto e/ou da obra e os meios necessários para garantir o cumprimento dos prazos vinculativos do contrato de empreitada;
- n)** Controlar o pessoal e equipamentos em obra;
- o)** Registrar diariamente as principais atividades desenvolvidas pelo empreiteiro, incluindo as cargas de mão-de-obra, de equipamentos e materiais utilizados nas diferentes frentes de trabalho, de acordo com a discriminação constante no plano de trabalhos da empreitada;
- p)** Manter o Dono de Obra correta e permanentemente informado da situação pormenorizada e real de desenvolvimento dos trabalhos e da sua projeção e consequências, incluindo os registos fotográficos e videográficos de suporte;
- q)** Controlar mensalmente a evolução física da empreitada, com identificação da percentagem de obra realizada por cada uma das atividades principais;
- r)** Analisar, estimar e controlar os prazos necessários à execução da empreitada, comparando o realizado com o plano de trabalhos que, casuisticamente, lhe for aplicado;
- s)** Efetuar a atualização quinzenal e acompanhamento periódico do plano de trabalhos da empreitada, que permitam constatar:
  - i.** A quantificação do grau de avanço de cada atividade de cada Programa de Trabalhos em vigor, indicando, designadamente e entre outros:
    - 1.** As datas reais de início e de fim;
    - 2.** As datas e durações previstas;
    - 3.** A percentagem de realização;
    - 4.** A atualização das estimativas dos cenários alternativos de recuperação de atrasos emitidos anteriormente;
    - 5.** O rendimento existente, por dia e recurso utilizado na atividade, justificado de acordo com a eficiência demonstrada até à data;
  - ii.** Os desvios verificados entre as atividades programadas e as efetivamente realizadas no período de tempo considerado;
  - iii.** A reprogramação dos trabalhos, em termos de plano de trabalhos, planos de mão-de-obra e de equipamentos e plano de pagamentos, tendo em conta o

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

efetivamente realizado e mantendo os níveis de recursos inicialmente previstos pelo empreiteiro, bem como tendo em conta a projeção dos dados de balizamento e as estatísticas reais verificadas no decurso dos trabalhos já realizados;

- iv. A reprogramação dos trabalhos, em termos de plano de trabalhos, planos de mão-de-obra e de equipamentos e plano de pagamentos, tendo em conta as imposições que a fiscalização vier a determinar para cumprimento das condições contratuais da empreitada;
  - t) Identificar e caracterizar os desvios no desenvolvimento dos trabalhos e propor as ações necessárias à sua correção ou eliminação, e à recuperação desses desvios incluindo, quando se justifique, a elaboração dos respetivos Planos de Recuperação, elaborando cenários alternativos (com diferentes graus de otimismo/pessimismo e constrangimentos associados);
  - u) Avaliar as repercussões a nível de prazos contratuais, decorrentes dos desvios mencionados e das medidas de correção, minimização e/ou recuperação propostas;
  - v) Garantir a implementação das medidas aprovadas pelo Dono de Obra com o objetivo de recuperar eventuais atrasos, de forma a dar cumprimento às datas chave estabelecidas como prazos parciais e globais vinculativos;
  - w) Propor, sempre que considerado conveniente, em função das medidas de correção de desvios mencionadas nas alíneas anteriores, alternativas ao Plano de Trabalhos em vigor, sempre que se julguem mais vantajosas, estejam de acordo com os compromissos assumidos pelo empreiteiro e respeitem as relações de sequencialidade decorrentes dos processos construtivos utilizados. Estas alternativas deverão incidir não só sobre o encadeamento temporal das atividades, mas também sobre as afetações de recursos, ritmos de execução, equipamentos, materiais e planos previsionais de faturação;
  - x) Analisar e emitir parecer sobre prorrogações de prazo, solicitados pelo empreiteiro.
- 47.4** No âmbito desta área funcional, e no sentido de serem atingidos os objetivos definidos nos números anteriores, no que se refere ao controlo de custos, deverá o Adjudicatário:
- a) Propor ao Dono de Obra, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do Contrato, a forma como deverá ser exigida a apresentação, pelo empreiteiro, do

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

Cronograma Financeiro, de acordo com as obrigações daquele estabelecidas no respetivo contrato;

- b)** Estabelecer um sistema informático integrado, que permita realizar o controlo dos custos da empreitada, incluindo a esquema de recolha de elementos sobre o andamento da empreitada, que possibilite a conferência das quantidades de trabalho realizadas, bem como o estabelecimento das normas a respeitar na elaboração dos autos de medição de trabalhos, dos materiais e equipamentos entregues e dos materiais usados retirados dos locais de obra;
- c)** Elaborar o plano previsional de faturação de cada contrato no âmbito da empreitada, em perfeita consonância com a aprovação do plano de trabalhos respetivo;
- d)** Garantir e assegurar o controlo contabilístico do contrato de empreitada;
- e)** Simular as repercussões ao nível do cronograma financeiro de diferentes opções ou de diferentes soluções de sequencialidade de ações, calculando também o respetivo valor atualizado;
- f)** Realizar o controlo geométrico das diferentes fases da obra para efeitos de controlo de medições;
- g)** Medir as quantidades de trabalho (contratuais e trabalhos complementares, se e quando aplicável) executadas mensalmente e elaborar as Listas de Quantidades de Trabalho Executadas no Período, validá-las e enviá-las ao Dono de Obra, no prazo que for acordado ao nível do manual de procedimentos referido na área funcional anterior;
- h)** Controlar e verificar as quantidades dos materiais e equipamentos fornecidos diretamente pelo Dono de Obra ou por terceiros, se aplicável;
- i)** Controlar e verificar as quantidades dos materiais e equipamentos usados retirados dos locais de obra e garantir a sua entrega ao Dono de Obra, sempre que aplicável;
- j)** Medir, controlar e registar diariamente os trabalhos realizados (trabalhos contratuais e trabalhos complementares), tendo em vista a quantificação dos valores orçamentais e utilizando os registos de consumo de materiais;
- k)** Elaborar os Autos de Medição, com base nas Listas de Quantidades de Trabalho Executadas no Período, por contrato e adicionais ao contrato;
- l)** Emitir informação e parecer fundamentado sobre as reclamações eventualmente apresentadas pelo empreiteiro relativamente aos autos de medição;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- m)** Elaborar a conta corrente da empreitada, segundo as normas legais em vigor, bem como as previsões mensais da evolução dos pagamentos a efetuar ao empreiteiro, submetendo-as à aprovação do Dono de Obra;
- n)** Manter as contas correntes dos contratos que compõem a empreitada permanentemente atualizadas;
- o)** Verificar os cálculos das revisões de preços;
- p)** Elaborar os mapas de controlo de faturação do contrato de empreitada e por cada um dos respetivos adicionais, se e quando aplicável, cronograma financeiro atualizado e mapa resumo da conta corrente;
- q)** Analisar, verificar e controlar todas as faturas e notas de crédito emitidas pelo empreiteiro, após aprovação dos respetivos autos de medição de trabalhos, propondo ao Dono de Obra, através de pareceres fundamentados, a sua aprovação ou rejeição, no prazo compatível com o disposto no contrato respetivo;
- r)** Atualizar o programa previsional de faturação à medida que os pagamentos vão sendo feitos ao empreiteiro, de acordo com o andamento dos trabalhos e as condições do contrato respetivo, e sempre que ocorra uma alteração aprovada de planos de trabalhos e correspondentes cronogramas financeiros e planos de pagamentos;
- s)** Emitir informação e parecer fundamentado sobre as propostas apresentadas pelo empreiteiro, tendo em vista a realização de trabalhos complementares;
- t)** Elaborar atempadamente todos os pedidos de trabalhos complementares e trabalhos a menos em condições de serem submetidos à aprovação do Dono de Obra, previamente à sua formalização junto do empreiteiro;
- u)** Analisar e dar parecer fundamentado sobre eventuais preços novos, globais ou unitários, para trabalhos não previstos, propostos pelo empreiteiro ou solicitados pelo Dono de Obra;
- v)** Fornecer outras informações que venham a ser solicitadas pelo Dono de Obra, no que se refere a uma maior subdivisão de custos ou a sua classificação segundo critérios alternativos, necessários para o sistema de controlo interno ao Dono de Obra;
- w)** Controlar mensalmente a informação do seguimento financeiro do contrato de empreitada, que permita quantificar, para cada atividade, o valor já faturado, por fatura, pago e por pagar;



## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- x) Analisar, estimar e controlar os custos necessários à execução da empreitada, comparando o realizado com o cronograma financeiro que casuisticamente lhe for aplicado;
- y) Avaliar as repercussões a nível do plano previsional de faturação, decorrentes dos desvios mencionados e das medidas de correção, minimização e/ou recuperação propostas;
- z) Elaborar uma atualização mensal e, em casos de inflexões no decurso das obras, do cronograma financeiro previsional da empreitada;
- aa) Elaborar a conta final da empreitada;
- bb) Elaborar os cálculos e os autos de aplicação de penalidades, incluindo as multas por violação dos prazos contratuais e propor ao Dono de Obra a oportunidade da sua aplicação.

**47.5** No cômputo das responsabilidades e tarefas identificadas nos números anteriores, e no âmbito desta área funcional, cabe ao Adjudicatário o controlo, tão antecipado quanto possível, de quaisquer constrangimentos à realização de cada tarefa que materializa a realização da empreitada, designadamente e entre outros, a verificação dos seguintes aspetos:

- a) Garantir a disponibilidade atempada do projeto relevante para cada tarefa, devidamente aprovado, incluindo os aspetos de segurança;
- b) Garantir a aprovação atempada das amostras padrão e documentos de homologação e certificação dos materiais, equipamentos e elementos de construção a aplicar na empreitada;
- c) Garantir o controlo da disponibilidade de recursos humanos, materiais e equipamentos por parte do empreiteiro em obra;
- d) Assegurar a disponibilidade atempada e a respetiva consignação dos espaços de obra;
- e) Assegurar a coordenação das atividades de todos os intervenientes na empreitada.

### **CLÁUSULA 48.<sup>a</sup> ÁREA FUNCIONAL DE GESTÃO DE RISCO**

**48.1** Estão compreendidas nesta área funcional as ações que visem garantir a gestão do risco da empreitada, com o objetivo de reduzir o impacto das incertezas sobre os objetivos da empreitada.

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- 48.2** Com o objetivo de assegurar os objetivos referido no número anterior, o Adjudicatário deverá apresentar o Plano de Gestão Risco Integrado (PGR) ao Dono de Obra, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do Contrato, no que se refere à repartição das fronteiras e responsabilidades de intervenção.
- 48.3** O PGR constituirá o suporte para a implementação da gestão do risco por parte da prestação de serviços, o qual especificará as disposições do Contrato em matéria de:
- a)** Estrutura organizacional;
  - b)** Processo de gestão de risco.
- 48.4** A estrutura organizacional será a base da gestão dos riscos. Ela fornece as bases e disposições para integrar a gestão do risco em todos os níveis da empreitada. O processo de gestão do risco é uma atividade que envolve todos os participantes na empreitada e que permite gerir de forma reativa os desvios das condições de referência definidas no respetivo contrato.
- 48.5** As informações de riscos serão atualizadas periodicamente (uma vez por semana) e são analisadas pelos intervenientes identificados no PGR, em articulação com a estrutura montada pela Equipa Técnica, considerando, no mínimo, a participação e inputs provenientes das outras áreas funcionais, sem prejuízo de outros intervenientes que venham a contribuir para o garante dos requisitos estabelecidos pelo Dono de Obra.
- 48.6** As principais atribuições do Adjudicatário enquanto responsável pela supervisão do PGR da empreitada, são as que se apresentam em seguida:
- a)** Supervisionar as atividades de gestão do risco levadas a cabo pelo empreiteiro;
  - b)** Coordenar as reuniões de acompanhamento de gestão do risco integrada, com as várias facetas da gestão da empreitada;
  - c)** Supervisionar a implementação do PGR ao longo da empreitada, avaliar os cenários do risco, bem como as medidas para a mitigação dos riscos, e validar os Mapas de Registo dos Riscos (MRR) previstos no PGR com carácter evolutivo, com base no acompanhamento operacional dos trabalhos.
- 48.7** No que se refere à supervisão e monitorização da gestão de risco da empreitada, compete ao Adjudicatário fazer a aprovação inicial e monitorização do PGR, o qual se baseia nos princípios e linhas de orientação das normas da família ISO 31000, competindo-lhe, nomeadamente, zelar pelo seguinte:

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- a)** Assegurar que o PGR da empreitada segue o âmbito, os objetivos e a estratégia da gestão do risco delineada, nomeadamente, com uma estratégia clara e através da identificação dos riscos e das medidas de eliminação ou mitigação dos mesmos, com base em critérios pré-definidos e seguindo um princípio de viabilidade económica;
- b)** Assegurar que o PGR se integre no sistema de gestão global da empreitada, articulando-se com os diversos sub-sistemas de gestão nos seus aspetos técnicos e de gestão económico-financeira (Qualidade, Segurança, Ambiente, Prazos, Custos, etc.);
- c)** Assegurar o acompanhamento inicial da elaboração do PGR, no prazo de 30 (trinta) dias após o início de vigência do Contrato, por forma a assegurar a sua célere aprovação em paralelo com o respetivos DPSS;
- d)** Assegurar que o PGR é compatível com as normas ISO 31000:2009 e ISO.IEC 31010:2009 e o guia ISO Guide 73:2009 (ou versões posteriores);
- e)** Apoiar a elaboração das fichas de registo prévias correspondentes às atividades do plano de trabalhos;
- f)** Promover a divulgação destas fichas às equipas afetas às diferentes frentes de trabalho;
- g)** Zelar pelo cumprimento das atividades de monitorização, revisão, comunicação e controlo do risco;
- h)** Apoiar as atividades de gestão do risco levadas a cabo pelo gestor de risco nomeado pelo empreiteiro;
- i)** Validar os registos de risco;
- j)** Atualizar o PGR de forma ágil ao longo da obra, assegurando a monitorização do Mapa de Registo dos Riscos (MRR) com carácter evolutivo;
- k)** Assegurar a coordenação das Reuniões de Gestão do Risco inerentes ao acompanhamento dos trabalhos, de acordo com a periodicidade a estabelecer;
- l)** Participar nas reuniões de obra onde formalizará o seguimento operacional da atividade de gestão do risco;
- m)** Assegurar a elaboração dos relatórios periódicos da Gestão do Risco e elaborar o parecer de apreciação dos referidos relatórios;
- n)** Elaborar o Relatório Final da Gestão de Risco da empreitada, incorporando as respetivas informações dos relatórios referidos nas alíneas anteriores.

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

**CLÁUSULA 49ª   ÁREA FUNCIONAL DE GESTÃO DA QUALIDADE**

- 49.1** Estão compreendidas nesta área funcional as ações que visem garantir o estabelecimento, implementação e manutenção de um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) para regular a prestação de serviços que, que sem prejuízo da observância da legislação aplicável e dos requisitos específicos definidos pelo Dono de Obra para a empreitada, cumpra os requisitos da NP EN ISO 9001 em vigor, assegurando a qualidade da empreitada em todas a suas dimensões.
- 49.2** Estão ainda compreendidas nesta área funcional as ações que visem a melhoria dos SGQ do contrato de empreitada, empregando as técnicas de gestão da qualidade adequadas e integradas, por forma assegurar o cumprimento dos requisitos definidos no número anterior, bem como as ações de controlo da qualidade de execução dos trabalhos, através do controlo, inspeção e ensaio dos materiais, processos, equipamentos, elementos de construção e soluções técnicas adotadas pelo empreiteiro, de acordo com as condições contratuais aplicáveis e com as restantes disposições legais em vigor.
- 49.3** Com o objetivo de assegurar os objetivos referido nos números anteriores, o Adjudicatário deverá apresentar o Plano de Gestão da Qualidade (PGQ) ao Dono de Obra, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do Contrato. Este plano constituirá a base do SGQ e integrará:
- a)** Os objetivos em matéria de qualidade;
  - b)** As responsabilidades dos intervenientes no âmbito da qualidade e das soluções que propõe para a sua integração e envolvimento no SGQ;
  - c)** Programa de ação para a qualidade, estabelecendo os requisitos que deverão ser seguidos por cada interveniente;
  - d)** Procedimentos referentes ao tratamento de Não Conformidades;
  - e)** Ficha representativa das principais atividades a realizar ao longo das obras (exemplo: descrição da atividade, descrição da metodologia de trabalho, rendimentos das máquinas, rendimento da mão-de-obra, etc.);
  - f)** Fluxogramas de ligação entre entidades, ações, interfaces e resultados;
  - g)** Programas de inspeção e ensaio específicos;
  - h)** Procedimentos associados aos referidos fluxogramas;
  - i)** Requisitos para a Qualidade;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- j) As diversas *check-lists* necessárias;
  - k) Os indicadores para avaliação do desempenho;
  - l) Os demais aspetos especificados nas cláusulas contratuais.
- 49.4** Sem prejuízo dos contributos desta área funcional para os relatórios referidos neste CE, mensalmente, devem ser preparados relatórios relativos ao controlo da qualidade da empreitada, contendo comentários e conclusões dos resultados obtidos, bem como a evolução do tratamento de Não Conformidades.
- 49.5** Com a conclusão da empreitada será elaborado um relatório final da atividade global do controlo de qualidade.
- 49.6** As principais atribuições do Adjudicatário enquanto responsável pela gestão da qualidade da empreitada, são as que se apresentam em seguida:
- a) A definição das regras a cumprir pelo empreiteiro, no que respeita à gestão e controlo da qualidade, nomeadamente, no que respeita à sua articulação com o SGQ da empreitada aprovado;
  - b) Avaliar, emitir parecer e recomendações para melhoria dos documentos da qualidade emitidos pelo empreiteiro;
  - c) Estabelecer e implementar um Plano de Auditorias ao SGQ do contrato de empreitada;
  - d) Propor ao Dono de Obra a organização, constituição, funções e modo de funcionamento de uma Comissão da Qualidade da empreitada;
  - e) Garantir as condições para que o Dono de Obra possa, em qualquer momento e sem aviso prévio, proceder a auditorias ao SGQ implementado pelo Adjudicatário.
- 49.7** No que diz respeito à monitorização e ao controlo da qualidade específico do contrato de empreitada, são obrigações do Adjudicatário:
- a) Analisar e emitir parecer relativamente ao Plano da Qualidade e aos Planos de Inspeção e Ensaio a apresentar pelo empreiteiro;
  - b) Assegurar que as obras sejam executadas de acordo com o projeto, as especificações do caderno de encargos da empreitada e outras condições contratuais, bem como as regras de boa execução;
  - c) Acompanhar o desenrolar dos trabalhos, que deverá ser efetuado por observação visual e/ou topográfica, por controlo *in situ* e/ou laboratorial dos materiais e da execução dos trabalhos. O controlo será efetuado relativamente aos meios utilizados (mão de obra,

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

materiais e equipamentos), aos métodos de construção, e à qualidade dos materiais, equipamentos e processos de execução. Sempre que considerado necessário deverão ser apresentadas recomendações com a finalidade de melhorar os métodos de execução dos trabalhos;

- d) Assegurar o apoio topográfico, incluindo a verificação dos nivelamentos, alinhamentos, implantação e controlo dimensional ao longo da execução da empreitada;
- e) Indicar quais os ensaios de controlo a executar, mencionando expressamente as condições de execução, incluindo meios humanos e materiais, e os requisitos de aceitação a utilizar e sua periodicidade (ensaios em laboratório e ensaios *in situ*). Os ensaios sistemáticos serão realizados pelo empreiteiro que, para o efeito, deverão dispor de laboratórios, ou de contrato com um laboratório independente e certificado;
- f) Participar na preparação e realização dos ensaios específicos da empreitada, em laboratório e ensaios *in situ*, em fábrica ou na obra, colaborando com os seus especialistas na análise e emissão de recomendações sobre os principais cuidados a ter, instrumentos e outros meios de medição a utilizar, aferições prévias, *check-lists* de registos e observações a recolher. Sempre que seja necessário executar ensaios de controlo que não sejam especificados no caderno de encargos da empreitada respetiva, o Adjudicatário deverá propor os ensaios a executar para os diferentes tipos de trabalhos e a sua periodicidade (ensaios em laboratório e ensaios *in situ*);

**49.8** O controlo de qualidade deverá ainda assegurar todo o acompanhamento, controlo e registo de informação relacionado com:

- a) A qualidade dos materiais e dos trabalhos executados;
- b) As características da empreitada e o cumprimento do projeto aprovado;
- c) Os recursos utilizados e as quantidades de trabalho produzidas na empreitada;
- d) Os processos de construção, de instalação e de montagem utilizados;
- e) O transporte, manuseamento, receção e armazenamento de materiais.

**49.9** Caberão ainda a esta área funcional, as seguintes funções:

- a) Verificar o cumprimento das especificações de natureza técnica e materiais constantes do projeto e/ou do caderno de encargos da empreitada, no que respeita aos processos de construção, equipamentos e materiais utilizados nos trabalhos;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- b)** Assegurar o seguimento efetivo e sistemático da qualidade no desenvolvimento dos trabalhos, incluindo a fase de preparação dos mesmos, os processos construtivos, de instalação e montagem, a verificação da conformidade e qualidade do pessoal e dos equipamentos;
- c)** Sugerir alterações justificadas no projeto com vista à minoração, quer de eventuais problemas suscetíveis de ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos, quer dos seus custos e prazos de execução;
- d)** Emitir parecer sobre as Notas Técnicas dos Processos Construtivos e Notas Técnicas dos Processos de Instalação e Montagem, a entregar pelo empreiteiro;
- e)** Emitir parecer sobre propostas apresentadas pelo empreiteiro, no que respeita aos materiais, equipamentos e processos de construção, de instalações e de montagem a utilizar, ou a quaisquer propostas de alteração dos mesmos;
- f)** Emitir parecer quanto à aceitação ou solicitação de retirada e substituição de pessoal técnico do empreiteiro;
- g)** Elaborar recomendações julgadas convenientes, com o intuito de melhorar a qualidade de execução e verificar o cumprimento das condições estabelecidas no título contratual da empreitada;
- h)** Assegurar a obtenção, por parte do empreiteiro, de todas as informações de preparação de novas espécies de trabalho, incluindo materiais, recursos humanos, equipamentos e processos construtivos, de instalação e montagem, de análise das condições de segurança e de verificação das quantidades, qualidade e adequação dos processos construtivos, de instalação e montagem;
- i)** Proceder à receção dos materiais nos termos estabelecidos e acordados nos Planos de Qualidade e nos Planos de Inspeção e Ensaio respetivos;
- j)** Rejeitar a aplicação de materiais e equipamentos cujas características contrariem o especificado nas condições do contrato de empreitada e nos Planos de Inspeção e Ensaio respetivos;
- k)** Verificar a organização dos processos de procura de cada equipamento a fornecer e instalar pelo empreiteiro, em conformidade com o requerido no caderno de encargos da empreitada;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- l)** Appreciar as especificações técnicas apresentadas pelo empreiteiro no âmbito das atividades de procura;
- m)** Propor ao Dono da Obra, na sequência da apreciação atrás referida, a aprovação de cada especificação técnica, ou remetê-la ao empreiteiro para correção em conformidade com o exigido no caderno de encargos respetivo;
- n)** Acompanhar as instalações e montagens do equipamento;
- o)** Appreciar e comentar o Manual de Instruções de Funcionamento e de Manutenção apresentado pelo empreiteiro nos termos do respetivo caderno de encargos e, estando ele em condições, propor a sua aprovação ao Dono da Obra;
- p)** Propor ao Dono da Obra os ensaios de funcionamento a acordar com o empreiteiro nos termos do respetivo caderno de encargos;
- q)** Desenvolver as atividades relativas ao Comissionamento, em representação do Dono da Obra;
- r)** Definir os procedimentos de atuação perante situações de não conformidade, identificando, quando existirem critérios já regulamentados, se os limites de tolerância foram ou não ultrapassados;
- s)** Assegurar o controlo diário dos trabalhos através das partes diárias, procedendo à verificação dos trabalhos através das fichas de inspeção e *check-lists* que definam os campos de informação de controlo e fiscalização de qualidade que será preciso registar;
- t)** Garantir o registo e arquivo de todas as alterações ao projeto para efeito de verificação das telas finais da empreitada;
- u)** Assegurar a elaboração e apresentação de todas as telas finais da empreitada, e respetivo suporte informático, cabendo ao Adjudicatário a sua validação e entrega de forma ordenada e classificada ao Dono de Obra;
- v)** Providenciar para que sejam elaborados ao longo da obra todos os documentos necessários à compilação técnica da empreitada, proceder à sua análise e validação e entrega ao Dono de Obra no final da obra;
- w)** Participar na receção provisória da empreitada e acompanhar eventuais trabalhos de correção de deficiências.



CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

**CLÁUSULA 50ª ÁREA FUNCIONAL DE GESTÃO DA SEGURANÇA E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA EM OBRA**

- 50.1** Estão compreendidas nesta área funcional as ações que visem garantir o estabelecimento, implementação e manutenção de um Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (SGSST) para regular a prestação de serviços que, sem prejuízo da observância da legislação aplicável e dos requisitos específicos definidos pelo Dono de Obra para a empreitada, cumpra os requisitos da NP EN ISO 45001 em vigor, assegurando a segurança, higiene e saúde no trabalho da empreitada em todas as suas dimensões.
- 50.2** Para efeitos dos objetivos enunciados no número anterior, o Adjudicatário deverá submeter à aprovação do Dono de Obra, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da assinatura do Contrato, o documento, com um nível de desenvolvimento adequado, que defina objetivamente o SGSST a implementar na empreitada, que inclua o organograma nominal e definição de funções.
- 50.3** Estão ainda compreendidas nesta área funcional as ações que visem a melhoria do SGSST do contratos de empreitada, empregando as técnicas de gestão da segurança, higiene e saúde adequadas e integradas, por forma assegurar o cumprimento dos requisitos definidos no número anterior, bem como as ações de controlo das condições de segurança, higiene e saúde no trabalho, em estreita articulação com as atividades de Coordenação de Segurança e Saúde em projeto e em obra, esta última a cargo do Adjudicatário, sempre de acordo com a legislação vigente e aplicável, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro, e o Decreto-Lei n.º 441/91, de 14 de novembro.
- 50.4** Eventuais alterações ou substituições dos documentos de referência e legislação que venham a ocorrer durante a vigência do Contrato, determinam de imediato a adequação do SGSST à nova situação.
- 50.5** Com o objetivo de assegurar os objetivos referido nos números anteriores, o Adjudicatário deverá realizar as seguintes ações:
- a)** Assegurar o cumprimento do estabelecido no Plano de Segurança e de Saúde (PSS) e na Compilação Técnica (CT) aplicáveis à empreitada, os quais prevalecem, em caso de divergência, sobre o SGSST do Adjudicatário.
  - b)** Analisar e validar todos os elementos que venham a ser exigidos ou apresentados pelo empreiteiro, nomeadamente os que sejam considerados importantes para planear os trabalhos e/ou para garantir a segurança ou preservar a saúde dos trabalhadores;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- c) Analisar e dar parecer, sob a responsabilidade nominal do Coordenador de Segurança e Saúde em fase de Obra (CSO) designado pelo Adjudicatário, sobre o PSS para a execução da empreitada e respetivo desenvolvimento prático (DPSS);
  - d) Atuar sobre quaisquer situações não conformes, informando prontamente o Dono de Obra;
  - e) Assegurar o cumprimento das orientações emitidas pelo CSO;
  - f) Assegurar a obtenção de toda a documentação a elaborar pelo empreiteiro, incluindo a relativa a subempreiteiros e trabalhadores independentes;
  - g) Participar em visitas e reuniões semanais, mensais ou pontuais à obra, com o CSO, o Dono de Obra, e o empreiteiro, para verificação da implementação e do cumprimento das medidas definidas no PSS;
  - h) Acompanhar a implementação das medidas corretivas;
  - i) Assegurar a implementação, por parte do empreiteiro, de um sistema de controlo de acessos, que permita garantir que, no estaleiro de obra, não estejam pessoas não detentoras de acreditação ou autorização de acesso;
  - j) Promover e participar nas reuniões da Comissão de Segurança.
- 50.6** No âmbito das suas atribuições nesta área funcional, o Adjudicatário deve comunicar de imediato ao Dono de Obra a ocorrência de acidentes e participar na elaboração dos respetivos inquéritos e emitir os respetivos autos de ocorrência.
- 50.7** O Dono de Obra reserva-se o direito de, em qualquer momento, em resultado da ocorrência de acidentes ou incidentes graves, de auditorias ou de outras ações de avaliação, mandar reformular as metodologias de fiscalização das condições da segurança, incluindo a criação de novos registos ou a redefinição do âmbito e extensão da rastreabilidade.
- 50.8** O Dono de Obra reserva-se o direito de auditar ou mandar auditar o SGSST do Adjudicatário em qualquer momento a partir do segundo mês após a assinatura do Contrato, competindo ao Adjudicatário corrigir as não conformidades detetadas no prazo que lhe for fixado pelo Dono de Obra para o efeito.
- 50.9** Sem prejuízo dos contributos desta área funcional para os relatórios referidos neste CE, mensalmente, devem ser preparados relatórios síntese sobre o SGSST implementado na empreitada. Este relatório será elaborado com base nos relatórios apresentados pelo empreiteiro nos termos do respetivo caderno de encargos e nas atas das reuniões. O modelo

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

desse relatório deverá ser apresentado pelo Adjudicatário até 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato, devendo no mínimo conter informação, nomeadamente sobre:

- a) Discriminação da documentação produzida no âmbito da segurança e saúde pela fiscalização, a cargo do Adjudicatário, e pelo empreiteiro, incluindo as suas aprovações e/ou não aprovações, caso aplicável;
- b) Reuniões sobre segurança e saúde efetuadas, incluindo em anexo as respetivas atas;
- c) Quadro resumo de acidentes e índices de sinistralidade e sua análise, incluindo em anexo os relatórios de investigação de acidentes de trabalho eventualmente ocorridos;
- d) Apreciação das condições de segurança e saúde da obra e medidas a implementar para melhoria do sistema em causa.

**50.10** O Dono de Obra poderá, em qualquer momento, mandar introduzir as alterações a esse modelo que entender convenientes, nomeadamente, a inclusão de informação que considere relevante.

**50.11** Com a conclusão da empreitada, será elaborado um relatório final da atividade global de SST, bem como toda a documentação relevante do âmbito do SGSST da empreitada, devidamente organizada, incluindo todos os registos da SST, e a Compilação Técnica da obra recebida do empreiteiro devidamente verificada, incluindo todos os elementos previstos no Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro.

**50.12** As principais atribuições do Adjudicatário enquanto CSO, são as que se apresentam em seguida:

- a) Comunicação prévia:
  - i. Apoiar o Dono de Obra na elaboração da Comunicação Prévia de Abertura de Estaleiro;
  - ii. Informar o Dono de Obra sobre as alterações aos elementos da Comunicação Prévia das alíneas a) a i) do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes;
  - iii. Mensalmente, informar o Dono de Obra das atualizações aos elementos da Comunicação Prévia da alínea j) do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;
- b) Análise e validação técnica do PSS:

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- i. Proceder à análise e validação técnica do PSS para a execução da Obra, proposto pelo empreiteiro, tendo por base a informação da área funcional de Fiscalização e Controlo de Execução, no que se refere ao conhecimento dos processos construtivos, de instalação e montagem e a adequação dos mesmos às medidas de prevenção propostas;
  - ii. Propor ao empreiteiro as alterações adequadas, quando for necessário solicitar a correção do PSS, tendo em vista a sua validação técnica;
  - iii. Após receber a versão corrigida, validar tecnicamente o PSS para a execução da obra;
  - iv. Emitir parecer para o Dono de Obra, propondo a aprovação global ou parcial do PSS para a execução da obra com base na sua validação técnica;
  - v. Em caso de aprovação parcial do PSS, acompanhar as alterações do mesmo, a desenvolver pelo empreiteiro, tendo em vista a aprovação global;
- c) Acompanhamento do desenvolvimento da empreitada:
- i. Assegurar a divulgação do PSS pelo empreiteiro, antes do início dos trabalhos;
  - ii. Promover e verificar o cumprimento do PSS, bem como das outras obrigações do empreiteiro, dos subempreiteiros e dos trabalhadores independentes, nomeadamente, no que se refere:
    - 1. À organização do estaleiro;
    - 2. Ao sistema de emergência;
    - 3. Às condicionantes existentes no estaleiro e na área envolvente;
    - 4. Aos trabalhos que envolvam riscos especiais;
    - 5. Aos processos construtivos especiais;
    - 6. Às atividades que possam ser incompatíveis no tempo ou no espaço;
    - 7. Ao sistema de comunicação entre os intervenientes na obra;
  - iii. Analisar os planos de estaleiro e de outras instalações provisórias, verificando a sua conformidade com o estabelecido no contrato respetivos e na legislação aplicável;
  - iv. Verificar a implantação da obra, de acordo com as referências necessárias fornecidas ao empreiteiro;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- v. Analisar e dar parecer sobre a documentação de subempreiteiros e trabalhadores independentes;
- vi. Averiguar se foram infringidas quaisquer disposições do contrato e das leis e regulamentos aplicáveis;
- vii. Verificar se os trabalhos são executados pela ordem e com os meios estabelecidos no respetivo plano de trabalhos;
- viii. Coordenar o controlo da correta aplicação dos métodos de trabalho, na medida em que tenham influência na segurança e saúde no trabalho;
- ix. Verificar a coordenação das atividades das empresas e dos trabalhadores independentes que intervêm no estaleiro, tendo em vista a prevenção dos riscos profissionais;
- x. Promover a divulgação recíproca entre todos os intervenientes no estaleiro de informações sobre riscos profissionais e a sua prevenção;
- xi. Acompanhar o desenvolvimento da obra, incluindo todas as atividades a realizar fora do horário normal de trabalho, com a realização de visitas periódicas às diversas frentes de obra, acompanhadas pelo empreiteiro, procedendo ao registo das visitas em modelo próprio;
- xii. As atividades a realizar no período normal e fora do período normal de trabalho deverão ser sempre acompanhadas pelo CSO ou pelo Técnico de Segurança no Trabalho;
- xiii. Realizar uma visita mensal às diferentes frentes de obra com o Dono de Obra, procedendo ao seu registo em modelo próprio;
- xiv. Elaborar um relatório das atividades desenvolvidas a integrar no relatório de progresso mensal, onde sejam apresentados e analisados os seguintes conteúdos mínimos:
  - 1. Apresentação dos principais intervenientes;
  - 2. Atividades desenvolvidas pelo empreiteiro;
  - 3. Análise e parecer ao relatório mensal de segurança do empreiteiro;
  - 4. Descrição das atividades desenvolvidas pela Coordenação de Segurança no período em causa, considerando:
    - a. Análise dos riscos para a segurança e saúde e medidas a adotar;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- b.** Análise das Não Conformidades detetadas e medidas a adotar, anexando quadro resumo e cópia das Não Conformidades em obra e da documentação associada;
  - c.** Síntese da documentação produzida no âmbito da segurança e saúde, anexando quadros resumo de controlo de desenvolvimentos do PSS, com a indicação das datas de validação e aprovação, e os registos elaborados durante o período em causa, nomeadamente, inspeções semanais, mensais, registo de situação irregular, registo e controlo de equipamentos, registo e controlo de subempreiteiros;
  - d.** Indicação das reuniões realizadas (Reuniões Semanais de Obra e Coordenação de Segurança), incluindo as respetivas atas;
  - e.** Ações de formação promovidas pelo empreiteiro;
  - f.** Quadro resumo de acidentes e índices de sinistralidade, anexando relatórios de investigação de acidentes de trabalho;
  - g.** Apreciação do desempenho do empreiteiro em termos de SST, no que refere à implementação do PSS;
- xv.** Analisar e emitir parecer sobre a documentação dos subempreiteiros, trabalhadores independentes e empresas de trabalho temporário e elaborar registo de controlo dos mesmos;
- xvi.** Analisar e emitir parecer sobre a documentação das máquinas e equipamentos de trabalho e elaborar registo de controlo dos mesmos;
- xvii.** Analisar e emitir parecer sobre Fichas de Segurança dos Produtos, verificando a adequabilidade das medidas preventivas propostos pelo empreiteiro;
- xviii.** Emitir Não Conformidades sempre que detetar situações de não cumprimento do PSS ou da legislação em vigor;
- xix.** Analisar os Relatórios Mensais de Segurança, a apresentar mensalmente pelo empreiteiro, garantindo que a sua elaboração reflete fidedignamente os acontecimentos ocorridos durante o mês transato;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- xx.** Prestar os esclarecimentos e elaborar os pareceres técnicos que lhe sejam solicitados pelo Dono de Obra, no âmbito da Coordenação de Segurança em Obra;
- xxi.** Garantir que o empreiteiro atua de acordo com o definido no PSS, em caso de acidente;
- xxii.** Promover a investigação de acidentes e incidentes e proceder à elaboração de relatório em modelo próprio;
- xxiii.** Assegurar que o empreiteiro tome as medidas necessárias para que o acesso ao estaleiro seja reservado a pessoas autorizadas;

### **d) Reuniões:**

- i.** Dinamizar e promover reuniões, de Coordenação de Segurança em Obra, sempre que se afigure necessário, com a Fiscalização, empreiteiro (diretor técnico, responsável de segurança, técnicos de segurança, encarregados) e subempreiteiros (representantes), por forma a efetuar um ponto de situação da Obra, bem como um planeamento para o período subsequente, em termos de SST;
- ii.** Participar nas reuniões semanais de obra. CSO e a Fiscalização deverão especificar os assuntos de segurança, particularizando na primeira reunião, a documentação de gestão corrente e sistema de comunicação entre as partes que o empreiteiro ou fornecedor deverá obrigatoriamente remeter à Coordenação de Segurança em Obra, indicando também as datas de entrega de documentação periódica, nomeadamente:
  - 1.** Relatório Mensal de Segurança contendo no mínimo identificação dos trabalhos realizados, listagem/atualização dos subempreiteiros, listagem geral de trabalhadores presentes em obra, trabalhos a serem executados para o próximo mês, formação dos trabalhadores (se foi efetuada, registos das mesmas, temas, etc.), sinistralidade (índices), carga de pessoal, listagem de equipamentos em obra, plano de trabalhos, aditamentos realizados ao PSS, quadro resumo dos registos realizados no período abrangido pelo relatório;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- 2.** Atualização de elementos da Comunicação Prévia. A listagem contendo identificação dos subempreiteiros que entraram e saíram da obra a remeter à Coordenação de Segurança no último dia de cada mês, bem como a identificação dos subempreiteiros previstos para o período seguinte;
  - 3.** Outros elementos necessários para alteração da comunicação prévia, conforme referido no Decreto-lei n.º 273/2003 de 29 de outubro;
  - 4.** Validação da documentação relativa a subempreiteiros (antes da entrada em obra);
  - 5.** Controlo de equipamentos/materiais/produtos (entrada e/ou utilização em obra):
    - a.** Documentação em conformidade com o definido no PSS;
    - b.** Para os produtos potencialmente perigosos a utilizar em obra, deverão ser remetidas à Fiscalização e à Coordenação de Segurança em Obra, as Fichas de Segurança dos produtos potencialmente perigosos que o empreiteiro se propõe utilizar;
  - 6.** Apresentação do “Registo de Trabalhadores”;
  - 7.** As reuniões de Coordenação de Obra serão objeto de ata própria;
- iii.** No decorrer da empreitada, o CSO deverá garantir que os seguintes temas são abordados nas reuniões:
- 1.** Análise das Auditorias e Inspeções realizadas à Obra;
  - 2.** Análise do desempenho do empreiteiro em matéria das responsabilidades que lhe são conferidas pela Legislação em vigor e PSS;
  - 3.** Análise do grau de implementação do PSS e seu desenvolvimento pelo empreiteiro;
  - 4.** Contributos de todos os intervenientes para a estratégia de implementação em obra dos documentos atrás citados;
  - 5.** Propostas do empreiteiro para melhorar o seu desempenho em matéria de SST;



## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

**6.** Análise do Plano de Formação e Informação a ministrar aos trabalhadores pelo empreiteiro;

**7.** Outros assuntos relevantes e de interesse para a melhoria do ambiente de SST em Obra;

**e) Informação e Formação:**

- i.** Acompanhamento da implementação do Plano de Formação e Ações de Informação proposto pelo empreiteiro e verificação da adequabilidade da Formação;
- ii.** O CSO verificará se os procedimentos a implementar nas diversas atividades, são do conhecimento dos trabalhadores e respetivos responsáveis, intervindo por forma a que o empreiteiro promova as ações necessárias;
- iii.** Formação/sensibilização da equipa da Fiscalização, registando as ações de formação através do formulário Registo da Ação de Formação. O CSO deverá informar a Fiscalização por forma a que esta não permita que iniciem trabalhos sem que os respetivos intervenientes possuam formação específica para as tarefas que pretendem executar;
- iv.** Compilação da documentação para fecho da empreitada:
  - 1.** Arquivar e organizar toda a documentação emitida em matéria SST, para posterior envio ao Dono de Obra, após a conclusão da empreitada, devidamente acompanhada por uma listagem dos documentos;
  - 2.** Elaborar e enviar para o Dono de Obra, relatório final sobre a Coordenação de Segurança em Obra, após a conclusão da fase de construção, efetuando um balanço final que permita:
    - a.** Verificar o grau de cumprimento do PSS;
    - b.** Avaliar a eficácia das medidas de prevenção e proteção implementadas;
    - c.** Avaliar os riscos e identificar os perigos associados às diferentes atividades de construção, instalação e montagem;
    - d.** Identificar os aspetos positivos e os aspetos negativos verificados no decurso do acompanhamento de segurança em obra.

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

3. Analisar e emitir parecer sobre a compilação técnica da obra e solicitar ao empreiteiro todos os elementos a integrar na mesma, decorrentes da execução dos trabalhos que dela não constem.

### **CLÁUSULA 51ª   ÁREA FUNCIONAL DE GESTÃO DO AMBIENTE**

- 51.1 Estão compreendidas nesta área funcional as ações que visem garantir o estabelecimento, implementação e manutenção de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) para regular a prestação de serviços que, que sem prejuízo da observância da legislação aplicável e dos requisitos específicos definidos pelo Dono de Obra para a empreitada, cumpra os requisitos da NP EN ISO 14001 em vigor, assegurando a gestão ambiental da empreitada em todas a suas dimensões.
- 51.2 Estão ainda compreendidas nesta área funcional as ações que visem a melhoria do SGA do contrato da empreitada, empregando as técnicas de gestão ambiental adequadas e integradas, por forma assegurar o cumprimento dos requisitos definidos no número anterior, bem como as ações de controlo ambiental de execução dos trabalhos.
- 51.3 Com o objetivo de assegurar os objetivos referido nos números anteriores, o Adjudicatário deverá apresentar o Plano de Gestão Ambiental (PGA) ao Dono de Obra, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do Contrato.
- 51.4 Sem prejuízo dos contributos desta área funcional para os relatórios referidos neste CE, mensalmente, devem ser preparados relatórios relativos ao acompanhamento ambiental da empreitada, contendo comentários e conclusões dos resultados obtidos, bem como a evolução do tratamento de não conformidades.
- 51.5 Com a conclusão da empreitada, será elaborado um relatório final da atividade global do acompanhamento ambiental.
- 51.6 As principais atribuições do Adjudicatário enquanto responsável pela gestão ambiental da empreitada, são as que se apresentam em seguida:
  - a) Dar cumprimento às orientações dadas pelo Gestor do Ambiente do Dono de Obra em matéria de Acompanhamento Ambiental;
  - b) Analisar e validar o Plano e Programa de Gestão Ambiental (PPGA)/Programa de Gestão Ambiental (PGA) da empreitada:

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- i. Proceder à análise e validação técnica do PGA para a execução da empreitada, proposto pelo empreiteiro;
  - ii. Propor ao Dono de Obra as alterações adequadas, quando for necessário solicitar a correção do PGA, tendo em vista a sua validação técnica;
  - iii. Após receber a versão corrigida, validar tecnicamente o PGA para a execução da obra;
  - iv. Emitir parecer para o Dono de Obra, propondo a aprovação do PGA para a execução da obra.
- c) Verificar o cumprimento dos requisitos constantes no caderno de encargos da empreitada, na legislação e noutros requisitos aplicáveis, no Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos na Construção e Demolição (PPGRCD) e no PGA;
- d) Elaborar uma matriz de verificação ambiental em obra por forma a identificar e registar não conformidades, acidentes, incidentes e reclamações ambientais e acompanhar o seu tratamento. No preenchimento deste registo, deverá sempre evidenciar-se a conformidade dos requisitos, quer sejam de carácter legal ou operacional, nomeadamente com recurso ao registo fotográfico ou documentação a constar nos relatórios. Sempre que se verifique alguma não conformidade ou necessidade de implementar ações preventivas/melhoria, estas deverão igualmente ser referidas;
- e) Acompanhar o desenvolvimento das diferentes frentes de obra, com a realização de visitas e reuniões semanais em obra acompanhadas pelos responsáveis ambientais do empreiteiro ou fornecedor, de forma a verificar a implementação e a eficácia das medidas de minimização definidas e implementadas e dos programas de monitorização, elaborando os registos necessários;
- f) Realizar visitas e reuniões mensais à obra, com os responsáveis ambientais do Dono de Obra e do empreiteiro;
- g) Acompanhar a implementação da monitorização ambiental definida e reportar os dados preliminares obtidos, elaborando os registos necessários;
- h) Verificar a correta gestão de resíduos;
- i) Identificar e registar não conformidades aquando do não cumprimento das exigências ambientais definidas;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- j)** Dar conhecimento imediato ao Gestor do Ambiente do Dono de Obra da ocorrência de não conformidades ambientais significativas nas diferentes frentes de obra, a fim de serem definidas e tomadas atempadamente as necessárias medidas corretivas e/ou preventivas;
- k)** Propor as ações corretivas necessárias, tendo em conta as não conformidades detetadas;
- l)** Acompanhar a implementação das ações corretivas e/ou preventivas definidas;
- m)** Identificar potenciais melhorias da gestão ambiental e necessidades de formação/sensibilização na área ambiental para os vários intervenientes;
- n)** Emitir o relatório ambiental mensal de acompanhamento ambiental que deverá, no mínimo abordar os seguintes aspetos:
  - i.** Identificação de aspetos e impactes ambientais e respetivos modos de controlo e, se existirem, matrizes de avaliação e respetiva metodologia;
  - ii.** Reportar também as eventuais alterações que possam conduzir a revisões da matriz, quer pela existência de novos aspetos ambientais, quer pela alteração das condições (ex. alteração da frequência de ser gerado o impacte ambiental, alterações nos modos de controlo para o aspeto/impacte ambiental, existência de não conformidades associadas, etc.);
  - iii.** Considerações sobre os vários domínios do ambiente (recursos diversos, água, substâncias e preparações perigosas, resíduos, ar, ruído, fauna, flora, paisagem, património, etc.). Deverá ser indicada toda a informação relevante, incluindo ações de melhoria, evidências do cumprimento de requisitos legais e outros requisitos aplicáveis, nomeadamente licenças/autorizações, registos, guias de acompanhamento de resíduos, etc.;
  - iv.** Tratamento de não conformidades, acidentes, incidentes ambientais e reclamações de partes interessadas;
- o)** Proceder à análise e validação técnica de toda a documentação elaborada pelo empreiteiro em matéria de Ambiente, , incluindo a documentação a enviar à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e à Direção Geral do Património Cultural (DGPC), Manuais de Gestão Ambiental, Planos de Gestão Ambiental, Planos de Acompanhamento Arqueológico, Relatório Mensal de Acompanhamento Ambiental

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

(RAA), Relatórios de Monitorização Ambiental, Relatórios de Acompanhamento Arqueológico, entre outros;

- p)** Implementar os procedimentos, os registos, os circuitos de informação e fluxogramas de articulação entre as diversas entidades, em matéria de Acompanhamento Ambiental;
- q)** Promover a formação e sensibilização de todos os elementos da equipa de Fiscalização para a obrigatoriedade de implementação e cumprimento das medidas de minimização e dos programas de monitorização;
- r)** Apoiar o Dono de Obra na elaboração de documento de compilação das atividades desenvolvidas no âmbito do Acompanhamento Ambiental, com o tratamento de dados veiculados e mais relevantes dos RAA (evolução temporária dos dados provenientes das campanhas de monitorização);
- s)** Acompanhamento do Plano de Salvaguarda do Património Cultural;
- t)** Verificar e controlar a execução do Plano de Salvaguarda do Património Cultural (Arquitetónico e Arqueológico da Obra), incluindo a afetação de um Arqueólogo, se e quando aplicável, com as seguintes competências em obra:
  - i.** Verificar a implementação do Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos (PATA), sendo assessorados pelos técnicos necessários por forma a permitir a boa execução do trabalho;
  - ii.** Sistematizar rotinas e ações de reporte;
  - iii.** Assegurar o cumprimento dos requisitos legais da salvaguarda do Património cultural em causa.

**51.7** No que diz respeito ao acompanhamento arqueológico específico da empreitada, são obrigações do Adjudicatário:

- a)** Assegurar o total cumprimento da legislação em vigor sobre esta questão, nomeadamente, a articulação entre o Dono de Obra e as entidades da tutela, sobretudo a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e todas e quaisquer entidades com jurisdição competente;
- b)** Acompanhar os trabalhos arqueológicos e fiscalização do cumprimento do estipulado no caderno de encargos da empreitada, nos locais onde se implementem ações de escavação arqueológica, incluindo a realização de sondagens prévias, e nos locais onde se prevê acompanhamento arqueológico ou prospeções arqueológicas;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- c) Promover a articulação entre as equipas de arqueologia do empreiteiro e do Dono de Obra;
- d) Convocar as reuniões de coordenação dos trabalhos arqueológicos e elaboração das respetivas atas;
- e) Apresentar os relatórios semanais dos trabalhos arqueológicos realizados;
- f) Participar nas reuniões/visitas com a tutela e elaboração das respetivas atas;
- g) Organizar os levantamentos topográficos e a georreferenciação recebidos do empreiteiro, e disponibilizá-los à equipa de arqueologia desta área funcional e ao Dono da Obra;
- h) Colaborar na triagem do espólio arqueológico para descarte e para depósito;
- i) Comparecer em todas as reuniões para que seja solicitada a sua presença, na obra, ou noutros locais;
- j) Articular e gerir com o Dono de Obra e com as equipas de arqueologia do empreiteiro, a divulgação pública dos trabalhos durante a obra, assim como a operacionalização do registo videográfico das intervenções previstas;
- k) Recolher e organizar todas as notas técnicas, relatórios ou outra documentação processual que seja produzida no âmbito destes trabalhos, devendo a mesma ser entregue ao Dono de Obra no final da totalidade dos trabalhos arqueológicos previstos;
- l) Assegurar que as condições e procedimentos de segurança estão a ser cumpridos.

### **CLÁUSULA 52.<sup>a</sup> ÁREA FUNCIONAL DE REVISÃO DE PROJETO**

- 52.1** Estão compreendidas nesta área funcional as ações que visem garantir que o projeto de execução apresentado pelo empreiteiro é exequível e está elaborado com um detalhe suficiente e com as especificações técnicas adequadas a um desempenho eficiente e eficaz do objetivo da obra, e garante que os aspetos de custo, prazo, qualidade, segurança, gestão ambiental e de risco estão de acordo com o especificado pelo Dono de Obra.
- 52.2** O Adjudicatário deve assegurar a verificação, análise, revisão e compatibilização do projeto com os níveis de adequabilidade aos objetivos estabelecidos para a empreitada, estabelecidos no contrato de empreitada, e da adequabilidade dos processos construtivos, dos materiais e dos equipamentos definidos naquele projeto, para assegurar o melhor desempenho da obra.

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

**52.3** O Adjudicatário deverá proceder à verificação e análise do projeto de execução e suas alterações, cabendo-lhe assegurar, no mínimo, as seguintes ações:

- a) Verificar a compatibilização genérica entre peças escritas e desenhadas, nomeadamente no que se refere ao articulado de medições;
- b) Verificar os desenhos de pormenor;
- c) Verificar a adequação dos sistemas de informação e verificação da correta execução e integração da metodologia BIM, caso seja esta a opção do projetista;
- d) Verificar a compatibilização do faseamento de execução do projeto com o previsto no Plano de Trabalhos;
- e) Proceder à verificação de eventuais problemas no projeto ao nível do desenvolvimento e realização da obra com as consequentes incidências em termos de custos, prazos, qualidade, segurança e ambiente;
- f) Verificar a coerência e adequabilidade de conceitos e dimensionamentos;
- g) Verificar a compatibilização entre especialidades;
- h) Verificar, todas as situações em que as opções de projeto devam assegurar o cumprimento de legislação, normas, regulamentos, requisitos específicos e as regras de arte para a procura das melhores soluções, como são os casos, entre outros:
  - i. Traçado e implantação das infraestruturas e órgãos acessórios;
  - ii. Comprovação de serviços afetados;
  - iii. Soluções de proteção exterior e interior das tubagens;
  - iv. Soluções de atravessamento de vias de comunicação, serviços afetados e outros;
  - v. Pormenores de ligação dos coletores, condutas ou ramais municipais;
  - vi. Equipamentos mecânicos, eletromecânicos e elétricos;
  - vii. Estruturas e fundações;
  - viii. Existência de nível freático em zonas que possam afetar equipamentos, instalações elétricas ou mesmo a estabilidade de estruturas;
- i) Verificar o cumprimento das exigências a nível do património cultural, se e quando aplicável.

**52.4** Na sequência das revisões e verificações referidas no número anterior, o Adjudicatário deverá emitir pareceres de revisão de projeto, expressando as suas observações de forma justificada,

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

de forma cabal e detalhada, indicando explicitamente as não conformidades do projeto, uma análise dos materiais e equipamentos previstos, bem como dos procedimentos construtivos apresentados pelo projetista, verificando-se a sua adequação às especificações do caderno de encargos e às condições de serviço, as implicações na gestão da obra e alterações e/ou correções que deverão ser introduzidas ou que novos elementos deverão ser apresentados para que o projeto possa ser aprovado.

- 52.5** O processo de revisão de projeto terá de ser sequencialmente iterativo, para o que será necessário que o Adjudicatário estabeleça um procedimento de interação regular e sistemática com o projetista, incluindo a realização de reuniões periódicas regulares para discussão dos aspetos objeto de observação em cada projeto/especialidade, das quais lavrará as correspondentes atas, até à sua completa resolução.
- 52.6** No final de cada processo iterativo de revisão de projeto, nos termos dos números anteriores, o Adjudicatário emitirá um parecer final de verificação e análise do projeto, com a proposta de aprovação do projeto para envio ao Dono de Obra, no qual dará particular destaque às evidências de conformidade legal, regulamentar e normativa do projeto.
- 52.7** O Adjudicatário é ainda responsável pela gestão e compilação de todas as versões de peças escritas e desenhadas do projeto, garantindo a sua classificação como Bom para Execução, sempre que aplicável, e a devida notificação ao empreiteiro.
- 52.8** Cabe ainda a esta área funcional realizar a gestão integrada de alterações, no decurso da execução do projeto em obra, por forma a detetar precocemente as implicações das alterações ocorridas e geri-las em todas as suas repercussões, de forma a minimizar os impactos negativos na obra. Para esse efeito, caberá a esta área funcional assegurar o controlo integrado de alterações, em articulação com as demais áreas funcionais, manter o registo atualizado das alterações ao projeto aprovadas pelo Dono de Obra, cuja revisão seguirá os mesmos passos referidos nos números anteriores, bem como das implicações de cada uma das alterações ao nível dos requisitos contratuais, custos, prazos, qualidade, segurança, ambiente, etc., do qual dará conhecimento às outras áreas funcionais.
- 52.9** Uma vez o projeto em execução em obra, caberá a esta área funcional o desenvolvimento das ações de assessoria especializada à Fiscalização, no que se refere ao acompanhamento do projeto em obra e a respetiva articulação com a assistência técnica do projetista, particularmente relevante no caso de empreitada de conceção e construção, como é o caso.



## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

**52.10** Caberá ainda a esta área funcional o acompanhamento das seguintes situações no decurso da fase de construção e fiscalização da empreitada:

- a) Apoiar o Dono de Obra na resposta e esclarecimentos de quaisquer questões colocadas por entidades com jurisdição sobre aspetos de execução da obra que tenham origem ou devam ser esclarecidas pelos elementos de projeto;
- b) Acompanhar, verificar, analisar e emitir pareceres em relação às Telas Finais;
- c) Acompanhar, verificar, analisar e emitir pareceres em relação à Compilação Técnica;
- d) Verificar e emitir parecer em relação a outros aspetos patentes no projeto e nas metodologias propostas pelo empreiteiro.

### **CLÁUSULA 53ª ÁREA FUNCIONAL DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLO DE EXECUÇÃO**

**53.1** Estão compreendidas nesta área funcional as ações que visem garantir a preparação, o planeamento, o arranque, o desenvolvimento e o fecho da empreitada.

**53.2** Para cumprir os objetivos definidos no número anterior, o Adjudicatário deverá elaborar e participar, segundo as normas estabelecidas pelo Dono de Obra, nos processos conducentes à fiscalização da consignação, construção, instalação e montagem, comissionamento e receção provisória da obra, incluindo todas as componentes da empreitada, de acordo com as seguintes ações:

- a) Garantir a realização dos procedimentos de consignação e abertura do estaleiro:
  - i. Analisar e validar a documentação legal a apresentar pelo empreiteiro, no período entre a celebração do contrato e a respetiva consignação, nomeadamente no que se refere aos seguros, organização do estaleiro e da segurança em obra;
  - ii. Analisar o plano de estaleiro e de outras instalações provisórias, verificando a sua qualidade e a conformidade com o estabelecido no contrato de empreitada e na legislação aplicável;
  - iii. Apoiar e acompanhar a consignação da obra;
- b) Garantir a fiscalização e controlo de execução da empreitada em obra:
  - i. Emitir instruções, comunicações, não conformidades, notificações, registos diversos e demais documentos para o empreiteiro, necessários para a realização do controlo e fiscalização da empreitada;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- ii. Participar em reuniões com o Dono de Obra que permitam a análise periódica e sistemática do andamento dos trabalhos da obra e das ações desenvolvidas pelo empreiteiro;
- iii. Participar e coordenar, por solicitação do Dono de Obra, as reuniões e demais contactos que este decida efetuar com outras entidades intervenientes na obra ou junto de concessionárias de serviços públicos, fazendo cumprir as decisões daí resultantes;
- iv. Preparar, acompanhar ou conduzir as visitas à obra julgadas convenientes pelo Dono de Obra;
- v. Propor, convocar e coordenar as reuniões com o empreiteiro ou quaisquer outras entidades, direta ou indiretamente ligadas à empreitada, a fim de analisar os trabalhos em curso, esclarecer dúvidas, estudar alterações propostas, identificar e dar seguimento a problemas a resolver;
- vi. Cumprir e fazer cumprir as condições estabelecidas no título contratual da empreitada, bem como as obrigações contratuais para com o Dono de Obra de todos os intervenientes na empreitada;
- vii. Analisar, propor e elaborar pareceres claros e inequívocos sobre todas as questões relativas à gestão contratual da empreitada, nomeadamente as questões relativas a pedidos de prorrogação de prazo, indemnizações e penalidades a aplicar ao empreiteiro, análise dos trabalhos complementares, qualidade e segurança dos trabalhos, entre outras, em articulação com as demais áreas funcionais, em especial com a área funcional de Planeamento e Controlo de Custos;
- viii. Assegurar e promover diligências junto do empreiteiro para correção de quaisquer desvios, sejam de prazos, quantidades, qualidade ou segurança, ou realização de alterações relativas aos trabalhos previstos em contrato;
- ix. Gerir e assegurar o preenchimento do Livro de Obra com registo diário das atividades relevantes em obra;
- x. Analisar e assegurar a correta materialização do projeto aprovado e as eventuais alterações do mesmo, verificando os parâmetros característicos de cada instalação, em conformidade com o projeto de execução respetivo;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- xi.** Analisar as alterações que venham a ser introduzidas ao projeto aprovado, verificando a adequação das soluções previstas e a sua conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, em articulação com a área funcional de Revisão de Projeto;
- xii.** Analisar e verificar, permanentemente, a conformidade dos materiais, processos, equipamentos, soluções técnicas e processos de construção adotados pelo empreiteiro na execução da empreitada, com as cláusulas, condições e características estabelecidas no projeto aprovado, no contrato de empreitada e nas restantes disposições legais em vigor, e informando sobre a documentação respetiva apresentada pelo empreiteiro e demais entidades intervenientes;
- xiii.** Indicar quais as inspeções e ensaios a executar para os diferentes tipos de trabalhos e a sua periodicidade, de acordo com o caderno de encargos de empreitada e respetivo projeto;
- xiv.** Controlar e participar na realização de ensaios, em colaboração com o empreiteiro, incluindo o projetista, e outras entidades intervenientes, em articulação com a área funcional da Gestão da Qualidade;
- xv.** Emitir parecer sobre as propostas apresentadas pelo empreiteiro no que respeita a alterações dos materiais, equipamentos, sistemas e processos de construção a utilizar na empreitada, recorrendo, sempre que julgue necessário ou o Dono de Obra assim o determine, a ensaios de controlo em laboratório oficial certificado, em articulação com a área funcional da Gestão da Qualidade;
- xvi.** Fiscalizar a qualidade das operações executadas pelo empreiteiro e verificar a implantação das partes integrantes da obra e a sua geometria, antes e ao longo da sua execução, por forma a garantir a boa execução e a correta materialização do projeto aprovado na empreitada;
- xvii.** Elaborar todas as recomendações julgadas convenientes, com o intuito de melhorar a qualidade de execução e verificar o cumprimento das condições estabelecidas no contrato de empreitada;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- xviii.** Assegurar o apoio à instrução e trâmites de licenciamentos e autorizações no âmbito da empreitada, no todo ou em partes ou componentes das instalações que a compõem;
  - xix.** Comunicar de imediato a deteção de desvios, defeitos ou outras anomalias na execução de cada contrato de empreitada, e propor em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas;
  - xx.** Assegurar a constituição de um álbum fotográfico georreferenciado, com as fotografias mais representativas do progresso, anotado/comentado com a evolução mensal da obra, organizado por cada frente de trabalho (os comentários e registos fotográficos deverão fazer menção obrigatória ao contrato, data, local, frente de trabalho, tipo de trabalho e equipamento utilizado), tendo as fotografias em formato digital uma resolução mínima de 300 dpi;
- c)** Garantir a realização dos procedimentos de fecho da empreitada:
- i.** Verificar a constituição e conformidade das telas finais com o estipulado no caderno de encargos e com a realidade da obra. O Adjudicatário deverá exigir ao empreiteiro a atualização permanente do Projeto “como construído”, de modo a constituir uma base para a confirmação das telas finais;
  - ii.** Verificar a adequação do modelo BIM atualizado que deverá ser fornecido pelo empreiteiro, se e quando aplicável, para uso posterior na manutenção durante a vida útil da empreitada;
  - iii.** Acompanhar a elaboração, analisar e emitir parecer sobre os manuais e instruções para utilização e manutenção dos sistemas, instalações e equipamentos incorporados em obra e constituir os processos referentes a todos os equipamentos fornecidos e aplicados em obra;
  - iv.** Acompanhar a elaboração, analisar e emitir parecer sobre a compilação técnica emitida pelo empreiteiro;
  - v.** Verificar a correta execução do PPGRCD, para efeitos da receção provisória;
  - vi.** Elaborar o auto de vistoria com vista à receção provisória da empreitada;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- vii. Participar na receção provisória da empreitada e na elaboração do respetivo auto de vistoria e de receção provisória;
- viii. Acompanhar as reparações das eventuais deficiências constantes no(s) auto(s) de vistoria, previamente à receção provisória;
- ix. Formalizar todos os procedimentos legais relativos à receção provisória da empreitada, em articulação com a área funcional de Gestão Administrativa e Sistemas de Informação;
- x. Participar na elaboração da Conta Final da empreitada, em articulação com a área funcional de Planeamento e Controlo de Custos;
- xi. Elaborar o relatório final da empreitada;
- xii. Assegurar o fornecimento de uma compilação final de imagens vídeo, com duração de cerca de 60 (sessenta) minutos, da realização da obra, elaborado por equipa profissional a aprovar previamente pelo Dono de Obra e a entregar até ao final do Contrato. Todas as captações de imagem realizadas deverão fazer menção à frente de trabalho e à data de filmagem (esta informação não deverá permanecer ligada ao longo da captação de imagem). Desta compilação deverá ser ainda fornecido um resumo não técnico comentado, com uma duração aproximada de 10 (dez) minutos, onde será descrita de forma sucinta a empreitada, a evolução dos trabalhos e as soluções construtivas adotadas. Este resumo tem por objetivo a apresentação e divulgação da empreitada por parte do Dono de Obra.

## CAPÍTULO XII ORGANIZAÇÃO E MEIOS DO ADJUDICATÁRIO

### CLÁUSULA 54ª MEIOS DE ORGANIZAÇÃO

- 54.1** Compete ao Adjudicatário estabelecer todo o sistema de organização indispensável à pronta e correta execução das tarefas a seu cargo, bem como o apetrechamento e obtenção dos meios humanos e materiais necessários à execução das ações a desenvolver no âmbito dos serviços a prestar, de acordo com o cronograma de mobilização de meios humanos e com o organograma tipo da Equipa Técnica, definidos em sede de procedimento e constantes, respetivamente, dos Anexos IV e V deste CE.

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- 54.2** Compete ao Adjudicatário organizar e gerir todos os sistemas que considere necessários para suportar as suas atividades e atingir os objetivos enquadrados nas diversas áreas funcionais, a fim de garantir a realização da empreitada dentro dos níveis máximos de qualidade e segurança, de acordo com o plano de trabalhos estabelecido.
- 54.3** Qualquer alteração efetuada ao cronograma de mobilização de meios humanos constante do Contrato, por iniciativa do Adjudicatário, que implique alteração da faturação relativamente ao aprovado, deve ser devidamente justificada e submetida à aprovação do Dono de Obra, que se pronunciará sobre a referida proposta de alteração no prazo máximo de 30 (trinta) dias. A alteração só poderá tornar-se efetiva após parecer favorável do Dono de Obra, pelo que quaisquer faltas ou atrasos do Adjudicatário serão, durante aquele prazo, exclusivamente da sua responsabilidade e incorrerá nas penalidades previstas na Cláusula 27.<sup>a</sup> deste CE.
- 54.4** Se no decorrer do Contrato se verificar que os meios utilizados pelo Adjudicatário, qualquer que seja o seu tipo, apesar de serem os previstos no cronograma de mobilização de meios humanos constante do Contrato, não são adequados à boa execução dos trabalhos da sua responsabilidade e atribuições, o Dono de Obra pode ordenar a sua substituição, reforço ou redução, obrigando-se o Adjudicatário a torná-la efetiva num prazo máximo de 30 (trinta) dias, com exceção dos casos de substituição ou dispensa de meios humanos, circunstância em que esse prazo será de 60 (sessenta) dias.
- 54.5** Os meios referidos nos números anteriores serão utilizados tendo como objetivos essenciais:
- a)** Fornecer ao Dono de Obra a base de informação e análise necessária ao planeamento e à programação da empreitada, bem como à garantia da sua boa execução, de acordo com os padrões definidos no projeto, na lei e regulamentos aplicáveis e nas demais exigências determinadas pelo Dono de Obra;
  - b)** Para o efeito, e para além dos meios humanos e materiais referidos neste CE, o Adjudicatário poderá utilizar todos os meios complementares que entender convenientes, quer localizados na obra quer na sua sede ou delegações, ainda que tal não possa constituir um encargo suplementar para o Dono de Obra;
  - c)** Produzir toda a documentação necessária ao desempenho das funções que lhe estão atribuídas nos termos do disposto neste CE;
  - d)** Fornecer ao Dono de Obra, sempre que necessário, cópia integral de toda a documentação produzida no âmbito das atividades a desenvolver pelo Adjudicatário,

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

registada em ficheiros com formato editável compatível com as últimas versões do MS OFFICE, AUTOCAD e MS Project e com a base do modelo BIM implementado, se aplicável, ou em quaisquer outros formatos acordados pelas partes;

- e) Organizar e gerir a codificação, o registo e o arquivo da empreitada. O sistema de codificação, o plano de arquivo e a respetiva matriz deverão ser submetidos à aprovação prévia do Dono de Obra, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do Contrato de prestação de serviços.

#### **CLÁUSULA 55ª MEIOS HUMANOS**

- 55.1** A seleção e mobilização dos meios humanos necessários à execução dos trabalhos desta prestação de serviços é da inteira responsabilidade do Adjudicatário, obrigando-se a garantir que todos os elementos da Equipa Técnica coloquem a sua experiência, perícia, cuidado e diligência na realização dos serviços que lhe forem cometidos.
- 55.2** O Adjudicatário obriga-se a afetar à prestação de serviços os técnicos referidos no cronograma de mobilização de meios humanos constante do Anexo IV a este CE, devendo manter ao longo da execução do Contrato os técnicos que identificou e cujos *Curricula Vitae* (CVs) apresentou em fase de proposta e/ou de habilitação.
- 55.3** O Adjudicatário deverá substituir os elementos da Equipa Técnica que, por motivo de cessação contratual, doença ou outros devidamente justificados, se encontrem ausentes.
- 55.4** Para o efeito do previsto no número anterior, o Adjudicatário submeterá, num prazo máximo de 10 (dez) dias após o facto que lhe deu origem, à apreciação do Dono de Obra a sua proposta de substituição por um técnico de categoria, classe profissional e experiência idêntica ou superior, justificando cabalmente o motivo de substituição.
- 55.5** O Adjudicatário pode, caso assim o entenda e nas condições a acordar previamente com o Dono de Obra, recorrer à intervenção de quaisquer outros especialistas, para além daqueles que são considerados nos termos do presente CE.
- 55.6** O Dono de Obra reserva-se o direito de ordenar a retirada de qualquer elemento do pessoal do Adjudicatário que, a seu exclusivo juízo, revele não ter aptidões para as funções que ocupa ou que haja desrespeitado os agentes do Dono de Obra, seus colaboradores ou outros intervenientes na empreitada, ou ainda, que provoque indisciplina no desempenho dos seus deveres. A ordem de dispensa de serviço deverá ser fundamentada por escrito, quando o

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

Adjudicatário o exija, mas sem prejuízo da imediata e irrevogável suspensão do elemento indicado.

- 55.7** O Adjudicatário não terá direito a qualquer tipo de indemnização se ocorrerem situações referidas no número anterior, devendo de imediato proceder à substituição do elemento ou elementos suspensos nas condições deste CE.
- 55.8** Independentemente da estrutura organizativa e funcional que a Equipa Técnica venha a adotar, a equipa deverá, no mínimo, prever os elementos referidos nesta Cláusula, de acordo com o cronograma de mobilização de meios humanos constante do Anexo IV deste CE, devendo aquela organização respeitar a estruturação definida no organograma tipo constante do Anexo V deste CE.
- 55.9** Nos números seguintes são apresentados os requisitos mínimos obrigatórios de qualificação e experiência, acrescidos aos requisitos legais estabelecidos para o exercício das principais funções da Equipa Técnica:
- a)** Um coordenador geral, responsável pelo Contrato e pelas áreas funcionais de coordenação geral e de gestão administrativa e sistemas de informação, bem como pela gestão hierárquica da Equipa Técnica, que responderá perante o Dono de Obra, sendo obrigado a prestar-lhe todos os esclarecimentos que este lhe solicitar e a acompanhar o Gestor do Contrato ou quaisquer outros representantes designados sempre que para tal seja convocado, engenheiro civil com inscrição válida na Ordem dos Engenheiros como membro conselheiro ou sénior, com experiência em gestão ou *project management*, em funções na empresa há mais de 1 (um) ano, e experiência mínima de 5 (cinco) anos em funções similares, devidamente comprovada por declarações abonatórias e/ou referenciação curricular pelas entidades adjudicantes;
  - b)** Um responsável de revisão de projeto, que reportará ao coordenador geral e que será responsável pela área funcional de revisão de projeto, engenheiro civil com inscrição válida na Ordem dos Engenheiros como membro conselheiro ou sénior, com formação em BIM e experiência mínima de 5 (cinco) anos em funções similares, devidamente comprovada por declarações abonatórias e/ou referenciação curricular pelas entidades adjudicantes;
  - c)** Um diretor de fiscalização, que assuma as funções de diretor da fiscalização de obra, que reportará ao coordenador geral e que acumulará funções com a responsabilidade pela



## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

área funcional de fiscalização e controlo de execução, engenheiro civil com inscrição válida na Ordem dos Engenheiros como membro conselheiro ou sénior, e experiência mínima de 5 (cinco) anos em funções similares, devidamente comprovada por declarações abonatórias e/ou referenciação curricular pelas entidades adjudicantes;

- d)** Um responsável de área funcional de planeamento e controlo de custos, que reportará ao coordenador geral, engenheiro com inscrição válida na Ordem dos Engenheiros como membro conselheiro ou sénior, e experiência mínima de 5 (cinco) anos em funções similares, devidamente comprovada por declarações abonatórias e/ou referenciação curricular pelas entidades adjudicantes;
- e)** Um responsável de área funcional de gestão de risco, que reportará ao coordenador geral, engenheiro com inscrição válida na Ordem dos Engenheiros como membro conselheiro ou sénior, com especialização em gestão de risco e experiência mínima de 5 (cinco) anos em funções similares, devidamente comprovada por declarações abonatórias e/ou referenciação curricular pelas entidades adjudicantes;
- f)** Um responsável de área funcional de gestão da qualidade, que reportará ao coordenador geral, engenheiro ou arquiteto com inscrição válida na ordem profissional respetiva, com especialização em gestão da qualidade, e experiência mínima de 5 (cinco) anos em funções similares, devidamente comprovada por declarações abonatórias e/ou referenciação curricular pelas entidades adjudicantes;
- g)** Um responsável de área funcional de gestão da segurança, que reportará ao coordenador geral e assumirá funções de CSO, engenheiro ou arquiteto com inscrição válida na ordem profissional respetiva, com especialização em SST e CAP de nível 6 como TSSHT, e experiência mínima de 5 (cinco) anos em funções similares, devidamente comprovada por declarações abonatórias e/ou referenciação curricular pelas entidades adjudicantes;
- h)** Um responsável de área funcional de gestão do ambiente, que reportará ao coordenador de contratação geral, engenheiro ou arquiteto com inscrição válida na ordem profissional respetiva, com especialização em ambiente, e experiência mínima de 5 (cinco) anos em funções similares, devidamente comprovada por declarações abonatórias e/ou referenciação curricular pelas entidades adjudicantes;

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- i)** Um arquiteto, que reportará ao responsável pela revisão de projeto, com inscrição válida na Ordem dos Arquitetos, e experiência mínima de 5 (cinco) anos em funções similares, devidamente comprovada por declarações abonatórias e/ou referenciação curricular pelas entidades adjudicantes;
- j)** Um engenheiro civil especialista em geotecnia ou engenheiro geólogo ou geólogo de engenharia, que reportará ao responsável pela revisão de projeto, com inscrição válida na Ordem dos Engenheiros como membro conselheiro ou sénior ou na Associação Portuguesa de Geólogos, respetivamente, e experiência mínima de 5 (cinco) anos em funções similares, devidamente comprovada por declarações abonatórias e/ou referenciação curricular pelas entidades adjudicantes;
- k)** Um engenheiro civil especialista em estruturas, que reportará ao responsável pela revisão de projeto, com inscrição válida na Ordem dos Engenheiros como membro conselheiro ou sénior, e experiência mínima de 5 (cinco) anos em funções similares, devidamente comprovada por declarações abonatórias e/ou referenciação curricular pelas entidades adjudicantes;
- l)** Um engenheiro civil especialista em redes prediais, que reportará ao responsável pela revisão de projeto, com inscrição válida na Ordem dos Engenheiros como membro conselheiro ou sénior, e experiência mínima de 5 (cinco) anos em funções similares, devidamente comprovada por declarações abonatórias e/ou referenciação curricular pelas entidades adjudicantes;
- m)** Um engenheiro mecânico ou eletromecânico, que reportará ao responsável pela revisão de projeto, com inscrição válida na Ordem dos Engenheiros como membro conselheiro ou sénior, e experiência mínima de 5 (cinco) anos em funções similares, devidamente comprovada por declarações abonatórias e/ou referenciação curricular pelas entidades adjudicantes;
- n)** Um engenheiro eletrotécnico, que reportará ao responsável pela revisão de projeto, com inscrição válida na Ordem dos Engenheiros como membro conselheiro ou sénior, e experiência mínima de 5 (cinco) anos em funções similares, devidamente comprovada por declarações abonatórias e/ou referenciação curricular pelas entidades adjudicantes;
- o)** Dois fiscais de construção civil, que reportarão ao diretor de fiscalização, com CAP de nível 3 como técnico ou condutor de obra, e experiência mínima de 5 (cinco) anos em

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

funções similares, devidamente comprovada por declarações abonatórias e/ou referenciação curricular pelas entidades adjudicantes;

- p)** Um fiscal de instalações mecânicas e AVAC, que reportará ao diretor de fiscalização, com CAP de nível 3 como técnico ou condutor de obra, e experiência mínima de 5 (cinco) anos em funções similares, devidamente comprovada por declarações abonatórias e/ou referenciação curricular pelas entidades adjudicantes;
- q)** Um fiscal de instalações elétricas, segurança e telecomunicações, que reportará ao diretor de fiscalização, com CAP de nível 3 como técnico ou condutor de obra, e experiência mínima de 5 (cinco) anos em funções similares, devidamente comprovada por declarações abonatórias e/ou referenciação curricular pelas entidades adjudicantes;
- r)** Um técnico de segurança, que reportará ao CSO, com CAP de nível 3 como TSHT, e experiência mínima de 5 (cinco) anos em funções similares, devidamente comprovada por declarações abonatórias e/ou referenciação curricular pelas entidades adjudicantes;
- s)** Uma equipa de topografia, que reportará ao diretor de fiscalização, coordenada por um topógrafo habilitado e credenciado profissionalmente, e experiência mínima de 5 (cinco) anos em funções similares, devidamente comprovada por declarações abonatórias e/ou referenciação curricular pelas entidades adjudicantes;
- t)** Um arqueólogo, que reportará ao responsável pela área funcional de gestão do ambiente, autorizado pela autoridade competente a exercer as funções de trabalhos de campo de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, e experiência mínima de 5 (cinco) anos em funções similares, devidamente comprovada por declarações abonatórias e/ou referenciação curricular pelas entidades adjudicantes;
- u)** Um técnico administrativo, que reportará ao coordenador geral, e experiência mínima de 5 (cinco) anos em funções similares, devidamente comprovada por declarações abonatórias e/ou referenciação curricular pelas entidades adjudicantes;
- v)** Equipa de apoio, constituída por técnicos nas diversas áreas de Especialidades, devendo cada um deles evidenciar qualificações académicas e profissionais, bem como *curriculum* nas diversas áreas essenciais à prestação de serviços.

**55.10** Sempre que, nos termos do número 55.9 desta Cláusula, é referida a qualificação mínima conferida pela Ordem dos Engenheiros, será aceite a qualificação equivalente conferida por

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

outra Ordem Profissional, desde que reconhecida em Portugal (por exemplo, OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos), com as necessárias adaptações em termos de experiência mínima.

- 55.11** Sempre que, nos termos do número 55.9 desta Cláusula, é referida a referência curricular pelas entidades adjudicantes, será aceite a indicação de elementos de contacto de pessoas vinculadas às entidades adjudicantes à data das experiências apresentadas, com cargos de chefia, gestão, coordenação, direção ou administração, com tutela sobre as atividades desenvolvidas pelo técnico em questão.
- 55.12** Para o efeito previsto no número anterior, é imprescindível a devida autorização de disponibilização daqueles elementos de contacto pelos próprios (nome, número de telefone/telemóvel e/ou e-mail), sendo da exclusiva responsabilidade do concorrente ou Adjudicatário, consoante se esteja em fase de proposta ou de habilitação, quaisquer consequências resultantes da divulgação não autorizada de dados pessoais daqueles elementos de contacto para referência curricular.
- 55.13** Todos os membros da Equipa Técnica, incluindo os técnicos referidos no número 55.9 desta Cláusula devem ser utilizadores avançados da língua portuguesa com Nível C1 da grelha de autoavaliação do quadro europeu comum de referência para as línguas, na compreensão oral, na compreensão da leitura, na interação oral, na produção oral e na produção escrita.
- 55.14** Sem prejuízo dos perfis obrigatórios definidos para os técnicos referidos no número 55.9 desta Cláusula, o Adjudicatário será responsável pela mobilização dos demais técnicos previstos no Anexo IV deste CE ou quaisquer outros que entenda serem necessários para o melhor funcionamento da Equipa Técnica, de acordo com elevados padrões de qualificações e experiência.
- 55.15** Para que seja possível ao Dono de Obra ajuizar a adequação dos meios humanos mobilizados pelo Adjudicatário, nos termos do número anterior, o Adjudicatário obriga-se a propor e obter a prévia autorização de mobilização de cada técnico ao Dono de Obra, para o que deverá apresentar com uma antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação à data de mobilização, o *Curriculum Vitae* e os documentos comprovativos das qualificações e experiência do técnico a mobilizar, sempre que os mesmos não tenham sido já objeto de aprovação em sede de proposta ou de habilitação prévia ao Contrato.

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- 55.16** O Adjudicatário não poderá substituir qualquer técnico sem o prévio consentimento do Dono de Obra, sendo que, em qualquer caso, os novos técnicos apresentados terão sempre de obedecer aos requisitos e qualificações constantes deste CE.
- 55.17** Caso o Adjudicatário não cumpra com o especificado no número anterior, ficará sujeito à aplicação da penalidade prevista na Cláusula 27.<sup>a</sup>.
- 55.18** O Adjudicatário obriga-se a gerir a Equipa Técnica de forma adequada nos períodos de férias ou licenças dos seus elementos, de forma a não afetar a qualidade dos serviços prestados, tendo presente que a prestação de serviços está definida por cálculo de taxas mensais em relação ao prazo de referência de doze meses por ano, nos quais se incluem o período de férias que legalmente corresponda a cada elemento.
- 55.19** Sempre que o Dono de Obra ou o Adjudicatário considerem necessário proceder, para o bom andamento dos trabalhos, à alteração das categorias profissionais ou dos requisitos das funções, reforço de qualquer das categorias profissionais ou qualquer outro ajuste adequado, o Adjudicatário deverá formalizar uma proposta, devidamente justificada, que materialize as alterações em questão.
- 55.20** O Dono de Obra reserva-se o direito de ordenar a retirada de qualquer elemento da Equipa Técnica que, no seu juízo, não revele ter aptidões ou capacidade de trabalho para as funções que ocupa, de acordo com os requisitos estabelecidos no presente CE, circunstância em que apresentará fundamentação escrita que justifique a decisão.

### **CLÁUSULA 56<sup>a</sup> HORÁRIO DE TRABALHO**

- 56.1** O Adjudicatário obriga-se a praticar um horário de trabalho em período normal, de 40 (quarenta) horas semanais nos dias úteis e que, no decurso da obra e para os técnicos da Equipa Técnica que nela permaneçam, deve coincidir com o período normal de trabalho praticado pelo empreiteiro.
- 56.2** No período de horário de trabalho normal, definido de acordo com o número anterior, praticar-se-ão as taxas contratuais aplicáveis a cada categoria dos meios humanos propostos pelo Adjudicatário.
- 56.3** Sempre que o empreiteiro propuser(em) um horário de trabalho suplementar e que o mesmo seja objeto de aprovação por parte do Dono de Obra, designadamente para recuperação de prazos ou para conclusão de tarefas cuja sequência não possa ser interrompida com base em

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

fundamentação técnica de boa execução, a Equipa Técnica que estiver afeta às atividades sujeitas a esse horário de trabalho extraordinário, praticará igualmente esse mesmo horário.

**56.4** Nos casos a que se refere o número anterior, aplicar-se-ão os seguintes fatores de cálculo das taxas horárias aplicáveis a cada categoria e a cada tipo de classificação de horário suplementar:

$$a) T_{hbx} = \frac{T_{mx} \times 12 \text{ meses}}{52 \text{ semanas} \times 40 \text{ horas}}$$

$$b) T_{h1hx} = T_{hbx} \times 1,500$$

$$c) T_{h2hx} = T_{hbx} \times 1,750$$

$$d) T_{hsdfx} = T_{hbx} \times 2,000$$

Em que:

$T_{mx}$  - Taxa mensal base da categoria  $x$ ;

$T_{hbx}$  - Taxa horária base da categoria  $x$ ;

$T_{h1hx}$  - Taxa horária a praticar na 1.ª hora de trabalho suplementar, para a categoria  $x$ ;

$T_{h2hx}$  - Taxa horária a praticar na 2.ª hora e seguintes, até às 22h00, de trabalho suplementar, para a categoria  $x$ ;

$T_{hsdfx}$  - Taxa horária a praticar nos períodos noturnos, entre as 22h00 e as 07h00, sábados, domingos e feriados, para a categoria  $x$ ;

### CLÁUSULA 57ª OBRIGAÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES RELATIVAS AO PESSOAL

**57.1** É da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário o cumprimento das obrigações legais e regulamentares relativas ao pessoal empregado na execução do Contrato, nomeadamente no que concerne ao registo de pessoal, à aptidão profissional, condições de trabalho, organização do tempo de trabalho, disciplina, nacionalidade e idade, bem como o respeito pela legislação e regulamentação coletiva e contratação coletiva aplicável, incluindo, relativamente aos direitos e garantias conferidos aos trabalhadores, os referentes a remuneração, proteção da segurança e saúde e assistência em caso de doença ou acidente de trabalho.

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

- 57.2** O Adjudicatário é o único responsável perante o Dono de Obra pelos atrasos verificados no Contrato em consequência, nomeadamente, de sanções aplicadas por organismos oficiais ou outras entidades competentes, por falta de cumprimento das disposições aplicáveis e referidas no número anterior.
- 57.3** O Adjudicatário ficará responsável, relativamente à atividade profissional do seu pessoal, pelo pagamento de todos os salários e encargos sociais legalmente fixados.

### **CLÁUSULA 58ª TRABALHO DE ESTRANGEIROS**

- 58.1** O Adjudicatário deve escrupuloso cumprimento ao disposto na legislação portuguesa que trata a matéria de trabalho de estrangeiros em território português.
- 58.2** Só poderão estar afetos à execução do objeto do Contrato que se realize de forma permanente em território português, os cidadãos estrangeiros em relação aos quais tiverem sido cumpridas as disposições de comunicação da contratação desses trabalhadores estrangeiros à Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), na qual devem constar os dados relativos ao contrato de trabalho, documento de identificação do trabalhador, visto, manifestação de interesse junto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras ou autorização de residência do trabalhador.
- 58.3** O incumprimento das obrigações consignadas nos números anteriores e, bem assim, a falsidade das declarações emitidas, para além das necessárias implicações de natureza criminal e contra-ordenacional, constitui o Adjudicatário em responsabilidade civil contratual perante o Dono de Obra, obrigando-se, consequentemente, a reparar todos os danos sofridos por este e a ressarcir-la do pagamento de todas as quantias eventualmente despendidas.
- 58.4** Independentemente da gravidade do incumprimento ou da decisão do Dono de Obra quanto ao tratamento a dar ao dito incumprimento, os fatos constitutivos do mesmo serão prontamente comunicados à ACT.
- 58.5** Os trabalhadores estrangeiros regularmente afetos à prestação de serviços beneficiarão de condições de trabalho idênticas às dos trabalhadores com nacionalidade portuguesa.

### **CLÁUSULA 59ª SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO**

- 59.1** O Adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

prestação de serviços, sendo da sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.

- 59.2** O Adjudicatário é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na prestação de serviços e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente de trabalho ou doença profissional, correndo os respetivos encargos por sua conta.
- 59.3** Em caso de acidente grave, o Adjudicatário obriga-se a:
- a)** Além de tomar as necessárias medidas de assistência às vítimas, comunicar o acidente à ACT no mais curto prazo possível, não podendo exceder as 24 (vinte e quatro) horas, e em seguida ao Dono de Obra;
  - b)** Suspender quaisquer trabalhos sob sua responsabilidade que sejam suscetíveis de destruir ou alterar os vestígios do acidente, sem prejuízo de assistência a prestar às vítimas;
  - c)** Impedir o acesso de pessoas, máquinas e materiais ao local do acidente com exceção dos meios de socorro e assistência às vítimas.
- 59.4** Em caso de negligência do adjudicatário no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o Dono de Obra poderá tomar, à custa do Adjudicatário, as providências que se revelem necessárias, sem que tal fato diminua as responsabilidades do Adjudicatário.
- 59.5** O Adjudicatário responderá plenamente, perante o Dono de Obra pela observância das condições estabelecidas nesta Cláusula, relativamente a todo o pessoal empregado na prestação de serviços.

### **CLÁUSULA 60ª INSTALAÇÕES E MEIOS MATERIAIS**

- 60.1** O Adjudicatário executará a prestação de serviços, na fase de revisão de projeto, nas suas próprias instalações, cujos encargos se consideram contemplados nas taxas mensais para os recursos afetos nessa fase do Contrato.
- 60.2** Para a fase de execução da obra, o Adjudicatário disporá das instalações que, para esse efeito, o Dono de Obra lhe atribuir junto ao local da empreitada.
- 60.3** As instalações referidas no número anterior incluem espaços de trabalho e de reuniões, com instalações sanitárias próprias, separadas para homens e mulheres, água corrente, energia elétrica, ar condicionado, linhas telefónicas, rede de internet e mobiliário de apoio



## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

indispensável para o funcionamento de escritório (secretárias, cadeiras, mesa de reuniões, estantes e armários com fecho), compatível com o número de postos de trabalho previstos no Anexo IV deste CE, cuja manutenção e limpeza serão da responsabilidade do empreiteiro ao qual o Dono de Obra atribuir essa responsabilidade e encargo.

- 60.4** O Adjudicatário afetará os meios materiais necessários ao controlo e registo da qualidade e outros dados técnicos da obra, de controlo de produção e de topografia, bem como meios de transporte, de comunicação, informáticos (*hardware* e *software*), de reprodução, fotográficos, videográficos, consumíveis de economato, equipamentos de proteção individual e outros indispensáveis à sua prestação de serviços, tendo presente que os quantificará e valorizará, respetivamente, no cronograma de mobilização de meios humanos da sua proposta, elaborado de acordo com o Anexo IV deste CE, e no cronograma financeiro que lhe corresponde.
- 60.5** Para o desenvolvimento das atividades do Adjudicatário, e sem prejuízo da arquitetura do sistema de informação incluído no Contrato, é obrigação daquele dispor de meios informáticos, localizados em estaleiro e frentes de obra, que permitam o registo online de toda a documentação recebida e emitida, de dados e elementos de trabalho e de referência, bem como para o tratamento e processamento rápido e eficiente da informação de obra de forma a suportar todos os pareceres, registos, autos, planos de trabalhos e outros documentos que constituem a documentação emitida pela Equipa Técnica.
- 60.6** Excetuando os expressamente mencionados, todos os meios materiais utilizados pelo Adjudicatário e adquiridos para a execução dos trabalhos objeto deste CE, reverterão a seu favor no final do Contrato, devendo os que revertam a favor do Dono de Obra, ser entregues em perfeitas condições de utilização, sendo ainda obrigação do Adjudicatário realizar, a seu encargo, eventuais reparações e/ou substituições que se revelem necessárias, por forma a assegurar o bom funcionamento de todos os meios afetos ao Contrato.
- 60.7** O Adjudicatário deverá manter atualizadas todas as licenças de *software* ou quaisquer outras licenças ou autorizações que se revelem necessárias para a utilização no âmbito do Contrato, sendo da sua responsabilidade e encargo quaisquer consequências, incluindo para o Dono de Obra, da inobservância desta obrigação.
- 60.8** O Adjudicatário deverá manter atualizadas as garantias de todos os equipamentos que venha a afetar ao Contrato, incluindo as viaturas, e efetuar as revisões recomendadas pelos

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

respetivos fabricantes, recorrendo aos contratos de assistência técnica que deverá celebrar e manter ativos para o efeito.

- 60.9** Todos os encargos com manutenção, seguros, impostos e consumos associados aos meios materiais referidos no número anterior serão da responsabilidade e encargo do Adjudicatário.

## **CADERNO DE ENCARGOS**

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

### **ANEXOS AO CADERNO DE ENCARGOS:**

## **CADERNO DE ENCARGOS**

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

### **ANEXO I      DESCRIÇÃO DA EMPREITADA**

Empreitada de Conceção e Construção da Operação de Reabilitação Urbana das Antigas Instalações do Quartel da GNR Cabeço da Bola, incluindo todos os serviços, fornecimentos e trabalhos acessórios e conexos necessários à sua integral execução, de acordo com o Programa Preliminar em apêndice.

Apêndice A - Programa Preliminar  
(correspondente ao Anexo XIII do Caderno de Encargos da Empreitada)

## **CADERNO DE ENCARGOS**

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

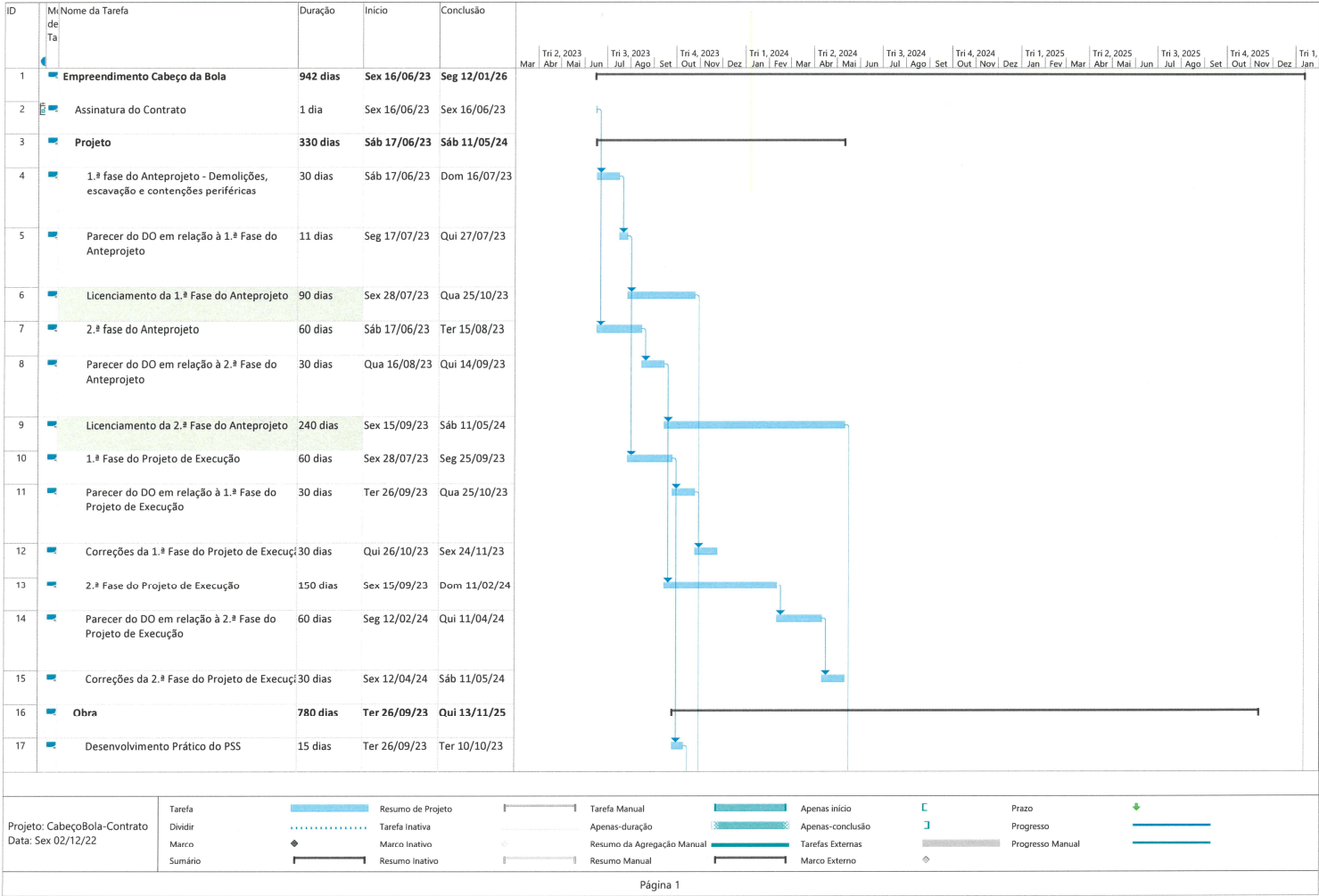
### **ANEXO II PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DA EMPREITADA**

Incluída no Anexo I.

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR CABEÇO DA BOLA

ANEXO III PLANO DE TRABALHOS INDICATIVO DA EMPREITADA



## **CADERNO DE ENCARGOS**

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAJORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

ID	Nome da Tarefa	Duração	Início	Conclusão												
					<div>Tri 2, 2023Tri 3, 2023Tri 4, 2023Tri 1, 2024Tri 2, 2024MarAbrMaiJunJulAgoSetOutNovDezJanFevMarAbrMai</div>											
18	Aprovação do DPPSS	15 dias	Qua 11/10/23	Qua 25/10/23												
19	Consignação	1 dia	Qui 26/10/23	Qui 26/10/23												
20	1.ª Fase de Obra - Demolições, escavação e contenções provisórias	210 dias	Qui 26/10/23	Qua 22/05/24												
21	2.ª Fase de Obra	550 dias	Dom 12/05/24	Qua 12/11/25												
22	Construção do Protótipo do fogo tipo	180 dias	Dom 12/05/24	Qui 07/11/24												
23	Telas Finais e Compilação Técnica	60 dias	Dom 14/09/25	Qui 13/11/25												
24	Receção Provisória	1 dia	Qui 13/11/25	Qui 13/11/25												
25	Conta Final	60 dias	Sex 14/11/25	Seg 12/01/26												
26	Elaboração da Conta Final	30 dias	Sex 14/11/25	Sáb 13/12/25												
27	Parecer do Adjudicatário sobre a Conta Final	15 dias	Dom 14/12/25	Dom 28/12/25												
28	Decisão do DO sobre a Conta Final	15 dias	Seg 29/12/25	Seg 12/01/26												



## **CADERNO DE ENCARGOS**

CONCURSO PÚBLICO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR CABEÇO DA BOLA

### **ANEXO IV      CRONOGRAMA DE MOBILIZAÇÃO DE MEIOS HUMANOS**

Ver documento anexo

## **CADERNO DE ENCARGOS**

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

### **ANEXO V      ORGANOGRAMA TIPO**

Ver documento anexo

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

### ANEXO VI      MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO

Euros: \_\_\_\_\_

Vai \_\_\_\_\_ (*identificação do Adjudicatário*), com sede em \_\_\_\_\_ (*sede*), pessoa coletiva n.º \_\_\_\_\_ (*NIPC*), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de \_\_\_\_\_ (*local de registo*), sob o n.º \_\_\_\_\_ (*número de registo e/ou NIPC*), com o capital social de € \_\_\_\_\_ (*\_\_\_\_\_ euros*), depositar na \_\_\_\_\_ (*sede, filial, agência ou delegação*) da \_\_\_\_\_ (*nome da instituição bancária*), a quantia de € \_\_\_\_\_ (*\_\_\_\_\_ euros*), \_\_\_\_\_ (*em moeda corrente ou representada por*), como caução exigida para a execução do Contrato de \_\_\_\_\_ (*designação do Contrato*).

Este depósito fica à ordem de \_\_\_\_\_ (*indicação do nome e domicílio ou sede do Dono de Obra*), na conta bancária IBAN \_\_\_\_\_ (*número do IBAN da conta do Dono de Obra*), SWIFT \_\_\_\_\_ (*número do SWIFT da conta do Dono de Obra*), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

\_\_\_\_\_ (*local*), \_\_\_\_\_ (*data*)

\_\_\_\_\_ (*assinatura conforme documento de identificação, com a identificação de quem assina e na qualidade em que o faz*)

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

### ANEXO VII      MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

Euros: \_\_\_\_\_

O Banco \_\_\_\_\_ (*designação social do Banco*), com sede em \_\_\_\_\_ (*sede do Banco*), matriculado na Conservatória do Registo Comercial de \_\_\_\_\_ (*local de registo*), sob o n.º (*número de registo e/ou NIPC*), com o capital social de € \_\_\_\_\_ (*\_\_\_\_\_ euros*), presta a favor de \_\_\_\_\_ (*indicação do nome e domicílio ou sede do Dono de Obra*), com sede em \_\_\_\_\_ (*sede do Dono de Obra*), uma Garantia Bancária autónoma, irrevogável e à primeira solicitação, no valor de € \_\_\_\_\_ (*\_\_\_\_\_ euros*), correspondente à caução de 5% (cinco por cento) de € \_\_\_\_\_ (*\_\_\_\_\_ euros*) (*valor da adjudicação por extenso*), destinada a garantir o bom e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações que \_\_\_\_\_ (*identificação do Adjudicatário*) assumirá no Contrato que com ele(a) \_\_\_\_\_ (*indicação do nome do Dono de Obra*) vai outorgar e que tem por objeto a execução do Contrato de \_\_\_\_\_ (*designação do Contrato*), regulado nos termos da legislação aplicável.

Assim, por força desta garantia, obriga-se este Banco a pagar à primeira solicitação de \_\_\_\_\_ (*indicação do nome do Dono de Obra*), sem interferência da garantida e observando o montante acima estabelecido sem que \_\_\_\_\_ (*indicação do nome do Dono de Obra*), tenha de justificar o pedido e sem que o Banco possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o Contrato acima identificado ou com o cumprimento das obrigações que a garantida assume com a celebração do Contrato, as importâncias que \_\_\_\_\_ (*indicação do nome do Dono de Obra*) lhe solicite, sendo-lhe vedado deixar de o fazer sob qualquer pretexto ou fundamento, bem como a responder, respeitando o mesmo montante, pelas despesas decorrentes da medida judicial a que aquela entidade porventura se veja obrigada a recorrer para demandar a observância dos seus direitos.

O Banco deve pagar as quantias solicitadas por \_\_\_\_\_ (*indicação do nome do Dono de Obra*) nos 5 (cinco) dias seguintes ao do pedido, findos os quais, sem que o pagamento seja

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à data da sua extinção, nos termos do Contrato e da legislação aplicável.

Assegura o Banco, outrossim, que o compromisso aqui assumido satisfaz plenamente as exigências e determinações da legislação portuguesa que é aplicável e em especial a legislação bancária, sendo o foro do Tribunal da Comarca de Lisboa o competente para dirimir quaisquer questões relativas à presente garantia, com expressa renúncia a qualquer outro.

Finalmente, declaram os signatários da presente que o Banco e estes estão regularmente autorizados a prestar Garantia Bancária desta natureza, consoante disposições do Estatuto Social do Banco.

\_\_\_\_\_ (local), \_\_\_\_\_ (data)

\_\_\_\_\_ *(assinatura conforme documento de identificação, com a identificação de quem assina e reconhecidas na qualidade em que o faz)* <sup>(1)</sup>

NOTA: <sup>(1)</sup> Sempre que o montante da caução seja igual ou superior a € 100.000,00 (cem mil euros), deverá a garantia bancária ser submetida com as assinaturas dos representantes do Banco emissor devidamente reconhecidas.

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

### ANEXO VIII      MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

Euros: \_\_\_\_\_

A Companhia de Seguros \_\_\_\_\_ (*designação social da Companhia de Seguros*), com sede em \_\_\_\_\_ (*sede da Companhia de Seguros*), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de \_\_\_\_\_ (*local de registo*), sob o n.º (*número de registo e/ou NIPC*), com o capital social de € \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_ euros), presta a favor de \_\_\_\_\_ (*indicação do nome e domicílio ou sede do Dono de Obra*), com sede em \_\_\_\_\_ (*sede do Dono de Obra*) e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com \_\_\_\_\_ (*identificação do Adjudicatário*), garantia à primeira solicitação, no valor de € \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_ euros), correspondente à caução de 5% (cinco por cento) de € \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_ euros) (*valor da adjudicação por extenso*), destinada a garantir o bom e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações que \_\_\_\_\_ (*identificação do Adjudicatário*) assumirá no Contrato que com ele(a) \_\_\_\_\_ (*indicação do nome do Dono de Obra*) vai outorgar e que tem por objeto a execução do Contrato de \_\_\_\_\_ (*designação do Contrato*), regulado nos termos da legislação aplicável.

Assim, por força desta garantia, obriga-se esta Companhia de Seguros a pagar à primeira solicitação de \_\_\_\_\_ (*indicação do nome do Dono de Obra*), sem interferência da garantida e observando o montante acima estabelecido sem que \_\_\_\_\_ (*indicação do nome do Dono de Obra*), tenha de justificar o pedido e sem que a Companhia de Seguros possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o Contrato acima identificado ou com o cumprimento das obrigações que a garantida assume com a celebração do Contrato, as importâncias que \_\_\_\_\_ (*indicação do nome do Dono de Obra*) lhe solicite, sendo-lhe vedado deixar de o fazer sob qualquer pretexto ou fundamento, bem como a responder, respeitando o mesmo montante, pelas despesas decorrentes da medida judicial a que aquela entidade porventura se veja obrigada a recorrer para demandar a observância dos seus direitos.

## CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA AFETAÇÃO MAIORITÁRIA A ARRENDAMENTO HABITACIONAL PERMANENTE A RENDAS ACESSÍVEIS DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO QUARTEL DA GNR DO CABEÇO DA BOLA

A Companhia de Seguros deve pagar as quantias solicitadas por \_\_\_\_\_ (*indicação do nome do Dono de Obra*) nos 5 (cinco) dias seguintes ao do pedido, findos os quais, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada registada no Banco de Portugal para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A Companhia de Seguros não pode opor a \_\_\_\_\_ (*indicação do nome do Dono de Obra*) quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado com o tomador do seguro.

\_\_\_\_\_ (local), \_\_\_\_\_ (data)

\_\_\_\_\_ (*assinatura conforme documento de identificação, com a identificação de quem assina e reconhecidas na qualidade em que o faz*) <sup>(1)</sup>

NOTA: <sup>(1)</sup> Sempre que o montante da caução seja igual ou superior a € 100.000,00 (cem mil euros), deverá o seguro-caução ser submetido com as assinaturas dos representantes da Seguradora emissora devidamente reconhecidas.